



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes**

**Programa de Pós-Graduação em História**

**Do fragmento à reorganização: movimento estudantil  
da UFPB (1975-1979)**

**Talita Hanna Cabral Nascimento**

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes

Linha de Pesquisa: História Regional

**JOÃO PESSOA**

**2015**

# **DO FRAGMENTO À REORGANIZAÇÃO: MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFPB (1975-1979)**

**Talita Hanna Cabral Nascimento**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Regional.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes (PPGH-UFPB)

Linha de Pesquisa: História Regional

JOÃO PESSOA – PB

2015

N244d Nascimento, Talita Hanna Cabral.  
Do fragmento à reorganização: movimento estudantil da  
UFPB (1975-1979) / Talita Hanna Cabral Nascimento.- João  
Pessoa, 2015.  
169f.  
Orientador: Paulo Giovani Antonino Nunes  
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA  
1. Historia regional. 2. Movimento estudantil. 3. Ditadura  
militar – UFPB. 4. História e cultura histórica.

UFPB/BC

CDU: 981.422(043

# **DO FRAGMENTO À REORGANIZAÇÃO: MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFPB (1975-1979)**

**Talita Hanna Cabral Nascimento**

Dissertação de Mestrado avaliada em\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_com conceito\_\_\_\_\_

## **BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes**  
**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba**  
**Orientador**

---

**Prof. Dr. Luciano Mendonça**  
**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande**  
**Examinador Externo**

---

**Prof. Dr. Jaldes Reis Meneses**  
**Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Universidade Federal da Paraíba**  
**Examinador Interno**

---

**Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires**  
**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande**  
**Suplente externo**

---

**Prof. Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira**  
**Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos – Universidade Federal da Paraíba**  
**Suplente interno**

*Este trabalho dissertativo é dedicado a todos àqueles que ultrapassaram as barreiras do medo e da pressão psicológica do Estado ditatorial, em busca da liberdade.*

*A história se repete? Ou só se repete como penitência para quem é incapaz de escutá-la? Não há história muda. Por mais que a rasguem, por mais que a mintam, a história humana se nega a calar a boca [...]. Quando está realmente viva, a memória não contempla a história, mas convida a fazê-la.*

*Eduardo Galeano, “De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso”, p. 216*

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer a todos os envolvidos nos trabalhos desempenhados e na escrita dissertativa, seja de forma direta ou indireta. Aos meus pais e irmã, pelo respeito aos meus sonhos e metas. Jamais esquecendo os lembretes da minha mãe, sempre disposta a recordar que nunca devemos perder a fé. Aos amigos que não são muitos, mas os poucos têm valor incomensurável.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, em especial Serioja Mariano, que acreditou na proposta dissertativa. Ao meu orientador, Paulo Giovani Antonino Nunes, por todo incentivo, responsabilidade e por ser um exemplo de como todos os orientadores deveriam ser. À Capes pelo incentivo financeiro, pois sem esse detalhe dificultaria muito o desenvolvimento do trabalho.

Àqueles que se disponibilizaram a conceder entrevista e contribuir para casos de dúvidas, bem como indicar caminhos para montagem deste grande “quebra-cabeças”, dos quais Jaldes Menezes, Agamenon Sarinho, Walter Dantas (reconheço que os perturbei bastante), a Romero Leite pela atenção e disposição para qualquer coisa relacionada ao tema, e Walter Aguiar pela disponibilidade mesmo em meio a toda sua agenda corrida. À Ieda Cabral e Edson Neves, que em conversa formal declararam todo o interesse em contribuir, mas a falta de tempo ligada ao ofício da medicina não permitiu a concessão de entrevistas. A Severino Dutra, em que pesou os contratempos para não realização da entrevista e a Sônia Germano, que sofreu um grave acidente e por enquanto não se encontra em boas condições para ser entrevistada.

À Comissão Estadual da Verdade e da Memória – seção Paraíba pela disponibilidade de seus arquivos e do espaço para realização de entrevistas. De todo meu coração a Paulo Giovani Antonino Nunes, Waldir Porfírio e a Lúcia Guerra o meu muito obrigada. Ao Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB, pela disponibilidade de seus arquivos e pelo resgate e tratamento aos históricos documentos do DCE-UFPB, que estavam praticamente deteriorados.

Por fim e não menos importante a Ruber, que fez deste o nosso projeto, me deu a mão, o ombro, o abraço, o conhecimento e o amor. Obrigada por tudo!

## **Resumo**

Após decretado o Ato Institucional nº 5, no ano de 1968, ficou cada vez mais difícil manter um movimento organizado no Brasil. O movimento estudantil, ao lado de outros movimentos, tais quais o trabalhista, não ficou à margem da situação: como um dos movimentos mais investigados pelos órgãos de segurança nacional, o movimento estudantil procurou enveredar por outros caminhos, seja na luta armada ou dentro dos próprios órgãos de representação estudantil vigiados pela ditadura militar: os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs). No período político do país conhecido por “distensão lenta, gradual e segura” um dos desafios do movimento estudantil da Universidade Federal da Paraíba foi a retomada de sua entidade de representação maior daquele espaço, o DCE, a partir de 1976. É com a retomada do espaço que vem à tona todo um projeto político e cultural que não só aglutinava estudantes acadêmicos da UFPB, mas também parcela da sociedade civil pessoense às causas que estavam para além dos interesses meramente estudantis. Portanto, este trabalho aborda a trajetória de reconstrução do movimento estudantil na cidade de João Pessoa, tendo como objetivo verificar os meios utilizados para retomada das atividades estudantis voltadas à política, bem como a atuação do movimento estudantil e sua vinculação com os demais setores da sociedade civil paraibana. Por versar um tema ligado a regionalidade e ao uso da Nova História Política e da Cultura Política, esse trabalho permite estabelecer vínculos com a área de concentração deste programa de pós-graduação, qual seja História e Cultura Histórica e, mais especificamente, com a linha de pesquisa sobre História Regional.

**Palavras chave:** Movimento estudantil – Ditadura militar - UFPB



## **Abstract**

After the Institutional Act number 5 is decreted, in 1968, it was increasingly difficult to keep an organized movement in Brazil. The student movement, beside other movements like workers' one, was not on the sidelines of the situation: being one of the movements more investigated by the national security organs, the student movement sought to go to other paths, whether in armed struggle or inside the student representative organs, watched over by the military dictatorship: the Central Students Directories. In a politic period of the country known by its "safe, progressive and slow distension", one of the challenges of the Federal University of Paraíba (Universidade Federal da Paraíba, UFPB) student movement was the resumption of its biggest representative entity, the Central Students Directory (Diretório Central dos Estudantes, DCE), from 1976. With the resumption of that space, comes up a whole political and cultural project that not only brought together academic students of UFPB, but also part of the civil society from João Pessoa, to the causes that were beyond students' interests. Therefore, this work addresses the path of reconstruction of the student movement of João Pessoa, aiming to verify the means to the resumption of political-oriented students' activities, as well as student movement's operation and its linking to other civil society sectors. By crossing a theme related to regionality and use of the Politics New History and Politics Culture, this work establish links to this postgraduate program concentration area, namely History and Historic Culture and, more specifically, to the Regional History research area.

**Keywords:** student movement, military dictatorship, UFPB

**Lista de siglas**

AESI – Assessorias Especiais de Segurança e Informação;  
AESP - Associação Estadual dos Estudantes Secundaristas;  
AMPEP – Associação do Magistério Público da Paraíba;  
AP – Ação Popular;  
ASI – Assessoria de Segurança e Informação;  
CCS – Centro de Ciências da Saúde;  
CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos;  
CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes;  
CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas;  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;  
CONEB – Conselho de Entidade de Base;  
CONSUNI - Conselho Universitário;  
CORQUI – Comitê de Reconstrução da Quarta Internacional;  
CT – Centro de Tecnologia;  
DA - Diretório Acadêmico;  
DCE - Diretório Central dos Estudantes;  
DEOPS – Departamento de Ordem Política e Social;  
DH - Departamento de História;  
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda;  
DSI – Divisão de Segurança e Informações;  
Embrafilme – Empresa Brasileira de Filmes;  
ESG - Escola Superior de Guerra;  
FAFI – Faculdade de Filosofia;  
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática;  
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais;  
IPMs - Inquéritos Policial-Militares;

JEC – Juventude Estudantil Católica;  
JOC – Juventude Operária Católica;  
JUC – Juventude Universitária Católica;  
LIBELU – Liberdade e Luta;  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro;  
ME – Movimento Estudantil;  
MEC - Ministério da Educação e Cultura;  
MFPA – Movimento Feminino pela Anistia;  
NDHIR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional;  
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil;  
OSI - Organização Socialista Internacionalista;  
PCB - Partido Comunista Brasileiro;  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil;  
PCR – Partido Comunista Revolucionário;  
PNC – Política Nacional de Cultura;  
PSD - Partido Social Democrático;  
PSR - Partido Socialista Revolucionário;  
POR - Partido Operário Revolucionário;  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro;  
PUC – Pontifícia Universidade Católica;  
SFICI – Serviço Federal de Informação e Contrainformação;  
SISNI – Sistema Nacional de Informações;  
SNI - Serviço Nacional de Inteligência;  
UEE – União Estadual dos Estudantes;  
UEEP - União Estadual dos Estudantes da Paraíba;  
UFPB - Universidade Federal da Paraíba;  
UNE - União Nacional dos Estudantes;  
UPES - União Pessoaense dos Estudantes Secundários;  
USP – Universidade de São Paulo;  
UFPB – Universidade Federal da Paraíba;

## Sumário

Dedicatória .....	I
Epígrafe .....	II
Agradecimentos .....	III
Resumo .....	VI
Abstract .....	VII
Lista de siglas .....	VIII
Introdução .....	01

### Capítulo 1:

“Quem transforma a sociedade são as forças sociais”: conjuntura e as bases para a retomada da atividade política estudantil

1.1 Dos caminhos da pesquisa .....	04
1.2 Breve contextualização: tomada de poder .....	21
1.3 Das movimentações estudantis .....	24
1.4 1968: o estopim .....	26
1.5 Estudantes na mira dos órgãos de informações .....	39
1.6 Conjuntura nacional: distensão “lenta, gradual e segura” .....	47

### Capítulo 2:

“Nem só do pão vive o homem”: da retomada do DCE às práticas culturais

2.1 Diretório Central dos Estudantes: desafio em retomada .....	53
2.2 DCE e as práticas culturais .....	58
2.3 Eleições e nova gestão .....	75
2.4 Estudantes da UFPB para além do espaço acadêmico .....	85

### Capítulo 3:

Sociedade civil, Anistia e a UNE: prelúdio de novos tempos

3.1 Estudantes em consonância com a sociedade civil .....	89
3.2 Na luta pela Anistia .....	102
3.3 Pelo retorno da UNE .....	110

Considerações Finais .....	125
Referências bibliográficas e afins .....	128

## ***Introdução***

As páginas a seguir são os resultados de dois anos de pesquisa desenvolvida em arquivos, jornais e coleta de entrevistas para resultar em dissertação de mestrado através do Programa de Pós-Graduação em História, da UFPB. Contudo, aqui não tem um resultado pronto e acabado sobre o movimento estudantil da UFPB na década de 1970. Aqui há o resultado daquilo que julgamos necessário e que conseguimos disponibilizar através da escrita.

Estudar um período de vigência do Ato Institucional nº 5 e da censura à imprensa parece para nós, pesquisadores, uma tarefa árdua. Em um primeiro momento aparenta ser mais prático seguir o caminho menos conturbado e afirmar que os estudantes após 1968 estavam inexpressivos, com suas atividades coletivas esfaceladas. Mas do árduo trabalho de coleta de informações vem o prazer: das matérias de jornais brevemente informativas sobre estudantes e dos órgãos do serviço secreto de informações do governo, surgiram mais dúvidas. Porém, as linhas a serem escritas já começaram a aparecer mais claras e o uso da história oral foi imprescindível, daí o privilégio de trabalhar com um tema tão recente e poder ouvir pessoas que estiveram envolvidas nas atividades estudantis que optamos por trabalhar.

Nosso objetivo neste trabalho é estudar a atuação do movimento estudantil da UFPB, campus João Pessoa, na conjuntura política que vai da distensão ao início do projeto governamental de abertura política, procurando priorizar as articulações estudantis no processo de retomada de suas atividades e com os demais setores da sociedade civil paraibana.

O interesse pelo tema surgiu na graduação, através do projeto coordenado por Paulo Giovani Antonino Nunes intitulado “Estado e Sociedade Civil na Paraíba no período de transição para democracia 1974-1985” iniciado no ano de 2007. Neste projeto pesquisávamos em jornais, registrando atividades da sociedade civil paraibana. De todos os componentes da sociedade civil, o movimento estudantil me chamou mais atenção, não só pela minha participação no centro acadêmico de História da UFPB (Quebra Quilos) onde, além das atividades coletivas, procurei entender as divergências internas entre os membros independentes (não vinculados a partidos políticos) e os membros militantes de partido. Empiricamente, as respostas eram vagas. Os jornais pesquisados pouco revelavam sobre as movimentações estudantis e a ideia de que o

movimento estudantil tornou-se inexpressivo pós 1968 não saciava minha curiosidade. No trabalho de conclusão de curso (TCC) esse tema foi escolhido sem concorrência, porém não foi possível desenvolver sobre as movimentações estudantis da Paraíba devido à pouca disponibilidade de pesquisas nas documentações disponíveis e referenciais bibliográficos mediante o recorte temporal. Para o TCC, então, ficou decidido desenvolver sobre o movimento estudantil nacional, com recorte de 1970 a 1984, a partir de revisões bibliográficas.<sup>1</sup> No mestrado seria possível desenvolver sobre o tema e realmente a proposta inicial foi abrangente: no projeto inicial, a pretensão era trabalhar com o movimento estudantil de toda a Paraíba, de 1975 a 1985. Ao iniciar as pesquisas, ficou claro o quão impossível seria trabalhar com este recorte temporal e com as movimentações estudantis de toda a Paraíba, haja vista os diferentes perfis destes estudantes organizados. A ideia da unidade estudantil fragmentou-se na mente e a escolha pousou nas movimentações estudantis da UFPB. Foi após seminário de dissertação que ficou definido o recorte temporal. Jaldes Meneses, professor leitor convidado, indicou as diferenças existentes entre o movimento estudantil da UFPB na década de 1970 e o movimento estudantil da década de 1980. Portanto, o recorte adotado para o mestrado ficou de 1975 a 1979.

O trabalho dissertativo está dividido em três capítulos, além desta breve introdução. No primeiro há explicação metodológica, seguida de uma breve descrição da conjuntura nacional sobre a tomada de poder pelos militares e a reação disso no estado da Paraíba. Na sequência uma descrição do que foi o ano de 1968 para os estudantes, para desaguar na década de 1970 e nas primeiras estruturas para a retomada do DCE enquanto entidade de representação estudantil, não sem antes descrever sobre os órgãos de informações da ditadura, focado para o desempenho desses órgãos sobre todas as atividades em torno da UFPB. Nesse sentido, os estudantes não poderiam ficar de fora dos registros e serem alvos de investigações.

---

<sup>1</sup>O TCC foi desenvolvido no ano de 2011 e algumas dessas referências foram de dissertações de mestrado, das quais: “Os limites do movimento estudantil: 1964-1980”, dissertação de Rosa Maria Cavallari defendida em 1987 na Universidade Estadual de Campinas. “Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70.” Defendida no ano de 1997 por Mirza Pellicciotta também pela Universidade Estadual de Campinas. “Atuação Política do Movimento Estudantil no Brasil: 1964 a 1984” de Flavia Santana, defendida em 2007 pela Universidade Estadual de Campinas. “Somos os filhos da revolução: Estudantes, Movimentos Sociais, Juventude e o fim do regime militar (1977-1985)” de Daniel Sevillano, defendida em 2010 pela Universidade de São Paulo.

No capítulo II há a descrição de como se deu o movimento dos estudantes pelo direito de eleição interna de seus representantes, assim como o direito de reativação do Diretório Central dos Estudantes da UFPB como órgão maior de representatividade estudantil. Da retomada do DCE veio o desafio de conquistar os estudantes do amplo espaço universitário, de modo que pudessem se sentir representados pelo DCE e confiantes da importância política para a vida em sociedade. Portanto, os eventos culturais foram essenciais para aglutinar os estudantes e demais componentes sociais.

A saída dos estudantes para os espaços públicos no apoio à causa de alguns setores da sociedade civil paraibana pode ser verificada no capítulo III, incluindo o apoio aos professores secundaristas em greve, ao movimento camponês, indígena e pela anistia, unidos através das atividades desempenhadas pelo Núcleo de Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, bastante expressiva através da figura de Dom José Maria Pires, do advogado Wanderlei Caixe<sup>2</sup> e do bispo auxiliar Dom Marcelo Carvalheira. Também está presente nesse capítulo a descrição do Movimento pela Anistia e o seu desenvolvimento na Paraíba. Na sequência, são abordados desde os Encontros Nacionais dos Estudantes ao tão aguardado XXXI Congresso da UNE, realizado em Salvador no ano de 1979. Será possível ler acerca do envolvimento dos estudantes da UFPB e da ampla divulgação para a sociedade paraibana, através de reportagens e atividades afins. Ao final dos capítulos e das referências bibliográficas será possível visualizar alguns documentos usados para pesquisa e imagens da época.

---

<sup>2</sup> Wanderlei Caixe nasceu em Ribeirão Preto-SP. Foi integrante e um dos fundadores das Forças Armadas de Libertação Nacional, preso diversas vezes pelo regime militar. Na Paraíba atuou na defesa dos Direitos Humanos na década de 1970 e 80, lhe rendendo o título de cidadão paraibano. Morreu em novembro de 2012 aos 68 anos de idade em sua terra natal, onde mantinha ativa a função de advogado e defensor dos Direitos Humanos.

## CAPÍTULO I – “QUEM TRANSFORMA A SOCIEDADE SÃO AS FORÇAS SOCIAIS”: CONJUNTURA E AS BASES PARA A RETOMADA DA ATIVIDADE POLÍTICA ESTUDANTIL.

### *1.1 - Dos caminhos da pesquisa*

Os estudantes paraibanos devem se omitir dessas agitações que ora se verificam nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, pois elas não representam os interesses da classe estudantil e, sim, atende aos interesses de uma minoria política e subversiva [...] esta não é a hora de se solidarizar com uma classe que ainda não sabe o que quer. (A *UNIÃO*, 20 de maio de 1977)

Declara o deputado arenista Tarcizo Telino na Assembleia Legislativa em João Pessoa, ao contestar o pronunciamento feito pelo deputado oposicionista Bosco Barreto em solidariedade às movimentações estudantis na capital paraibana. Esse pronunciamento representa o clima em torno das movimentações estudantis acadêmicas em João Pessoa após a retomada do Diretório Central dos Estudantes da UFPB enquanto representação política-estudantil.<sup>3</sup> Os jornais pouco noticiavam, geralmente em notas rápidas, as atividades estudantis e os registros dessas atividades giravam em torno da cultura.

Preservar a memória a partir da escrita: eis a pretensão de alguns historiadores. Como a história não tem apenas uma versão, o historiador delimita o campo teórico que irá perpassar e as fontes que precisará para descrever o passado a partir daquilo que acredita. Partilhamos da ideia de que não há História ou historiador neutro, por mais que se esforce para tanto. O historiador só atinge a compreensão do passado através dos olhos do presente. O uso da linguagem impede-o de ser neutro. Portanto, fato e historiador estabelecem um processo contínuo, um diálogo interminável entre presente e passado (CARR, 1982, p. 25-29).

Para estabelecer esse diálogo, o historiador necessita levantar uma problemática, que pode ser decorrente do que Bloch (2001) tão bem nomeou de método regressivo: os temas do presente condicionam e delimitam um possível retorno ao passado. Afinal, documentos e objetos de pesquisa do historiador não falam por si só: é preciso saber interrogá-los. E sem ignorar a imensa massa de testemunhos não escritos, seu trabalho não é individual, mas de equipe ou da interdisciplinaridade.

---

<sup>3</sup> O processo de retomada do DCE pelos estudantes teve suas primeiras articulações a partir de 1975, porém ocorreu efetivamente em 1976.



Ao escrever sobre o passado, embora recente em se tratando de nosso tema, ele não pode ser descrito como um produto final, como uma construção real ou verdadeira do passado. Várias perspectivas podem estar presentes em um mesmo tema. Porém, não podemos cair na tentação de descrever o passado de maneira apaixonante. A vivência do passado como paixão pode ser uma recusa ao tempo, pois o passado não retorna e, tomado como conhecimento, o passado não obriga e determina, mas informa a iniciativa presente tendente ao futuro (REIS, 2012, p. 29). Ou, erroneamente, nos períodos de crise o passado por vezes é tomado por empréstimo a fim de representar as novas cenas da história. Dessa maneira, as tradições das gerações passadas podem ser tidas como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (MARX, 2011 p. 25-26). A paixão que o historiador porventura venha a desenvolver pelo tema estudado pode obscurecer muitos aspectos daquilo que estuda. Isso foi o que aconteceu com o tema do Movimento Estudantil.

A União Nacional dos Estudantes tem optado pela defesa de uma história do movimento estudantil que, no campo historiográfico, identificamos como uma história oficial. Além de seus escritos sobre o histórico da entidade e do movimento estudantil, o livro “O Poder Jovem” também chega a ser celebrado pela UNE. Escrito no calor das inquietações estudantis à ditadura, Arthur Poerner traça o histórico do movimento estudantil no Brasil desde o período colonial até as manifestações estudantis do “Fora Collor”. Sua escrita envolvente põe os jovens das movimentações estudantis como atores heroicos na luta por transformações, enquadrando as primeiras manifestações dos estudantes na história do Brasil como um movimento estudantil bem organizado. Para João Roberto Martins Filho (2007) a posição de Poerner<sup>4</sup> frente à análise do Movimento Estudantil torna-se mistificadora, uma vez que não se propõe a tratar o objeto de estudo com criticidade. Para dar início, coloca que “as mobilizações estudantis só começam a perder seu caráter de elite no começo dos anos 1960, e a própria expressão ‘movimento estudantil’ não parece adequada antes dessa data.” (MARTINS FILHO, 2007, p. 186). Para Pellicciotta:

Mas que é o “estudante” de Arthur Poerner? Ele é um personagem integrante de uma “categoria política” específica, não definido

---

<sup>4</sup>Poerner tornou-se emblemático por ter-se tornado referência quando o assunto é movimento estudantil. Porém, não é o único que posiciona os estudantes no papel de vanguarda das lutas sociais mais amplas. Ver também: Álvaro Borges Vieira Pinto. *A questão da Universidade*. São Paulo, Cortez, 1986. / José Chasin. “Algumas considerações a respeito do movimento estudantil”. *Revista Brasiliense*, nº38. São Paulo: Brasiliense, 1961.

necessariamente como intelectualidade, mas como parte de uma juventude rebelde, nacionalista e consciente que deve ser enaltecida pelo engajamento histórico que desempenha em prol da democracia e da resistência civil. Uma “categoria política” que se apresenta dotada de experiências paulatinamente mais evoluídas e “conscientes” de luta social. (PELLICCIOTTA, 1998, p. 23)

Segundo Poerner (1995), o estudante universitário brasileiro carrega um espírito de luta, a começar na luta pelo ensino público superior. “A crise da universidade brasileira é decorrência da estrutura arcaica vigente no país” (POERNER, 1995, p. 38). Dessa maneira, o autor propõe que é no espaço universitário que o estudante passa a perceber a realidade do país e a se interessar por ela, politizando-se. O estudante universitário descrito por Poerner é dotado de categorias evolutivas de conscientização social ou de cidadania, em que a luta estudantil é passagem para um futuro ético profissional. Como estátuas do tempo, os estudantes formam-se cidadãos imbuídos de reflexos dos valores de sua época.

[...] esse estudante terá, sem dúvida, a coragem suficiente para, como juiz, dar um parecer contra a Hanna ou contra a Light; para como médico, denunciar as tentativas estrangeiras de nos impor o controle da natalidade; para, como engenheiro, repelir manobras [...] no sentido de alijar técnicos e empresas brasileiras nas obras públicas. (POERNER, 1995, p. 39)

A fundação da UNE em 1937 torna-se na narrativa de Poerner (1995, p. 123-134) um marco da expressividade nacionalista e politizada dos estudantes universitários brasileiros. Posicionar a UNE enquanto expressão síntese do conjunto das movimentações estudantis, rendeu ao livro de Poerner atenção especial por parte desta entidade. Apesar de uma escrita linear, o livro possibilita um conhecimento geral das atuações estudantis no decorrer do tempo. Em um período ainda vivo de queimas de arquivo, perseguições, mortes e exílio de muitos estudantes, “O Poder Jovem” tornou-se uma fonte rara de informações.<sup>5</sup>

Na contramão da história da União Nacional dos Estudantes, contada oficialmente pela instituição ou por memorialistas, está o trabalho de André Luiz Rodrigues de Rossi Mattos: “Uma história da UNE (1945-1964)”, lançado em 2014. Mattos, apesar de contemplar um recorte que vai do fim do Estado Novo até o golpe

---

<sup>5</sup> Sua primeira edição foi publicada no ano de 1968, no calor da efervescência estudantil e da repressão. “O Poder Jovem” foi um dos vinte livros proibidos após promulgação do AI-5 e rendeu a Arthur Poerner, tanto pelo livro quanto pela sua militância, prisão e exílio no ano de 1970. Informações no blog do autor: <http://arthurpoerner.blogspot.com.br/2012/06/o-poder-jovem-resiste.html>

civil-militar<sup>6</sup>, traz em sua escrita características da UNE que se tornaram turvas (ou pouco exploradas) devido à construção de uma historiografia alicerçada a partir da memória heroica, por vezes carregada de mitos<sup>7</sup> em torno de sua unidade e participação.

Reconhecendo estudos anteriores que privilegiaram características pouco ou não mencionadas pela história oficial da UNE<sup>8</sup>, Mattos leva em consideração o embate ideológico presente nos diferentes grupos que compunham a UNE, seja dentro da própria esquerda ou entre esquerda e direita, ciente de que nem sempre as prioridades assumidas pelas lideranças corresponderam aos anseios do conjunto dos estudantes (MATTOS, 2014, p. 21). Afinal, o lugar ocupado pelo movimento estudantil universitário esteve intimamente relacionado com os conflitos e contradições da sociedade, no interior das instituições de ensino superior. Segundo Reis Filho (1999, p. 65) e Chauí (2003, p. 07-12), as atitudes, opiniões e projetos do movimento universitário exprimem divisões e contradições da sociedade como um todo, pois os estudantes não estão imunes as divisões políticas e nem as questões mais gerais que

---

<sup>6</sup> Aqui não pretendemos descartar a ideia de que o golpe foi iniciativa militar, mas endossar que as atividades conspiratórias envolveram oficiais gerais, oficiais superiores, governadores, parlamentares e empresários, bem como o apoio da Igreja na difusão do anticomunismo. René Dreifuss (1964: a Conquista do Estado, op. cit) também já frisava a ação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) nos preparativos ao golpe. Postos em prática a partir de 1961, esses institutos eram formados por empresários e oficiais militares e o funcionamento era voltado para golpe de Estado. Dreifuss percebeu a participação civil no golpe a partir de interesses de classes, voltadas para o capital, o que difere de interpretações mais recentes que destacam a participação civil sem enfatizar a questão de classe.

<sup>7</sup> O mito pode ser conceituado de diferentes formas, desde comparado a fábulas, expressão da consciência humana ou como fonte de conhecimento social e de construção de uma identidade (SILVA; SILVA, 2010, p. 293-296). Em sua forma política o mito surgiu como conceito no início do século XX, mas teve dificuldades em fixar-se como uma doutrina largamente aceita, quer pela dificuldade de definir suas relações com a mitologia, quer pela dificuldade de o distinguir do conceito de ideologia (BONAZZI, 1986, p. 754). Foi a partir da sociologia política que o mito político saiu do campo conceitual e tornou-se fenômeno coletivo, abrindo amplo campo à pesquisa, na medida em que tornou-se possível identificar sociologicamente a presença do mito político nas situações pós guerra na Europa, especialmente nas rápidas mudanças e crises, em que grupos sociais ou partidos sintetizavam as exigências políticas de seus membros sob forma de teorias estruturadas em torno de símbolos ou tentavam expressar e explicar com as mesmas formulações teóricas as expectativas políticas fundamentais e não organizadas de uma classe, povo ou nação. Dessa visão é possível perceber inúmeros exemplos no campo da história e da política contemporânea. Segundo Girardet (1987, p. 15), assim como o mito religioso, o mito político aparece assumindo diversas formas. É preciso entender que uma mesma série de imagens oníricas pode se encontrar veiculada por mitos aparentemente diversos ou imbuídas de numerosas significações. Portanto, o conceito de mito político pertence ao campo do imaginário e das representações. Nesse sentido, a escrita oficial sobre os estudantes e a UNE pode estar associada a símbolos de redenção e purificação. Como o Salvador, as lutas estudantis libertam, cortam os grilhões, aniquilam ou fazem recuar as forças más ou contrárias a liberdade do povo brasileiro.

<sup>8</sup> Autores como: SANFELICE, José Luis. *A UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 1986.; MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1984*. Campinas: Papirus, 1987.; SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005.; VALE JR. João Batista. "Narrativas e movimento: disputas pela memória e história do movimento estudantil brasileiro.", XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza-CE. ANPUH, 2009.

agitam a sociedade. Portanto, nos estudos de Mattos sobre a UNE contêm estudantes de esquerda, mas também os estudantes de trajetórias e discursos anticomunistas.

Neste trabalho dissertativo estamos percorrendo por três caminhos metodológicos: leitura acerca do tema trabalhado, pesquisa em jornais e alguns arquivos de informações, gentilmente cedidos pela Comissão Estadual da Verdade, entrevistas com algumas pessoas envolvidas nas movimentações estudantis da UFPB de 1975 a 1979 e alguns arquivos referentes ao funcionamento do DCE.

Segundo Lucca (2008, p. 113-153), foi através da Nova História<sup>9</sup> e de todo o seu leque de novas possibilidades, que a imprensa passou a receber os olhares dos historiadores enquanto fonte. Anteriormente, no século XIX e primeira metade do século XX, imperava nos domínios de Clio a busca pela verdade e esta se julgava atingível por intermédio de documentos avaliados segundo hierarquia qualitativa dos documentos. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para “recuperação do passado”, uma vez que forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. Além da Nova História, a História do Tempo Presente e a História Política renovada também foram peças essenciais para os novos olhares sobre a imprensa.

No Brasil, o contato com os jornais enquanto fonte tem início na década de 1960, quando pesquisadores os consultavam para obter dados estatísticos (em geral, econômicos e demográficos). Em meio ao uso da imprensa enquanto fonte primária, vem a público o trabalho de Nelson Werneck Sodré sobre a imprensa brasileira.<sup>10</sup> Na década de 1970, os jornais são não só fontes, mas objetos de estudo. A tese de doutoramento de Arnaldo Contier, intitulada “Imprensa e ideologia em São Paulo” já indicava essa nova postura, ao valer-se da linguística e da semântica para estudar o vocabulário político-social presente em jornais publicados entre o período do Brasil Regência e Primeiro Reinado.

Uma outra perspectiva figura as dissertações de Maria Lígia Prado e Maria Helena Capelato, reunidas no livro “O bravo matutino” de 1980. Aqui, as autoras utilizam o jornal “O Estado de São Paulo” como fonte única de investigação e análise crítica, em contraposição aos estudos que faziam uso de jornais apenas como fonte confirmadora de outros tipos de dados documentais. Contudo, foram os estudos

---

<sup>9</sup> Corrente historiográfica que ganhou maior visibilidade na França na década de 1970, correspondente a 3º geração dos *Annales*. Teve como representantes Jacques Le Goff e Pierre Nora a partir da publicação em três volumes da obra “Fazer a História”.

<sup>10</sup> *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

voltados para a história do movimento operário que encontraram na imprensa uma de suas fontes privilegiadas. Não se tratava de manejar jornais de cunho empresarial, capazes de influenciar a vida política, mas jornais feitos por não profissionais da área, sem receita publicitária. Assim era possível perceber as formas de associação operária, correntes ideológicas, greves, repressão, condições de vida, formas de lazer, sociabilidade, dentre outros.

Assim sendo, a imprensa passou a fundamentar diversos campos de estudo da história: a questão de gênero, através das revistas voltadas para o público feminino, mas redigidas por homens; a questão da infância; política e censura, das quais receberam atenção especial com a introdução do conceito de Cultura Política na História.

Iniciamos pesquisa no jornal *A União*, fundado em 1893 e vinculado ao governo do estado da Paraíba. Seu caráter oficial nos auxiliaria a perceber como o Estado permitia a divulgação de notícias sobre movimentações estudantis ou demais movimentos em termos de oposição. Outros jornais pesquisados foram: *Correio da Paraíba*, jornal que segundo Araújo (1983) até 1968 era um dos melhores jornais da Paraíba em termos de independência político-ideológica. Após isso houve queda da qualidade, atribuído pelo seu diretor da época, Soares Madrugá, a fatores econômicos. Outro fator também atribuído foi a censura prévia.

De acordo com nossos colegas de época, que trabalhavam dentro das redações, quase todas as noites, antes de fechar o jornal, o editor recebia os agentes da Polícia Federal. Muitas vezes, esses agentes vinham comunicar que determinadas notícias não poderiam ser divulgadas. O próprio jornal *A UNIÃO*, oficial, sofria esse tipo de censura. (ARAÚJO, 1983, p. 124)

A partir de 1980 supera a fase de dificuldades e nos anos posteriores torna-se um dos diários mais prestigiados da Paraíba, com grande número de assinantes e sucursais em algumas cidades do estado (ARAÚJO, 1983, p. 124). Nossa escolha em pesquisar neste periódico recaiu sobre sua disponibilidade no acervo da Casa Fundação José Américo, bem como a publicação de notícias omitidas ou brevemente mencionadas em outros jornais pesquisados. O *Correio da Paraíba* nos foi essencial na etapa de pesquisas para identificar as movimentações estudantis.

Outros jornais foram: *O Momento*, fundado em 1973 por Jório de Lira Machado, um dos jornalistas paraibanos mais perseguidos pelas forças de repressão do golpe militar de 1964. Jório chegou a ser preso duas vezes, foi torturado e enviado a Fernando de Noronha, passando por um período (1965-1973) de ostracismo no grande jornalismo

paraibano. *O Momento* pode ser considerado um jornal de posicionamento oposicionista:

Sua ideologia é a de oposição às autoridades constituídas, criticando os atos do governo com certa mordacidade [...]. Em suas mensagens aponta os desvios e propõe soluções para a situação política e econômica do país, prendendo-se aos fatos relacionados a Paraíba, sobretudo a cidade de João Pessoa. (ARAÚJO, 1983, p. 130)

Também foi realizado pesquisas no *Movimento*, jornal de circulação nacional com sede na cidade de São Paulo, bastante lido entre os estudantes do período estudado. A pesquisa em jornais foi essencial como passo inicial às pesquisas e para procurar entender um pouco do que era divulgado sobre os estudantes da UFPB em suas movimentações, bem como a visão, embora que limitada, das atividades estudantis ao olhar da sociedade paraibana.

Embora sob censura, alguns jornais nos revelaram aspectos que somaram-se aos relatos orais. Segundo o Decreto-lei 1077, de janeiro de 1970, o governo põe em vigor a censura à imprensa. No entanto, a censura prévia remonta a 1968. Segundo o Art. 2º fica na incumbência do Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Política, verificar quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada. Eram proibidas publicações contra moral e bons costumes, bem como as que pusessem em risco a segurança nacional. Aquino (1999, p. 211-215) definiu o período da censura à imprensa em três momentos distintos: de 1968 a 1972, estruturação da censura, fase em que os procedimentos restringem-se a telefonemas e envio de bilhetes às redações dos jornais. Na segunda fase, de 1972 a 1975 há uma radicalização da atuação censória, com a institucionalização da censura prévia aos órgãos de divulgação que chegassem a oferecer resistência. Durante o governo Geisel, mais precisamente em janeiro de 1975, os censores retiraram-se oficialmente da redação de alguns jornais, os ditos oficiais ou grande mídia. Contudo, pode ser pontuado um terceiro momento, entre 1975 e 1978, quando a censura passa a ser mais restritiva e seletiva, uma vez que lentamente vai se retirando dos espaços de construção dos jornais alternativos e a diminuir a intensidade das ordens telefônicas e os bilhetes a redação.<sup>11</sup>

A censura mantém-se até o final desse período (1978), incidindo sobre órgãos de divulgação que, embora não se enquadrem todos nos

---

<sup>11</sup> *O Pasquim* foi liberado da censura prévia no ano de 1976, já *Opinião* não sobreviveu a intensa censura, que incluía prisões e interrogatórios, perdurando até o ano de 1977.

moldes da imprensa alternativa [...], não podem ser considerados representantes da grande imprensa. (AQUINO, 1999, p. 219)

O controle à imprensa era fundamental para a ditadura militar ocultar a dimensão de seu próprio autoritarismo sob a forma aparente de regime democrático. Mesmo os órgãos não sofrendo mais censura direta, muitos jornalistas mantinham o receio em publicar algo que pudesse ser negativo ao olhar ditatorial.

Outra fonte também utilizada foi a dos arquivos de informações do governo militar, também chamados de arquivos da repressão. Segundo Bauer e Gertz (2012, p. 177), pode-se afirmar que os arquivos da repressão são conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas durante períodos não democráticos. Estão inclusos registros a partir da ação policial cotidiana (fichas pessoais, depoimentos, prontuários, dossiês, relatórios, informações, ordens de busca e prisão), documentos roubados (correspondências pessoais, livros, documentos de organizações), ou de declarações tomadas em interrogatórios que desrespeitavam tanto os códigos penais quanto dos Direitos Humanos. O acesso a tais documentos passa por alguns obstáculos, não só no Brasil, mas em todos os países do cone sul da América que passaram por ditaduras militares.

[...] Os regimes democráticos que sucederam às ditaduras continuam com problemas para elaborar políticas de liberação da documentação. Em nenhum desses países, a abertura dos arquivos aconteceu como política do governo, mas sim como resultado da luta de parte da sociedade civil envolvida na questão, como comissões de familiares, organizações de Direitos Humanos etc. (BAUER; GERTZ, 2012, p. 181)

A partir de 2005, através da Lei n.11.111 de 5 de maio, foi estabelecido que as documentações seriam disponibilizadas, com exceção dos documentos que comprometessem a segurança da sociedade e do Estado. No final do mesmo ano, através do Decreto n. 5.584 de 18 de novembro, foi determinada a transferência da documentação dos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI) para o Arquivo Nacional (BAUER; GERTZ, 2012, p. 183).<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Entre os principais acervos com documentação da repressão política da ditadura militar, cabe destacar: Acervo Departamento de Ordem Política e Social do estado de São Paulo/Arquivo Público do Estado de São Paulo; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Fundo Delegacia de Ordem Política e Social/Arquivo Público do Estado do Paraná; Centro de Memória Documental da Ditadura Militar/Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; Coleção Brasil: Nunca mais/Arquivo Edgard Leuenroth,

Nos arquivos de informações cedidos pela Comissão Estadual da Verdade do estado da Paraíba, foi possível perceber como os órgãos de informações do governo militar agiam em torno das atividades não só estudantis, mas da sociedade civil ligada de alguma forma a UFPB, o que foi o caso da ADUF-PB e das atividades da Arquidiocese da Paraíba, na figura de Dom José Maria Pires, em apoio às movimentações que começavam no meio acadêmico e ganhavam forma fora do espaço universitário.

O recorte temporal estabelecido está fundamentado nas poucas ou nenhuma informação acerca do movimento estudantil da UFPB entre 1970 e 1976. As entrevistas ajudaram a esclarecer sobre esse quesito: não era apenas devido à censura, mas sim ao perfil do Diretório Central dos Estudantes da UFPB até a sua retomada representativa, a partir de 1975 com as primeiras articulações internas. A escolha dos entrevistados, por sua vez, levou em consideração os dois caminhos metodológicos descritos acima: pesquisa em jornais e nos arquivos de informação. Através destes, podem ser listados nomes de pessoas atuantes no movimento estudantil da UFPB<sup>13</sup>. Foi possível realizar entrevista com Agamenon Sarinho, atuante no DCE-UFPB da retomada em 1976 até 1979. Era fichado pelos órgãos de informação devido ao papel atuante no movimento secundarista e proibido de desempenhar qualquer atividade de oposição ao governo no movimento estudantil universitário; Aracilba Rocha, à época estudante que teve participação no movimento secundarista e apoiava o movimento universitário; Romero Antônio Leite, um dos fundadores do jornal discente *Gênese*, atuante no DCE-UFPB e fichado pelos órgãos de informação; Severino Dutra, presidente do DCE em 1976 e atuante no meio estudantil acadêmico até 1979, também fichado pelos órgãos de informação. Walter Aguiar, atuante no DCE-UFPB e no DA de Engenharia. Foi o representante dos estudantes da UFPB nos Encontros Nacionais de Estudantes que antecederam ao 31º Congresso da UNE, no ano de 1979. Também foi um dos representantes na Paraíba da tendência trotskista Liberdade e Luta, conhecida como

---

localizado na Unicamp; Relatórios tanto da Comissão Nacional da Verdade (CNV) quanto os relatórios estaduais (CEV) e municipais.

<sup>13</sup> Os entrevistados para o desenvolvimento desta pesquisa estão atualmente, em sua maioria, com vínculo empregatício na UFPB, seja na função docente ou em cargo administrativo. Exceções para Aracilba Rocha, que é arquiteta e vinculada à política local e Walter Aguiar, arquiteto vinculado ao Governo do Estado da Paraíba, cumprindo o cargo de ministro da Casa Civil até 2014 e presidente do SEBRAE em 2015.



Libelu; Walter Dantas, muito ativo no movimento estudantil da UFPB e fichado pelos órgãos de informação, também filho do militante camponês Antônio Dantas.

Infelizmente, muito se perdeu da documentação do DCE organizada na década de 1980. O arquivo foi transferido do Núcleo de Documentação Histórico e Regional (NDHIR) para a sede do DCE. Com as sucessivas mudanças de gestões da entidade representativa estudantil da UFPB, os arquivos foram negligenciados e deixados à mercê da degradação do tempo, traças, ratos e baratas. Recentemente este arquivo tem sido recuperado, aos poucos, pelo Núcleo de Direitos Humanos, supervisionado pela professora doutora Lúcia Guerra.

Dos relatos orais foi possível perceber nuances que as documentações escritas foram limitadas a revelar. Motivações, a cultura na retomada das atividades estudantis na UFPB, organização política do movimento e projetos. Para o uso da oralidade procuramos estar atentos ao que Michael Pollack (1992) indicou, ao citar Maurice Halbwachs (2004, p. 85): antes de tudo, a memória deve ser entendida também como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. A memória não é somente a lembrança de um certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar e social, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas. Rouso (2006, p. 94) também chama a atenção para o entendimento da memória como algo incontestavelmente da atualidade:

A memória, segundo escrito básico do termo, é a presença do passado. [...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Por tanto, toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs. (ROUSSO, 2006, p. 94)

Pollack acrescentou que há os acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que torna-se quase impossível que ela consiga diferenciar se participou ou não. Esta mesma memória, por ser seletiva e pertencer a, porventura, uma memória nacional, ela é um fenômeno construído. Portanto, a história oral produz representações e não constituições do real.

Segundo Ferreira (2012, p. 169-170), a história oral pode ser utilizada sob três perspectivas: técnica, como disciplina e como metodologia. Usada como técnica, há uma grande valorização da história oral como levantamento de fontes que devem ser

guardadas em um acervo. São privilegiadas experiências como gravações, transcrições, conservação de entrevistas e formas de organização. Enquanto disciplina, a história oral é vista como uma área de estudos com objeto próprio e capaz de gerar em seu interior soluções teóricas para as questões empíricas, a exemplo da relação entre história e memória, entre sujeito e objeto de estudo, entre apropriações sociais do discurso. Em uma perspectiva metodológica, a história oral estabelece e ordena procedimentos de trabalho, tais como tipos de entrevista, implicações para a pesquisa, posição do historiador frente aos entrevistados e as influências disso sobre o trabalho. Dessa maneira, a história oral é vista como uma ponte entre teoria e prática. No campo teórico, a história oral chega a suscitar, jamais solucionar questões, ou seja, ela não oferece respostas. Portanto:

O testemunho oral representa o núcleo da investigação, nunca sua parte acessória, o que obriga o historiador a levar em conta perspectivas nem sempre presentes em outros trabalhos históricos, como as relações entre escrita e oralidade, memória e história, ou tradição oral e história; o uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres [...] São histórias de movimentos sociais populares [...] versões menosprezadas, característica que permitiu, inclusive, que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos. (FERREIRA, 2012, p. 171)

A história oral permite a singularidade resultante do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo, levando o historiador a afastar-se das interpretações enrijecidas na separação entre sujeito/objeto de pesquisa, permitindo que se abram leques alternativos de interpretações.

A coleta de depoimentos pessoais teve início na década de 1940 nos Estados Unidos, porém sua expansão se deu a partir da segunda metade da década de 1960. Através da história oral procurava-se resgatar a atuação dos excluídos do processo histórico: negros, mulheres, imigrantes. Portanto, afirmava-se como instrumento da construção de identidade de grupos, assumindo um caráter militante. Essa característica foi bem aceita nos Estados Unidos e Inglaterra, porém entre a comunidade de historiadores franceses, sob a égide dos *Annales* de abordagem estrutural e quantitativa, revelaram-se inibidores do uso das fontes orais, garantindo a priorização aos registros escritos. Com a introdução da história do tempo presente e o retorno de uma história política renovada, colocou obrigatoriamente em foco os depoimentos orais

Segundo Ferreira (2012, p. 172), a história do tempo presente é uma perspectiva temporal por excelência da história oral, legitimada como objeto da pesquisa e da reflexão históricas. Com a história oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes. Mesmo correndo o risco do esquecimento ou do caráter ficcional das narrativas, os relatos podem levar o pesquisador a mudanças de perspectiva no trabalho histórico. O uso da fonte oral também requer erudição do pesquisador. É preciso conhecer o tema e saber conduzir a entrevista, bem como ter o conhecimento das críticas que pairam sobre a fonte oral.

Paul Thompson argumenta que nenhuma fonte está livre da subjetividade, seja ela escrita, oral ou visual. Todas podem ser insuficientes, ambíguas ou até mesmo passíveis de manipulação. Apesar da subjetividade a que a fonte oral está sujeita, em seu livro *A voz do passado* o autor defendeu o uso da metodologia da história oral, ao afirmar que “a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. [...] transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos” (THOMPSON apud MATOS; SENNA, 2011, p. 102)

Segundo o referido autor, é necessário ser feito no decorrer da pesquisa um paralelo e diálogo entre a documentação escrita já existente e a fonte oral. Para este trabalho dissertativo, a história oral é utilizada como fonte, portanto, em sua visão metodológica. Como dimensão viva, a história oral traz novas perspectivas a historiografia e contribui significativamente para o corpus documental da pesquisa.

Nosso desafio não está em lidar apenas com a história oral: estamos lidando também com uma história do tempo presente, com memórias vivas de um passado considerado recente. A consolidação da história do tempo presente também é resultado de pesquisas ligadas à memória. Hobsbawm (2010) chama a atenção para o desafio enfrentados pelos jovens historiadores ao trabalharem com temas considerados recentes:

Não pretendo sugerir que apenas aqueles que conseguem se lembrar de 1940 são capazes de chegar a essa conclusão. Porém, para um jovem historiador chegar até ela é necessário um esforço da imaginação, uma disposição em suspender crenças baseadas em sua experiência própria de vida, e um considerável trabalho de pesquisa. (Hobsbawm, 2010: 247)

Também torna-se necessário o domínio do conteúdo para realização de entrevistas, ainda assim correndo o risco de se deparar com a confusão de fatos causados na memória pelos efeitos do tempo.

Segundo Hartmut Kaelble, as expressões *histoire du temps présent*, *contemporary history* e *Zeitgeschichte* entraram no vocabulário corrente dos historiadores especialmente após a II Guerra Mundial. Não só as expressões eram novas, como indicavam que os historiadores tinham a pretensão de explorar as transições e rupturas recentes da história. De fato “Toda essa intensificação dos ritmos da história nas últimas décadas, trazidas pelas grandes guerras e pela eclosão da Revolução Soviética, estimulou o desenvolvimento do estudo do tempo presente.” (FERREIRA, 2012, p. 103)

Na Europa, três temas começaram a despertar a atenção dos estudiosos que se interessavam pelo tempo presente: a história da II Guerra, a emergência do Estado providência e o nacionalismo. No Brasil a maior visibilidade vem acompanhada das crescentes questões entre a comunidade de historiadores sobre o período de ditadura militar brasileira, sobretudo com a aprovação da lei que regulamenta a constituição da Comissão Nacional da Verdade, no ano de 2011, (para apurar crimes contra os direitos humanos), bem como a assinatura da Lei de Acesso a Informações Públicas, no intuito de acabar com o sigilo de documentos<sup>14</sup>.

Uma temática considerada recente no campo historiográfico necessita não só das abordagens da História Oral e o Tempo Presente, mas também da História Política. Sob novas vestimentas, a História política retorna em meados da segunda metade da década de 1970, na França.<sup>15</sup> Jacques Julliard e René Remond introduzem a importância do político aos estudos da história.<sup>16</sup>

Foi com a *Nouvelle Histoire*<sup>17</sup> que se criou um espaço para o retorno de uma história política renovada, principalmente com a 3ª geração dos *Annales*. Ora, no momento em que a história se apresenta em migalhas, em múltiplas histórias e não mais em unidade, a história política também encontra campo nessa nova configuração da

<sup>14</sup> Para ampliar as discussões relativas a História do Tempo Presente, ver: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves.; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

<sup>15</sup> Metodologicamente, a nova história política já era abordada por René Remond, em 1954. Ver: TÉRTART, P. *Pequena história dos historiadores*. Bauru: EDUSC, 2000. Citação página 126.

<sup>16</sup> Jacques Le Goff foi o primeiro a indicar a possibilidade de trabalhar a história política de forma diferenciada da história criticada pelos *Annales*, no texto “A política será ainda a ossatura da história?”. In LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edição 70, 1983. pp. 221-242.

<sup>17</sup> Corrente historiográfica que ganhou maior visibilidade na França na década de 1970, correspondente a 3ª geração dos *Annales*. Julio Aróstegui sugere que, na verdade, a abordagem acerca da história do tempo presente surge na Alemanha. Ver: Historia y tiempo presente. Un nuevo horizonte de La historiografía contemporaneista. *Cuadernos de Historia Contemporánea*, n. 20, 1998.

história. Renovada, a nova história política incrementa às suas pesquisas a interdisciplinaridade, estimulada pelo contato com as ciências sociais, psicologia, linguística, a matemática, informática entre outras. A Nova História Política retorna então:

Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos [...] (RÉMOND, 1996, p. 36).

A Nova História, de bases enraizadas nos *Annales*, considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes do que os acidentes conjunturais. Portanto, o comportamento coletivo ganha maior importância no curso da história do que as iniciativas individuais, fenômenos registrados em longa duração eram mais significativos e decisivos que os movimentos de pouca amplitude, as realidades do trabalho, produção, técnicas, transformações tecnológicas e relações sociais deveriam reter maior atenção dos observadores do que os regimes políticos ou as mudanças na identidade dos detentores de poder, “cuja decisão, segundo se entendia, só faziam traduzir o estado da relação das forças sociais, ou refletir realidades anteriores às escolhas políticas.” (RÉMOND, 2003, p.16)

Ao privilegiar o particular e o nacional, a história política privava-se da possibilidade de comparações no espaço-tempo. A história dos fatos políticos estava para uma breve duração do tempo, equivalente ao instante.

Essa oposição ignora a pluralidade dos ritmos que caracterizam a história política. Esta se desenrola simultaneamente com registros desiguais: articula o conteúdo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento. Há sem dúvida todo um conjunto de fatos que se sucedem num ritmo rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas: golpes de Estado, dias de revolução, mudança de regime [...] Outros se inscrevem em uma duração média, cuja unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes, períodos de aplicação dos tipos de escrutínio, existência dos partidos políticos. Outros ainda tem por unidade de tempo a duração mais longa; se a história for das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está ligada à longa duração. (RÉMOND, 2003, p. 34-35)

O retorno de uma história política agora renovada se dá, além das mudanças epistemológicas no campo da história, também às novas configurações em que a sociedade pós-industrial está inserida, ao menos no contexto Ocidental. O aumento das demandas do Estado com políticas públicas, a crescente participação dos setores sociais, a partir da inserção da população nas decisões políticas trouxeram à tona a inevitável

politização dos acontecimentos. Neste contexto, Jacques Julliard (1995) acredita que a chamada “intervenção burocrática” (as políticas públicas setoriais) aliada aos modernos meios de comunicação e informação devam ser encarados como elementos-chave para o favorecimento desse novo olhar político:

À medida que a sociedade natural cede lugar àquilo que Alain Touraine chama de “sociedade programada”, o estudo das políticas setoriais assume importância crescente como fato de explicação [...] Acrescentemos, enfim, que o desenvolvimento dos meios modernos e de informação torna imediatamente políticos um grande número de acontecimentos, conferindo-lhes uma repercussão pública, uma singularidade, talvez um caráter de exemplo que não existam sem tais meios. (JULLIARD, 1995, p. 183-184)

A renovação da história política também foi estimulada pelo contato com outras ciências sociais, pela interdisciplinaridade. Tornou-se impossível para a história política seguir isoladamente: sociologia, direito público, matemática e linguística são algumas das disciplinas que passaram a trocar experiências com a história política. Acerca das novas correntes marxistas, estas retornam com a restauração do político na história:

Basta neste caso mencionar a importância de alguns conceitos gramscianos – hegemonia, bloco histórico, dominação *versus* direção, intelectuais tradicionais e orgânicos - e althusserianos – autonomia relativa, sobre determinação, determinação em última instância, aparelhos ideológicos de Estado. (FALCON, 1997, p. 118).

As novas discussões travadas sobre o político no campo do marxismo percebem o Estado e suas relações com a sociedade civil, além de abrir caminhos a novas investigações históricas mais amplas acerca do poder e das formas de dominação. Outra atenção especial a ser dada é ao papel desempenhado pela Cultura Política. Segundo Rosanvallon, em aula inaugural na *Collège de France* em 2002 na Cátedra de História Moderna e Contemporânea do Político:

[...] Ela toma de empréstimo – notadamente à história das mentalidades – a preocupação de incorporar o conjunto de elementos que compõem este objeto complexo que é uma cultura política: o modo de leitura dos grandes textos teóricos, a recepção de obras literárias, a análise da imprensa e dos movimentos de opinião, o destino dos panfletos, a construção de discursos de circunstância, a presença de imagens, a pregnância dos ritos e mesmo o efêmero rastro das canções. Nesta abordagem, pensar o político e fazer história ativa das representações da vida comum são tarefas sobrepostas: é um nível “bastardo” que se deve apreender o político, no entrelaçamento das práticas e representações. (ROSANVALLON, 2010, p. 86-87)

Através da Cultura Política é permitido evidenciar as subjetividades e complexidades dos estudantes aglutinados em instituições de representação estudantil. Segundo Sirinelli, cultura política seria uma espécie de código e de um conjunto de referências formalizados no seio de um partido, de uma família ou de uma tradição política. Por esta definição, é possível incluir a importância do papel das representações e da pluralidade no campo de estudo, retirando do político o status apenas ideológico (SIRINELLI apud BERNSTEIN, 1998). São em trabalhos inspirados em Bernstein e Sirinelli que se encontra uma busca em identificar as diferentes culturas políticas que integram e disputam um mesmo espaço nacional (MOTTA, 2009).

Foi no período pós-guerra que a cultura política deu seus primeiros passos. Enquanto estatuto acadêmico foi no campo das Ciências Sociais que teve suas primeiras reflexões - nas décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos<sup>18</sup> - como uma maneira de compreender melhor a origem dos sistemas políticos democráticos, e durante a Guerra Fria foi utilizado como fortalecedor do campo dito por democrático, na disputa com o bloco socialista (MOTTA, 2009, p. 16 - 17).

Essa espécie de “escala” de tipos de comportamento político, orientou o que se tornou conhecido como “escola desenvolvimentista”, uma abordagem centrada em estudos sobre os “processos de modernização” entendidos como de transição de modelos políticos “tradicionais”, próprios de países “atrasados ou em desenvolvimento”, para modelos políticos “modernos”, cujo referencial era a experiência liberal-democrática anglo-saxã. Nesse sentido, uma cultura política era entendida como um “conjunto de orientações” – abarcando crenças, valores e sentimentos -, que atuava sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos. O acesso à democracia e a estabilidade posterior dos regimes democráticos estariam articulados, necessariamente, ao estabelecimento de uma cultura cívica democrática. (GOMES, 2005, p. 28)

No campo da Ciência Política, pesquisadores vinculados à teoria marxista indicavam que o conceito de classe social era determinante sobre as atitudes e valores individuais ou de grupos. Quando não dava para identificar a correlação entre atitudes e valores, a justificativa pairava sobre as ideias de que tais valores e atitudes “expressavam uma ‘falsa consciência’ ou, caso menos grave, uma ‘consciência possível’ da classe, em face de seus ‘verdadeiros’ interesses.” (GOMES, 2005, p. 28). Ainda segundo Gomes (2005, p. 29), tais aspectos também não permitiam o uso do conceito de cultura política, por postular uma lógica de ação coletiva fundada em

---

<sup>18</sup> Almond e Verba com a superioridade da cultura política cívica ou democrática.

orientações maximizadoras de interesses materiais, deixando pouco espaço para variáveis culturalistas.

Nos estudos antropológicos, a preocupação maior era em relativizar padrões culturais. Desse modo, o conceito de cultura política era confundido ao de cultura, sendo definido como “um conjunto de significados” que dá sentido às percepções dos homens sobre a realidade social (GOMES, 2005, p. 29). No campo da História, o conceito de cultura política esteve intimamente relacionado à nova história política. Desvinculando-se da escola da cultura política norte americana, a cultura política foi sendo apropriada pela história política renovada e, nesse sentido, o conceito antropológico foi fundamental para construção do conceito. Caberia a cultura política:

[...] permitir explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades. Ou seja, realizando o exercício historiográfico que implica se deslocar no tempo e no espaço, compreendendo as orientações dos atores, segundo seus próprios códigos culturais. (GOMES, 2005, p. 30)

Segundo Bernstein (1998), a cultura política é um corpo vivo em constante evolução, que se alimenta e enriquece através das múltiplas contribuições (BERNSTEIN, 1998, p. 357). Dessa maneira, a cultura política vem procurar compreender as motivações que levam o homem a adotar determinados comportamentos políticos.

Ela é apenas um dos elementos da cultura de uma dada sociedade, o que diz respeito aos fenômenos políticos. Mas, ao mesmo tempo, revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função de sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, no lugar que nele tem e da imagem que tem da felicidade. Todos os elementos [...] permitem perceber melhor as razões de atos políticos que surgem. (BERNSTEIN, 1998, p. 363)

Ampliando a definição de cultura política, as representações configuram um conjunto que inclui ideologia, memória, linguagem, imaginário e mobilizam mitos, símbolos, discursos e uma ampla cultura visual, pois:

Uma definição adequada para cultura política, [...] poderia ser: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim



como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2009, p. 21)

Para tanto, a constituição de uma cultura política demanda tempo, sendo um conceito pertencente aos fenômenos políticos de média e longa duração. Um campo em que é possível entender como uma determinada interpretação do passado é produzida e consolidada, sendo integrado ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais. Contudo, restringir os estudos de cultura política ao tema das representações poderia empobrecer a compreensão de fenômenos. Nesse sentido, há importância em considerar a existência de vetores sociais responsáveis pela reprodução das culturas políticas, tais como família, instituições educacionais, corporações militares, partidos, sindicatos, igrejas, veículos de disseminação impressos, tais como periódicos e livros.<sup>19</sup> (MOTTA, 2009, p. 23)

### ***1.2 - Breve contextualização: tomada de poder***

Não posso e não devo, neste instante de tanta inquietação nacional, deixar de definir minha posição, na qualidade de governador dos paraibanos. Reafirmo, preliminarmente, todos os pronunciamentos que expendi em favor das reformas essenciais, por saber que elas constituem instrumentos legais de adequação aos novos problemas do povo [...] O movimento que eclodiu nestas últimas horas em Minas Gerais, com repercussão em outros estados, não é mais nem menos do que a projeção de acontecimentos anteriores, numa tentativa de recolocar o país no suporte de sua estrutura legal, propiciando clima de tranquilidade – indispensável ao processo desenvolvimentista que vivemos [...] (MELO apud NUNES, 2014, p. 70)

Dessa maneira, o governador da Paraíba Pedro Gondim declara seu apoio, no dia 1º de abril, ao golpe, declaração recebida pelos paraibanos através da rádio estatal Tabajara. O Brasil passou 21 anos sob os auspícios de uma ditadura militar. Entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964 foi divulgado nacionalmente um golpe de Estado executado pelos militares, porém apoiados por parte da sociedade civil brasileira insatisfeita com o governo do presidente deposto, João Goulart. Segundo Fico (2012, p. 15-20), nos últimos dias de março intensificaram-se as atividades conspiratórias envolvendo oficiais superiores, generais, governadores, parlamentares e empresários, muitos deles participantes de prolongadas campanhas de desestabilização do governo

---

<sup>19</sup> Motta (2009, p. 33) também chama atenção para o risco que o trabalho com cultura política pode trazer, que é a possibilidade de enxergar a partir de uma linha de interpretação conservadora da história. Se enxergarmos a política como presa à tradição e arraigada à cultura, podemos ser tentados a compreender a história como imóvel, na qual nada muda e tudo é eterna repetição. Tal tipo de leitura pode abolir a própria história.

Goulart. De acordo com Motta (2014, p. 49), nem todos os grupos tinham projetos claros para o futuro do país, apenas de que era necessário remover o governo Goulart para interromper o processo de “esquerdização” em curso, o que afetaria muitos interesses. Tais interesses não eram só de natureza política, econômica ou social, mas também cultural como a defesa de valores religiosos, por exemplo. Entretanto, um golpe de Estado pelos militares, sob o apoio civil, não era novidade desde o início da República no Brasil.<sup>20</sup>

Na Paraíba, não só militares, mas também civis engajados participaram da invasão de espaços considerados subversivos, como foi o caso da Associação Paraibana de Imprensa (API) e a Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR)<sup>21</sup>. A Câmara Municipal de João Pessoa e a Assembleia Legislativa anteciparam as prerrogativas do Ato Institucional nº1 e emitiram a cassação de mandato dos parlamentares suspeitos de envolvimento com atividades e ideologias consideradas subversivas<sup>22</sup>. Por outro lado, houve tentativas de reação nas cidades de João Pessoa, Rio Tinto, Campina Grande e Sousa, através de comícios e protestos organizados pelo Partido Comunista, Federação das Ligas Camponesas, Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e alguns sindicatos trabalhistas, porém foram reprimidos. Em Campina Grande, o prefeito Newton Rique lançou declarações contrárias ao golpe militar, mas alguns meses depois foi cassado. O setor estudantil, tanto acadêmico quanto secundarista, sofreu intervenções em suas entidades de representação estudantil. Anteriormente ao golpe, o governo de Pedro Gondim já dava indícios de uma guinada às propostas militares, ao vincular-se definitivamente aos grupos conservadores. Pode ser indicado como um dos indícios o episódio de Mari.<sup>23</sup>

---

<sup>20</sup> A proclamação da República brasileira foi uma intervenção militar com apoio de civis, colocando os militares na presidência por dois mandatos: Deodoro da Fonseca (de 1889 a 1891) e Floriano Peixoto (de 1891 a 1894). Mais adiante, com a retomada de Vargas à presidência, o país vivia sob o espectro do golpe de Estado. Houve tentativa durante a presidência de Vargas, que o levou ao suicídio, com a posse de Juscelino Kubitschek e na posse de João Goulart à presidência após renúncia de Jânio Quadros. Ver: FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005; FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Jorge. (orgs) *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática* (vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

<sup>21</sup> Criada em 1961 a partir de um grupo de jovens oriundos da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Paraíba pertencentes a Juventude Universitária Católica (JUC), trabalhava com a alfabetização de adultos, com métodos que aproximavam-se muito aos de Paulo Freire.

<sup>22</sup> Os deputados Assis Lemos, Lagstein de Almeida e os suplentes Figueiredo Ávila e Agassiz Almeida tiveram seus mandatos cassados através do projeto 3/64 do deputado Joacil Brito Pereira.

<sup>23</sup> Três acontecimentos podem ser indicados como símbolos do afastamento de Gondim das forças populares e de esquerda. A manifestação de estudantes secundaristas e universitários contra o desrespeito

O município de Mari, localizado a 10 quilômetros de distância de Sapé, presenciava no início do ano de 1963 a organização dos camponeses da região em sindicatos rurais. Após organização sindical, planejaram mutirões para o plantio de milho e feijão para o inverno do mesmo ano, passando de fazenda em fazenda convocando seus companheiros. Esta atitude encabeçada pelo sindicato causou a preocupação dos proprietários de terra da região. O estopim para os donos de terra foi a reação dos camponeses da fazenda Santo Antônio ao cercamento que sofreram por dois funcionários armados. Após discussão, os camponeses desarmaram o administrador Arlindo Nunes da Silva e penduraram o chocalho<sup>24</sup> de administrador que carregava, em seguida o liberando. Ficaram, portanto, de posse do revólver calibre 45 com símbolo do Exército Brasileiro, que, somado a atitude dos camponeses contra o cercamento, mobilizou os proprietários rurais da região. Liderados pelo usineiro Agnaldo Veloso Borges (principal acusado pela morte do camponês João Pedro Teixeira), os proprietários das Usinas São João e Santa Helena iniciaram em 1964 conflito com os camponeses acusados de estarem movimentando-se contra os proprietários e estarem de posse de uma arma oficial do exército. Do diálogo à violência, houve a morte do camponês Antônio Galdino da Silva e de mais dez pessoas, incluindo camponeses, o superintendente da usina São João e um policial, além de quatro feridos.

Foi um divisor de águas na política do governador Pedro Gondim que, de tolerância às mobilizações camponesas, passa a fazer coro aos posicionamentos mais conservadores do estado, abrindo um inquérito policial para identificação dos culpados e participando da montagem de um forte esquema de repressão aos camponeses, a partir do envio de aparato policial aos locais de maior tensão, já sintonizando o Governo do Estado com os interesses das Forças Armadas (NUNES, 2014, p. 87-88).

Com os militares no poder, o slogan adotado passa a ser “segurança com desenvolvimento”, associando “...desenvolvimento capitalista associado-dependente à

---

à lei da meia passagem, a tragédia de Mari e a invasão a Faculdade de Direito, que objetivou retirar da faculdade os estudantes que protestavam contra a vinda do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, à Paraíba. Nos três casos houve forte repressão policial com o aval do governo do estado. (NUNES, 2014, p. 86). Ver também: CITTADINO, Monique. Pedro Gondim: um governador entre Deus e o diabo apud DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho (Orgs). *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania*. João Pessoa: Editora UFPB, 2014. RODRIGUES, Cláudio José Lopes. *Alienados e Subversivos: a aventura estudantil (1950 a 1999)*. João Pessoa: Ideia, 2000.

<sup>24</sup> O chocalho representava para os camponeses símbolo de traição, já que os funcionários do dono da terra, em sua maioria, tinham a mesma origem social que os camponeses, porém reprimiam suas atividades.

defesa da segurança interna contra o ‘inimigo interno’.” (ALVES, 2005, p. 31). Portanto, de 1964 a 1985 o regime ditatorial militar não seguiu uniformidade do início ao fim: passou por mudanças constitucionais, legitimação do autoritarismo e repressão através dos atos institucionais para, por fim, desembocar em uma suposta ideia de abertura política.

### ***1.3 - Das movimentações estudantis***

“Brazilian student have a long tradition of protest. Their grievances are legitimate and pose a long-range threat to the maintenance of stability.” (Restless Youth, CIA Report apud GREEN, 2009, p. 31).<sup>25</sup> Washington acompanhava de perto cada movimento reivindicatório no Brasil através da CIA e um desses movimentos, objeto desta dissertação, era o movimento estudantil. Segundo Green (2009) foram elaborados documentos secretos no intuito de revelar o perfil das movimentações estudantis brasileiras em comparação às demais existentes pelo mundo, porém com as especificidades de cada movimentação por estado brasileiro. Era um movimento considerado extremamente subversivo e a sua entidade, a UNE, radical.

As primeiras movimentações estudantis no Brasil datam do século XIX, após chegada da família real portuguesa (POERNER, 1995, p. 52). Contudo, movimentações com considerável número de estudantes vieram em caminhada com o crescimento da industrialização nas cidades, quando os estudantes passaram a participar de grupos políticos. Só em agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, é aprovada em Conselho Nacional dos Estudantes a criação de uma entidade de representação máxima estudantil: a União Nacional dos Estudantes - UNE. Desde a fundação, a UNE passa a organizar congressos nacionais e a buscar articulação com outros setores da sociedade. Apesar de tentador, não cabe para este momento levantarmos um histórico de atuação da UNE, pois já daria outro trabalho dissertativo.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> O estudante brasileiro tem uma longa tradição de protesto. Suas reivindicações são legítimas e emitem uma ameaça a longo prazo à manutenção da estabilidade. (tradução livre)

<sup>26</sup> Podem ser referências para o tema: POERNER, Arthur. *O poder jovem* (Op. cit.), SANTOS, Nilton. *História da UNE: Depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980 v. 1. ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Belume Dumará, 2007. FÁVERO, Maria de Lourdes. *A UNE em Tempos de Autoritarismo*. 2. ed. Rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Uma história da UNE* (Op. cit.). O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) dispõe de alguns documentos referentes aos primeiros órgãos fundados para representar os estudantes do Brasil e da formação da UNE.

Com o golpe civil-militar, a UNE foi uma das primeiras entidades a sofrer intervenção militar, em um primeiro momento com a invasão e queima da sede central da UNE localizada na praia do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro. Em um segundo momento pondo as entidades de representação estudantil na ilegalidade. A política militar passou a pregar um novo ideal de estudante: o autêntico estudante deveria impor no meio universitário o patriotismo, a dedicação aos estudos e o afastamento da política. Construídas à semelhança do sindicalismo controlado pelo Estado, a proposta era de que as novas entidades estudantis fossem erigidas com o apoio entusiástico dos jovens de boa índole. Para surpresa das autoridades, as coisas não funcionaram como almejado (MARTINS FILHO, 2007, p. 189).

Ao final de 1964, o ministro da educação Flávio Suplicy de Lacerda anunciou a pretensão do governo federal em extinguir a União Nacional dos Estudantes e as Uniões Estaduais dos Estudantes, permanecendo apenas os diretórios acadêmicos, central, estadual e nacional, a partir de adaptações de seus estatutos internos, sob orientação da lei 4.464 (conhecida como Lei Suplicy) e seus comportamentos supervisionados pela reitoria das universidades e pelo Ministério de Educação e Cultura.

Aderir aos pensamentos e partidos de esquerda foi a saída encontrada pelos estudantes. Segundo Benevides (2006, p. 21), a aproximação dos estudantes ao pensamento e práticas da esquerda coincide com o chamado ciclo de gerações, das quais os velhos modelos já não se adequavam a realidade. “Talvez por isso as ideologias de esquerda que pregavam o fim do antagonismo de classe [...] soaram mais inovadoras aos ouvidos de muitos estudantes.” (BENEVIDES, 2006, p. 77). Aliado aos partidos de esquerda, o movimento estudantil lutava pela reconstrução de suas entidades representativas, contra a Lei Suplicy e, a partir de 1966, contra as políticas ditatoriais, tendo as ruas como espaços de manifestação. Contudo, o meio acadêmico não era formado apenas por estudantes contrários ao golpe. Embora a esquerda fosse influente, havia estudantes que seguiam orientação conservadora. Desses grupos conservadores saíram os interventores para as entidades de representação estudantil.

O espaço universitário entrou na perspectiva que Motta (2014, p. 12-15) nomeou de projeto autoritário-conservador, pautado em manter os seguimentos subalternos excluídos do processo como atores políticos, bem como combater os agentes e ideias de

esquerda. As universidades eram instituições que o regime militar procurou modernizar e reprimir, reformar e censurar, simultaneamente. Na UFPB, a intervenção militar foi imediata ao golpe e decidida através de ato baixado pelo comandante do Exército em João Pessoa. Os militares locais desconfiavam do envolvimento do reitor Mário Moacyr Porto com a esquerda:

Segundo informe dos órgãos de inteligência, o reitor teria apoiado atividade dos comunistas e facilitado o proselitismo de esquerda. Entre outras coisas, ele foi acusado de financiar viagens de estudantes à URSS e também publicações subversivas (um jornal estudantil). Uma evidência serviu de prova cabal de sua “culpa” aos olhos dos militares: “Foi agraciado com a comenda de honra da União Internacional dos Estudantes, cuja sede é em Praga.” (MOTTA, 2014, p. 42)

O interventor nomeado foi o professor de medicina e oficial do Exército Guilardo Martins Alves, ocupando o cargo de reitor por sete anos. Guilardo mostrou-se receptivo às demandas repressivas, ao passo que teve habilidade para contrair apoios, garantindo sua eleição pelo Conselho Universitário.<sup>27</sup> A gestão de Guilardo foi marcada por obras e investimentos, porém com expurgos políticos, sobretudo após 1968. Segundo o novo estatuto da UFPB (Decreto Federal nº. 55.464, de 21 de outubro de 1969, baseado no Ato Institucional nº. 16, de 14 de outubro de 1969), a comunidade universitária deveria se orientar para uma convivência harmônica entre os corpos docente, discente e funcionários; preservar a segurança da vida escolar; promover reuniões de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo; assistência estudantil.

#### **1.4 - 1968: o estopim**

*Todos os movimentos realizados nos últimos dias foram de própria iniciativa dos estudantes feridos nos seus direitos e nunca elementos estranhos. A greve continuará até que as autoridades compreendam quanto vale uma vida e que não podem destruir a livre expressão de um povo.*<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Nem sempre o apoio dos militares locais garantia o resultado das eleições dos conselhos universitários. Segundo Motta (2014: 43), o caso da UFPE pode ser emblemático na relação apoio militar – Conselho Universitário.

<sup>28</sup> *Correio da Paraíba*, 1968, “Agripino proíbe manifestações estudantis”, 03 de abril, p. 08.

O ano de 1968 representou o estopim para as movimentações estudantis. Em meio aos sinais de tensões entre grupos militares que disputavam a sucessão de Costa e Silva, os estudantes do Rio de Janeiro entravam em choque com um pelotão da Polícia Militar da Guanabara, ao lado do restaurante estudantil conhecido por “Calabouço” (apelidado assim pelos estudantes por servir comida de má qualidade). Dessa vez, a ação policial resultou na morte do estudante Edson Luis Souto, desencadeando protestos de diversos setores da sociedade civil – jornalistas, parte do clero, líderes sindicais, artistas, intelectuais – em protesto nas ruas contra a violência do governo ditatorial. Protestos que ultrapassaram as fronteiras cariocas e alcançaram praticamente todo o país. Em João Pessoa, o governador João Agripino proibiu passeatas em protesto à morte do estudante Edson Luís:

[...] Em face das comunicações recebidas do sul do país, no sentido de que elementos estranhos à classe estudantil aproveitando-se do seu estado emocional decorrente da morte do colega da Guanabara, para a prática de desordens, depredações, afronta à autoridade e atentando ao regime, faz ciente de que não permitirá concentrações, passeatas ou comícios, neste Estado, a partir de hoje, até novas instruções e mantendo a ordem pública, que permitirá o normal funcionamento do comércio, da indústria, dos estabelecimentos de ensino e demais atividades da sociedade. (*Correio da Paraíba*, 1968, “Agripino proíbe manifestações estudantis”, 03 de abril, p. 08)

De toda maneira, a União Estadual dos Estudantes na Paraíba (UEEP) e a Associação Estadual dos Estudantes Secundaristas (AESP) convocaram o DCE da UFPB, os Diretórios Acadêmicos (DAs) das Faculdades da UFPB e os Grêmios Estudantis para uma reunião pela decisão de uma paralisação das aulas nas instituições de ensino superior e nos diversos colégios e escolas estaduais a partir do dia 1º de abril de 1968, e pela realização de mobilização nas ruas da Capital, marcada para o dia 4 de abril, em protesto ao assassinato de Edson Luis. A pedido dos estudantes o Arcebispo Dom José Maria Pires celebrou uma missa na manhã do dia 04 de abril na Catedral Nossa Senhora das Neves pela alma do estudante Edson Luis. Ao término da missa, os estudantes saíram da igreja em passeata com destino ao Ponto de Cem Réis. Pelo caminho realizaram dois protestos relâmpagos: um em frente a Loja Maçônica, na avenida General Osório, e nas proximidades da Biblioteca da UFPB. (Silva, 2010: 17-18)

Ao chegar no Ponto de Cem Réis, os estudantes foram surpreendidos por soldados da Polícia Militar fortemente armados. No confronto entre estudantes e militares, foram presos os estudantes universitários Tibério Graco Pereira de Sá e Augusto Aécio Mendes Duarte. A reação à morte de Edson Luís em João Pessoa foi recordada por Aracilba Rocha:

Então, tiveram dois momentos participativos na minha fase de protesto estudantil: um foi no Ponto de Cem Réis, quando nós fizemos uma grande ocupação no Ponto de Cem Réis. Estudantes, intelectuais da universidade estavam lá presente e o exército dispersou este movimento. O segundo movimento foi em frente à catedral, onde na hora da distribuição dos panfletos eu e mais o grupo que estávamos distribuindo os panfletos fomos detidos e levados para a delegacia que existia na Duque de Caxias, uma delegacia antiga, em que ficamos detidos para depoimentos. Todos eram menores de idade [...] <sup>29</sup>

De fato, segundo o jornal *Correio de Paraíba*, houve confronto entre estudantes e a polícia nas proximidades do Ponto de Cem Réis, no centro de João Pessoa. Recebidos com vaias pelos estudantes, os policiais reagiram:

O primeiro choque entre estudantes e policiais verificou-se as 11:20 nas ruas do Ponto de Cem Réis, quando contingentes da polícia militar, investiram contra uma passeata estudantil que, iniciada diante da Catedral Metropolitana, onde o padre Juarez Benicio celebrava missa em sufrágio da alma de Edson Luís, percorrendo a avenida General Osório ganhava a rua Duque de Caxias e, naquele momento atingia o logradouro central da cidade. (*Correio da Paraíba*, 1968, “Tiros e prisões no protesto estudantil”, 05 de abril, p. 01)

No dia posterior, estudantes universitários realizaram comício relâmpago no Restaurante Universitário (localizado no atual Cassino da Lagoa, no Parque Solón de Lucena), em que ficou decidida a continuidade do movimento. A violência policial levou alguns setores da sociedade civil paraibana a se pronunciarem em favor dos estudantes e contra o ato permissivo à violência do governador João Agripino. Dentre atos repressivos, o governador usava de aparato repressivo apoiado no cumprimento a norma nacional, em que governadores e prefeitos deveriam manter a ordem em suas áreas de influência. Aquelas regiões que não tivessem suas forças de oposição devidamente controladas, deveriam entrar para lista de segurança nacional.

No mês seguinte, estudantes secundaristas lideraram nova greve, reivindicando a contratação de professores para o colégio estadual Lyceu Paraibano e outras escolas estaduais de João Pessoa. Realizaram passeata pelas principais ruas do centro da capital

---

<sup>29</sup>Aracilba Rocha, entrevista concedida à autora em 25 de abril de 2014.



e ocuparam do Palácio da Redenção na tentativa de dialogar com governador João Agripino. Só deixaram a sede do Palácio após negociações de que o chefe do poder executivo se prontificou a conversar com os integrantes do movimento no auditório do Lyceu (*Correio da Paraíba* apud SILVA, 2010, p. 18). A negociação com o governador não teve êxito e a greve só terminou no dia 13 de maio, após comunicado da professora Carmem Isabel, diretora do ensino médio da Secretaria de Educação, confirmando que o Governo do Estado havia selecionado os professores para dar aulas naquele dia, mesmo sem estarem formalmente contratados.

Dentre as entidades secundaristas, o Grêmio estudantil Castro Alves, do Colégio Estadual do Roger, tinha grande expressividade. Segundo Aracilba Rocha, em memorização ao período vivido:

Eu ainda era do ginásio naquela época, quando nós participamos ativamente dos protestos de rua, ainda em 67, junto a Washington Rocha, Irlando, Help<sup>30</sup>, Biu<sup>31</sup>, que era o grupo que formávamos mais ou menos na nossa faixa etária de adolescentes, entre 15 e 18 anos e participávamos ativamente do movimento [...] nos juntávamos, fazíamos os panfletos e jogávamos na rua, distribuíamos, nas passeatas, nos movimentos.<sup>32</sup>

Agamenon Sarinho também recordou em entrevista sua participação em atividades estudantis antes de ser estudante de graduação na UFPB:

Meu ingresso ao movimento estudantil vem de 1968, no Colégio Estadual do Roger. Fui contemporâneo de Antônio Soares – o Help – e Severino Gomes – Biu – que era o presidente do grêmio Castro Alves do Colégio Estadual do Roger à época, né, e outros colegas. Alguns deles, inclusive, na sequência participaram aqui do período de retomada do movimento estudantil da UFPB, [...]. Em 1970 ingressei no Lyceu, fiz os três anos do curso científico da época e inclusive fui proibido de participar do grêmio estudantil. O grêmio Santiago Gurgel foi fechado quando a gente inscreveu uma chapa e eu tive que optar por outra forma de fazer atividade política que foi a criação, com outros colegas, do grupo de teatro, o GETEX – Grupo Estudantil de Teatro Experimental<sup>33</sup> – que a gente teve uma certa participação inclusive com algum destaque na época, no movimento cultural da cidade, nesse período em torno de 1970 ao final de 1972.<sup>34</sup>

<sup>30</sup>Antônio Soares, na época líder estudantil secundarista. Posteriormente vinculou-se ao PCBR, no processo de luta armada. Atualmente mora no Rio de Janeiro.

<sup>31</sup>Severino Gomes.

<sup>32</sup>Aracilba Rocha, entrevista concedida à autora em 25 de abril de 2014.

<sup>33</sup> Na cidade de Campina Grande-PB os estudantes secundaristas também se envolveram em atividades culturais para integração estudantil. Segundo Silva (2014: 72-73), os estudantes do Centro Estudantil Campinense realizavam, a partir da segunda metade da década de 1960, festividades que contavam com jogos interestaduais e exibição de filmes no Cineclube Glauber Rocha.

<sup>34</sup>Agamenon Sarinho, entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014.

O movimento cultural desempenhado pelos estudantes secundaristas foi desenvolvido no ano de 1970 e incluía diversas atividades culturais, interligando estudantes de várias cidades do estado da Paraíba.

Eu já era estudante do Lyceu Paraibano e comecei a participar de um chamado Movimento de Cultura Popular, que foi criado em João Pessoa-Paraíba por um grupo de pessoas de que fazia parte Pedro Osmar, que era um dos mentores desse movimento e Vladimir Dantas, que era meu irmão. A gente montou peça, tivemos contato com associações universitárias, principalmente a associação de Catolé do Rocha onde nós fomos apresentar uma peça, e foi nesse meio aí que acabamos encontrando com algumas outras pessoas, como Severino Dutra, Agamenon Sarinho, depois apareceram Neta que posteriormente foi o grupo precursor do movimento estudantil nessa retomada no início do reitorado de Lynaldo Cavalcanti.<sup>35</sup>

No final do mês de maio de 1968 alguns estudantes universitários promoveram o arrombamento ao Clube do Estudante Universitário, local onde também funcionava o Restaurante Universitário, atualmente Cassino da Lagoa. A ação ocorreu por causa da falta de alimentação 40 minutos antes de terminar o expediente do jantar. Na ocasião, os estudantes destruíram a porta do depósito do Restaurante e retiraram os alimentos para os estudantes que não tinham feito suas refeições. A justificativa do presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFPB, José Ferreira, ao episódio do arrombamento do RU foi que os comensais há vários dias vinham protestando contra a péssima qualidade da alimentação e que no dia 5 de maio mais de 200 universitários fizeram uma assembleia no local e assinaram um manifesto, o qual foi entregue ao reitor da UFPB Guilardo Martins. No manifesto, os estudantes expressaram a decisão da assembleia que, caso não houvesse melhoria na alimentação, a partir do dia 15 de maio eles não mais pagariam pelas refeições.

A cada dia que passa o problema se torna mais sério no CEU, sem que a Reitoria atenda as reclamações dos estudantes. O problema existe, tanto assim que ontem, faltando quarenta minutos para o término da refeição do jantar, faltou alimentos, tendo ficado decidido em assembleia, isto depois de solicitações pacíficas, a retirada de alimentos da dispensa a fim de suplementar o jantar. (*Correio da Paraíba* apud SILVA, 2010, p. 19)

Por solicitação do reitor Guilardo Martins, o Departamento da Polícia Federal abriu um inquérito para apurar as responsabilidades pelo arrombamento a dispensa. O presidente do DCE daquele ano, José Ferreira, foi acusado como o autor da ação, porém

---

<sup>35</sup> Walter Dantas, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.

o mesmo, em interrogatório alegou ter sido uma ação coletiva baseada na decisão tomada em reunião da qual não participo, apenas apoiou: “o arrombamento da dispensa do CEU foi uma decisão de uma assembleia geral dos comensais do RU, assembleia que não foi dirigida pelo DCE, mas que contou com sua inteira solidariedade.” (*Correio da Paraíba* apud SILVA, 2010, p. 19). Outras lideranças estudantis também foram interrogadas, a exemplo de Francisco Barreto Filho, vice-presidente do DCE e Presidente da Executiva Nacional dos Estudantes de Direito (ENED); Germana Correia Lima, Vice-Presidente da ENED; e Wladimir Martins de Sousa, Presidente do Clube dos Estudantes Universitários. Os três pronunciaram-se aos discentes que os dirigentes do inquérito estavam forjando afirmações a fim de responsabilizar o estudante José Ferreira por todo o ato.

Em junho de 1968 a União Estadual dos Estudantes da Paraíba realizou o I Seminário Estadual para tratar de assuntos políticos referentes à luta dos universitários e a organização das suas entidades representativas. Várias resoluções políticas foram aprovadas naquele evento, dentre elas o combate intensivo ao Acordo do Ministério da Educação e Cultura com a United States Agency for International Development (MEC/USAID)<sup>36</sup>, além de boicote à política educacional do governo militar. No plano das reivindicações específicas, foram aprovadas as resoluções que trataram da realização de um levantamento sobre os problemas das instituições de ensino superior na Paraíba, a luta pela federalização da Universidade Regional do Nordeste (URNe) e a extinção de anuidades (SILVA, 2010, p. 19).

Segundo Rodrigues (1986, p. 42-43), após a fundação da URNe em 1966, o governo estadual não dispunha de condições para manter a instituição e esta passou a depender de forma vital dos recursos federais a ela repassados. Para tentar suprir a deficiência nos quadros docentes, houve o surgimento dos professores polivalentes, ou seja, o mesmo professor ministrava aulas em diversos cursos. “O melhor exemplo talvez

---

<sup>36</sup> A United States Agency for International Development (Usaid) foi criada em 1961 e ocupou o lugar de outra agência anterior, a International Cooperation Administration (ICA), que desde 1954 gerenciava projetos financiados pelo governo americano em outros países. A partir do Usaid, os recursos tornaram-se maiores e os objetivos mais ambiciosos, respondendo às crescentes ansiedades de Washington em relação à América Latina, principalmente ao Brasil. O projeto fazia parte da política da Aliança para o Progresso do presidente Kennedy e visava atender às solicitações dos governantes brasileiros quanto a modernização das universidades, ao passo que o acordo garantiria a aliança com o governo brasileiro e tornariam as faculdades lugares estratégicos contra a difusão da política de esquerda, no contexto da Guerra Fria. Antes de 1964 os projetos da Usaid enfrentaram adversários dentro da própria máquina estatal, que não viam com bons olhos a ingerência dos americanos. A partir do golpe de 1964, o governo federal abriu as portas para os interesses estadunidenses no Brasil. Ver: Motta (2014, p. 110-147), Op. cit.

seja o do professor que ensinava História e Filosofia da Educação, Moeda e Crédito e Política Financeira (Ciências Econômicas), Direito Romano e Pesquisa Social” (RODRIGUES, 1986, p. 43). Uma das propostas para a falta de recursos foi transformá-la em uma universidade do Estado, porém paga (o que foi posto em prática) ou federalizá-la. A mudança para a federalização não só desafogaria os cofres estaduais como acentuaria a melhoria para os quadros universitários sendo de ensino gratuito, trazendo benefícios as amplas camadas da sociedade (RODRIGUES, 1986, p. 97). A federalização das escolas de ensino superior estaduais era um fenômeno em todo o país:

Para satisfazer às pressões latentes ou manifestas, os governos estaduais criavam como podiam uma universidade em seus domínios. Após instalada a universidade, premida pelos gastos que a iniciativa implicava, o governo estadual se empenhava por sua federalização, contando para tanto com o concurso dos agentes político-partidários. (RODRIGUES, 1986, p. 101)

Dessa maneira, o ensino superior ia se desenvolvendo e posteriormente o poder público federal assumia o encargo de complementar ou manter o desenvolvimento da instituição nos âmbitos estaduais.

Novas manifestações estudantis foram registradas em agosto de 1968, quando os estudantes universitários de João Pessoa, após uma passeata pelas ruas da capital, decidiram ocupar a sede da Faculdade de Filosofia (FAFI) em protesto à prisão do líder estudantil Wladimir Palmeira, presidente da União Estadual dos Estudantes da Guanabara. A ocupação ao prédio da FAFI durou cinco dias e foi dirigida pelas entidades estudantis UEEP, DCE - UFPB e UPES. Foram fixadas algumas faixas nos muros da faculdade contendo palavras de ordem em defesa da liberdade e da democracia. Uma delas estava escrito “Soy Loco por ti Brasil”, em inspiração à música de Caetano Veloso “Soy loco por ti América” (SILVA, 2010, p. 20).

No espaço acadêmico, os estudantes lutavam contra a implantação de uma reforma universitária tecnocrata, voltada para o desenvolvimento econômico sem perspectiva humanitária. Para os estudantes, a universidade era o espaço de diálogo e democratização e não estavam satisfeitos com a implantação de uma reforma instituída pelo governo, “elaborada por burocratas do Estado e intelectuais conservadores, sem qualquer participação estudantil.” (MARTINS FILHO, 1987, p. 127). Para os estudantes, uma reforma universitária deveria ser instituída a partir das ideias de

abertura, democratização e modernização do espaço universitário. Segundo presidente do DCE-UFPB, Everaldo Queiroz:<sup>37</sup>

O negócio agora é tocar as coisas para frente que a gente não tem mais o que esperar das autoridades, pois o que elas querem é nos oferecer uma reforma tapa buraco, paliativo para os problemas da universidade brasileira. (*Correio da Paraíba*, 1968, “Estudantes querem fazer reforma por conta própria”, 18 de setembro, p. 08)

O governo militar brasileiro soube tomar proveito de uma das bandeiras de luta estudantil para instituir nas universidades estaduais e federais uma reforma universitária que nascia sob dupla função: ao mesmo tempo que era autoritária, também era conservadora. O fruto da natureza paradoxal estaria na própria dubiedade dentro das forças armadas:

Importa perceber que esses paradoxos e contradições derivavam da própria ossatura política do regime, resultado da aproximação de grupos ideologicamente distintos, unidos unicamente por pauta negativa comum. O regime militar tinha três fontes ideológicas principais: nacionalismo autoritário, liberalismo e conservadorismo (e mais a tradição anticomunista ...) [...] O caráter paradoxal do regime militar, em grande medida, devia-se às pressões diferentes exercidas por tais grupos. Em certas circunstâncias, já que diferentes grupos ocupavam lugares distintos no aparelho do Estado, políticas contraditórias foram ocupadas ao mesmo tempo. [...] enquanto certos líderes batalhavam pelo sucesso da reforma universitária, criando melhores condições de trabalho para os professores, os comandantes da máquina repressiva intensificaram os expurgos, lançando insegurança e desânimo no meio estudantil. (MOTTA, 2014, p. 52)

Os reflexos da reforma universitária instituída na década de 1960 reverberou na vida estudantil por muito tempo. Em carta de denúncia - escrita antes do XXX Congresso da UNE, em 1968 – conhecida por relatório Meira Matos, os estudantes expunham sobre a conjuntura acadêmica:

O governo propõe uma universidade que se integre no atual estágio de desenvolvimento econômico e isto seria feito de uma forma empresarial, transformando a universidade numa empresa altamente rentável”. Em resposta, os estudantes defendiam uma universidade com “consciência crítica da sociedade, seguindo-se a ‘autonomia’, gestão paritária, subvenção estatal, gratuidade do ensino em todos os níveis, vestibular de habilitação e não de seleção. (*Correio da Paraíba* apud SILVA, 2010, p. 20)

No período da distensão política, o impacto da reforma universitária (em conjunto com a postura estritamente acadêmica que as entidades estudantis deveriam

---

<sup>37</sup> Everaldo Queiroz sucedeu a José Ferreira na presidência do DCE-UFPB a partir da segunda metade do ano de 1968.

assumir) refletiam no cotidiano estudantil da UFPB e no processo de retomada do DCE enquanto espaço de representação e luta política. Tornou-se difícil a articulação estudantil mediante o estado de vigilância dentro do espaço acadêmico e da grade curricular que obrigatoriamente impunha aos estudantes o seu cumprimento, com diversas disciplinas que serviam de pré-requisito para as posteriores. A Reforma Universitária foi instrumentalizada no espaço acadêmico a partir de 1969, com a implantação de ciclos de estudos e sistemas de crédito:

Materializada na departamentalização, no ciclo básico, no regime de créditos entre outras inovações; afrouxaram-se os critérios para a autorização e reconhecimento das escolas superiores particulares; unificaram-se os exames vestibulares; [...] estabeleceu-se o vestibular classificatório (Decreto 68908/71) com o aproveitamento de todos os candidatos até o limite de vagas pré fixado, independentemente de nota mínima (desde que diferente de zero); adotaram-se os testes de múltipla escolha nos exames vestibulares. (RODRIGUES apud BEZERRA, 2007, p. 91)

Regime de créditos, matrícula por disciplina, cursos de curta duração, racionalização do funcionamento e da estrutura não agradavam ao corpo discente.

De um lado, a reforma universitária aparece como instrumento de desenvolvimento e progresso social, supostamente atendendo às demandas sociais por cursos superiores em nível de graduação e pós-graduação. Por outro lado, tinha um objetivo desmobilizador, pois atacava duramente a organização do movimento estudantil, a autonomia universitária e a possibilidade de contestação e crítica no interior das Instituições de Ensino Superior. Medidas como: a departamentalização, matrícula por disciplina, unificação dos vestibulares, que passam a ser classificatórios, fragmentação dos cursos, o controle ideológico e administrativo dos professores e o modelo administrativo empresarial implantado nas faculdades representam o ‘ajustamento’ da Universidade brasileira à ordem política e econômica que se impunha, aprofundando linhas já existentes. (FONSECA apud PORTUGAL, 2008, p. 35)

Para ilustrar o funcionamento dos órgãos de representação estudantil no espaço acadêmico em João Pessoa, utilizaremos o exemplo do Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas. No ICFCH, o Diretório Acadêmico, que era o órgão que representava os estudantes, estava sob o controle da direção do Instituto. Só era possível exercer a diretoria do Diretório Acadêmico (DA) se o aluno candidato fosse indicado pelo Conselho Departamental. Todo o processo eleitoral era controlado, inclusive a comissão eleitoral, que era presidida por um professor designado pelo Conselho. Neste caso do ICFCH, os estudantes do Instituto defendiam maior participação estudantil no colegiado, modificação nos currículos, maior autonomia didática e maior liberdade de

expressão (Ata da 2º sessão ordinária do Conselho Departamental do ICFCH, 17/10/1968 apud BEZERRA, 2007, p. 76).

Competia ao DCE da UFPB, segundo seu estatuto aprovado em 20 de março de 1965, ser uma entidade de representação, coordenação e orientação do corpo discente da UFPB. Estava dividido entre Conselho de Representantes e Conselho Administrativo. O Conselho de Representantes era composto por um representante de cada centro (à época chamado de faculdade) da UFPB, com reuniões mensais ou quando convocado pelo presidente do DCE. Sua função era deliberativa. O Conselho Administrativo era composto pelo presidente e vice, secretário geral, primeiro secretário, tesoureiro e vice. Este conselho era auxiliado pelos departamentos de cultura, imprensa e publicidade, assistência alimentar, assistência social, casas universitárias e feminino [sic]<sup>38</sup>. Cada departamento deveria ter seu próprio regimento interno, que cumpria as demandas do assistencialismo estudantil oferecido pelo DCE.

O Diretório Central dos Estudantes e suas instâncias deliberativas eram os únicos espaços de representação estudantil dentro das universidades autorizados pelo regime militar. No entanto, era proibida atuação política nesses órgãos e de seus membros. No capítulo I, artigo 2º do estatuto do DCE cabe aos integrantes lutar pelo aprimoramento das Instituições Democráticas e apoiar justas reivindicações dos DAs junto a qualquer autoridade superior de ensino ou não, porém para vetar qualquer manifestação de insatisfação estudantil com o governo, no capítulo IV, artigo 20º do estatuto, constitui crime de responsabilidade dos atos dos membros do DCE “o livre exercício dos direitos políticos e sociais,” e os casos de denúncia poderiam ser apurados por uma comissão de inquérito. As penas por infração poderiam ser aplicadas pelo Conselho Administrativo ou pelo Conselho Representativo (para os casos de formação de comissão de investigação).<sup>39</sup>

Era competência do DCE confeccionar carteiras estudantis e doutrinar estudantes a uma vida estritamente acadêmica. No dia 1º de fevereiro de 1969, por meio de ofício reservado do Serviço de Segurança e Informações da Universidade Federal da Paraíba<sup>40</sup> endereçado ao general Vinitius Notare (comandante da Guarnição Federal na

<sup>38</sup> Informações do Estatuto do DCE, de 20 de março de 1965, páginas 4 a 8.

<sup>39</sup> As penas de advertência, censura e suspensão eram aplicadas pelo Conselho Administrativo. A pena de exclusão pelo Conselho de Representantes.

<sup>40</sup> Ofício nº 03/SSI/69, João Pessoa/Paraíba, em 1 de fevereiro de 1969. Este documento encontra-se no Arquivo da Secretaria dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior da Universidade Federal da Paraíba.

Paraíba), o Reitor Guilardo Martins prestou contas das perseguições aos professores da UFPB que ele havia praticado e comunicava o fechamento das entidades estudantis:

Senhor General:

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência, que esta Reitoria, fiel aos ideais e à continuidade do processo Revolucionário, tomou as providências aqui especificadas:

1 – Direção de Unidade – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – exoneração do Coordenador Prof. Paulo Pires e designação para as mesmas funções da Prof<sup>a</sup> Vilma Cardoso.

2 – Professores:

a) Contratação não renovada:

a1 – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas:

Gerard Camille Prost

Maria Thereza Ribeiro Prost

Roberto Navarro de Oliveira

Beatriz Maria Soares Pontes

Ruy Gomes Dantas

Enoque Gomes Cavalcanti

Obs: Prof. José Jackson de Carvalho teve o pagamento sustado até melhores averiguações.

[...]

#### DIRETÓRIO ACADÊMICOS

- Diretório Central dos Estudantes (DCE) – Dissolvido e nomeado interventor – Acadêmico Clovis Alves Montenegro.

- Diretório Acadêmico de Medicina – Dissolução e nomeação de interventor – Acadêmico Marcos Antônio Ayres.

- Diretório Acadêmico da FACE (João Pessoa) – Dissolução e nomeação de interventor – Acadêmico Doberto de Miranda Henriques.

- Diretório Acadêmico da FACE (Campina Grande) – Dissolução e nomeação de interventor – Acadêmico (não constou o nome)

- Diretório Acadêmico da Escola Politécnica – Dissolução e nomeação do interventor – Acadêmico Abdon Cavalcanti Itapá.”.

(Ofício 03/SSI/69 apud SILVA, 2010, p. 23-24)

Esse era o primeiro passo para afastar as lideranças do comando do movimento estudantil e preparar outras iniciativas para punir os envolvidos com as manifestações ocorridas em 1968. Em fevereiro de 1969 Guilardo realizou viagens ao Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Nesses lugares reuniu-se com generais e o Ministro da Justiça sobre os problemas do ensino superior (*O Norte* apud SILVA, 2010, p. 26). Na volta a João Pessoa, trouxe orientações para elaborar uma lista de estudantes que deveriam ser impedidos de realizar matrícula. Foram feitas duas listas, com estudantes



terminantemente proibidos de serem matriculados na UFPB e outra lista com prazo de impedimento determinado.<sup>41</sup>

Em novembro de 1970, o DCE UFPB, através do presidente da entidade Francisco de Assis Veloso Filho, solicitou ao Conselho Superior de Ensino e Extensão (CONSEPE) o título de professor *Honoris Causa* ao presidente Médici:

De fato, tem o Governo da República empenhado o sucesso de seu planejamento administrativo na formulação e execução de uma política educacional e cultural realista, atual, cheia de ideias renovadoras, tornando-se capaz de inovar e de conservar valores, compatibilizando na sua filosofia da cultura e da educação o que há de válido no que for tradicional e no que for moderno. É do conhecimento geral o caráter prioritário que o Governo Federal vem emprestando ao problema educacional brasileiro, que tem promovido, particularmente, as Universidades, entre as quais se destaca a Universidade Federal da Paraíba, investida de uma responsabilidade pioneira, como pertencente ao grupo de Universidades novas no Brasil. (*Documento de solicitação ao CONSEPE*, arquivo SODS, 06 de novembro de 1970)

Dessa maneira, os estudantes nomeados nos cargos de interventoria do DCE cumpriam seu papel no espaço acadêmico de exemplo a ser seguido, segundo os ditames militares, pelos estudantes acadêmicos. A própria estrutura repressiva dentro das universidades gerou nos estudantes a necessidade de reconstrução: repolitização do espaço acadêmico e pela retomada de uma perspectiva social de Universidade. (PELLICCIOTTA, 1998, p. 28)

Em consonância com Pellicciotta (1998), que estudou sobre o movimento estudantil das principais universidades federais do país da década de 1970/80, ao lado de projetos de orientação político-partidários, junta-se outras formas de experiências políticas e culturais. A autoimagem de vanguarda revolucionária no passado sofre fragmentação devido a necessidade de construção de novas perspectivas de luta acadêmica e política. Portanto, vários aspectos estão interligados ao movimento estudantil da década de 1970 e também de 1980. Em nosso caso, trataremos sobre a década de 1970, a partir de 1975.

Na João Pessoa da década de 1970 havia atividade do movimento estudantil secundarista e, posteriormente (em se tratando de movimentos de oposição), do movimento estudantil universitário. A princípio, as movimentações giravam em torno da luta por seus interesses mais visíveis, que os atingiam diretamente, no caso

---

<sup>41</sup> Todos os nomes indicados por Guilardo Martins podem ser vistos em Silva (2010, p. 25-27).

transporte, ensino e órgãos de representação<sup>42</sup>. Logo com o passar dos anos sob governo ditatorial, as bandeiras de luta foram ampliadas. A cidade de João Pessoa, assim como Campina Grande<sup>43</sup>, era palco de intensas movimentações estudantis tanto secundaristas quanto acadêmicas até 1968. Após 1968, as manifestações em espaço público diminuíram. Nossos entrevistados, em sua maioria, foram remanescentes das atividades estudantis secundaristas, oriundos de escolas públicas e privadas da cidade de João Pessoa. Das escolas, o Colégio Estadual do Roger, o Lyceu Paraibano<sup>44</sup> e a Escola Técnica<sup>45</sup> nos é apresentado como centros de aglutinação de estudantes mais organizados contra o autoritarismo de Estado que os atingiam, mesmo após decretado o AI-5 em 1968.

No Lyceu, aquele momento a resistência que existia a ditadura não se expressava fortemente porque aí se tinha uma situação bem diferente da de 68 com manifestações de rua, depois o endurecimento do regime aí ... a gente na década de 70 tem as coisas mais pesadas, muito mais complicadas. Não havia mais grandes manifestações de rua e as resistências foram diluídas, aqui e ali. Mas o Lyceu era o lugar, o lugar que se permitia nos corredores conversar, nas caladinhas, sobre falta de liberdade, de discussão, de insatisfação mesmo com o colégio ou com as coisas que estavam acontecendo, enfim, insatisfação com a gente, com a vida das pessoas, essencialmente com a falta de liberdade. O que era possível fazer era o que exatamente a gente tentava (...) nós nos alimentávamos, principalmente, de alguns órgãos de imprensa alternativa (...) e o Pasquim era referência, também com uma linha humorística muito forte, que nos ensinava a entender nas entrelinhas. [...] Houve um primeiro episódio mais marcante em que se tentou fazer um jornalzinho, mas que resultou em prisões. Alguns colegas foram presos, sumiram e isso mexeu com todo o colégio.<sup>46</sup>

Contudo, os órgãos de informação mantinham-se atentos quanto aos estudantes envolvidos em atividades que representassem oposição a ordem vigente.

---

<sup>42</sup> Aqui me refiro a luta do movimento secundarista pela construção de uma nova entidade estudantil, em oposição a AESP (Associação dos Estudantes Secundaristas da Paraíba), vista pelos estudantes como uma estrutura totalmente alheia às questões de interesse estudantil. (LEITÃO, 2013, p. 23-24)

<sup>43</sup> Para uma leitura sobre as movimentações estudantis da cidade de Campina Grande na década de 1960, ver: RAMOS, Erica Lins. *Da convivência ao despertar militante: o movimento universitário na cidade de Campina Grande-PB (1964-1968)*. 2013. 211 p. Dissertação apresentada através do Programa de Pós Graduação da UFPB; SILVA, Rosicleide Henrique da. *O movimento estudantil em Campina Grande-PB: entre sonhos, frustrações e lutas (década de 60)*. 2014. 150 p. Dissertação apresentada através do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Campina Grande. SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral. *O Centro Estudantil Campinense: espaço de práticas políticas e de memórias (1950-1962)*. 2015. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

<sup>44</sup>No Lyceu Paraibano foi desenvolvido um grupo de teatro chamado GETEX – Grupo Estudantil de Teatro Experimental – com certa participação expressiva no movimento cultural da cidade de João Pessoa, entre 1970 e 1972.

<sup>45</sup>Centro Federal de Educação (CEFET), atualmente Instituto Federal da Paraíba.

<sup>46</sup> Romero Antônio de Moura Leite, entrevista concedida à autora em 08 de maio de 2014.

### *1.5 – Estudantes na mira dos órgãos de informações*

Então meu ingresso na universidade se deu em 1973. Destaco que esse ingresso já tive algum problema com a repressão. Pouco antes da matrícula eu me encontrava em casa, em uma quinta feira cinzenta, pois estava chovendo, e para o carro da segurança, uma Veraneio preta, oficial, com uma intimação para me apresentar na sobreloja do prédio da reitoria, que ficava no Parque Solon de Lucena na época, para me apresentar perante a Assessoria, a ASI<sup>47</sup>. [...] Lá eu tive que assinar o termo de compromisso pra poder ingressar na universidade, uma papelada enorme me comprometendo que não participaria de nenhuma atividade política, de grupos, que seria responsável por qualquer ato que eles chamavam de atos de vandalismo dentro da universidade: se aparecesse uma janela quebrada, qualquer equipamento quebrado eu seria o responsável, que eu não poderia participar de entidades estudantis, né, porque existia, mesmo controlado pelos órgãos de segurança, mas existia o DCE da UFPB que tinha um interventor nomeado, dóceis e fiéis ao regime. Então eu tive, nessa ocasião, que assinar todo um conjunto de documentos para poder ser permitida a minha matrícula na instituição.<sup>48</sup>

Assim nos relata Agamenon Sarinho, atualmente técnico administrativo da Universidade Federal da Paraíba, sobre seu ingresso como estudante de graduação na UFPB. Segundo o acervo da Comissão Geral de Investigações, gentilmente concedida pela Comissão Estadual da Verdade, professores, funcionários e estudantes tiveram atividades registradas no Serviço de Segurança. Alguns estudantes tiveram suas matrículas suspensas devido a atividades estudantis contestatórias ao regime. Foi o caso de LCRS<sup>49</sup>, que teve sua matrícula de mestrado em Saúde Pública suspensa, bem como matrícula em qualquer outro curso da UFPB por ter sido:

Presidente do Diretório Acadêmico da Universidade da Paraíba e que na ocasião encabeçou o movimento contra a lei Suplicy de Lacerda; Estimulou agitação em colégio estadual; participou ativamente de movimentos estudantis proferindo discursos que resultaram em greve e passeatas e devido a suas atividades foi impedido de se matricular em qualquer curso da UFPB. (Acervo da Comissão Geral de Investigações, 1972, p. 04. In: Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.)

Não foram poucos os casos. A estudante de Filosofia MLM foi julgada e condenada pelo Conselho Permanente de Justiça a seis meses de detenção e impedida de

<sup>47</sup>Assessoria de Segurança e Informação.

<sup>48</sup> Agamenon Sarinho, entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014.

<sup>49</sup> Assim descrito no Acervo da Comissão Geral de Investigações, página 04.

ser matriculada na UFPB dentro do prazo de 12 meses. Motivo declarado: “prática de atividades subversivas em João Pessoa, foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional.” (Acervo da Comissão Geral de Investigações, 1972: 07. In: Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.) São casos que ilustram o papel dos Serviços de Informações para manutenção da ordem contra atividades consideradas subversivas dentro do espaço universitário, neste caso na Universidade Federal da Paraíba.

Segundo Fico (2001), o sistema de informações era uma das mais temidas facetas da ditadura militar. Criada em junho de 1964, o Serviço Nacional de Informação causou certo desconforto em alguns políticos que temiam a instalação de um organismo aos moldes do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) varguista. Embora já existisse o Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI), ligado ao Conselho de Segurança, o governo militar sentia a necessidade de implantar um sistema seguro de coleta de informações em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional. (FICO, 2001, p. 40) O embate existente dentro das próprias forças armadas (moderados e mais radicais) criou condições para criação de um sistema de segurança, no intuito de amenizar o ímpeto dos mais radicais. Assim, a partir da noção de guerra interna, “a linha dura passa da condição de grupo de pressão para a perigosa posição de ‘sistema de segurança’, com permissão para investigar, prender e interrogar, erigindo-se em polícia política.” (FICO, 2001, p. 56)

Dessa maneira foi estabelecido, após o Ato Institucional nº5, um sistema geral de informações, o SISNI, considerado um aperfeiçoamento do SNI. Agia sob dois ramos de atividades: a informação e a contrainformação. Estava integrado ao SISNI o SNI, os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cíveis, os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares e demais órgãos setoriais. O SNI era o órgão central do SISNI. Seu chefe assessorava diretamente o presidente da república e competia ao órgão coordenar as atividades de informações em todo território nacional. Os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cíveis eram constituídos por ministérios cíveis, autarquias, fundações e empresas estatais vinculadas. O órgão central de informações era a Divisão de Segurança e Informações (DSI) e em cada órgão da administração pública existia as Assessorias de Segurança e Informação (ASI), por vezes também chamada de AESI. Criadas no ano de 1971, após a aprovação pelo MEC do Plano Setorial de Informações, estas Assessorias agiam no meio acadêmico como

órgãos de investigações. Caso algo levantasse suspeita, as informações eram encaminhadas a DSI do Ministério da Educação.<sup>50</sup> No caso da UFPB, já funcionava desde o ano de 1969 um Serviço de Segurança e Informação, durante o reitorado de Guilardo Martins Alves. A experiência da UFPB pode ter estimulado a criação de agências de informação em todo o sistema universitário, efetivado no ano de 1971. “Graças a seu pioneirismo, a Aesi/UFPB foi das mais bem-organizadas e atuantes na primeira metade dos anos 1970, quando seu regimento interno servia de modelo para agências congêneres.” (MOTTA, 2014, p. 196)

Mesmo após decretado o processo de distensão e, posteriormente, abertura política, os órgãos de informações mantiveram-se ativos e investigando a vida dos possíveis suspeitos. O estudante OLSF teve seu nome nos registros de informação no ano de 1974:

O nominado tomou parte da campanha encabeçada pelo ex reitor Mário Moacyr Porto, da UFPB, de estimular e fomentar uma atmosfera contrária a administração do atual reitor. Esse mesmo grupo organizava homenagens públicas em favor de elementos com direitos políticos cassados. Elementos esquerdistas e muito influentes no meio estudantil. (Acervo da Comissão Geral de Investigações, 1974, p. 09. In: Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.)

Os estudantes eram muito visados pelos órgãos de informações, tanto pelo aspecto político de suas atuações, quanto pela ideia que os militares carregavam de que a juventude deveria ser regida por uma dimensão moral, tidos como vulneráveis a quaisquer doutrinações que fossem expostos. (FICO, 2001, p. 187) A partir de 1977 os registros dos órgãos de informações sobre a UFPB são deslocados de ações individuais dos estudantes para ações coletivas. O termo “movimento estudantil” passa a ser amplamente utilizado como assunto da investigação. Foi o caso do registro que identifica a participação coletiva de estudantes em histórico “subversivo”: “A partir de 1976, ingressaram nos quadros da UFPB os elementos abaixo relacionados, possuidores de antecedentes negativos registrados nos O.I.<sup>51</sup> da área.” (Acervo da Comissão Geral de Investigações, 1977, p. 13. In: Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba). Todos os estudantes listados possuem registro de

<sup>50</sup> Para conhecimento dos demais órgão de investigação e suas funções, ler Fico, (2001) Op. cit. páginas 71-105.

<sup>51</sup> Órgãos de Investigações

boletim de ocorrência. Há registros também de debates políticos organizados pelo DCE e atividades estudantis envolvendo Encontro de Áreas:

De 29 a 31 out 78 realizou-se em Londrina PR, o I ENESS, organizado por escolas de Serviço Social de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, Campos e Londrina. Ao evento compareceram cerca de 800 estudantes, representantes de diversas universidades<sup>52</sup> e faculdades. O tema central foi aspectos da formação profissional e as relações concretas do curso com a realidade brasileira. Debateram também o nível de ensino, posição do assistente social na atual conjuntura do país e a evolução e situação do ME. Pelo observado, concluiu-se que o evento foi mais um pretexto para a realização de um encontro estudantil a nível nacional. Pelos temas, verificou-se que as bases foram os problemas relativos a reorganização do ME e suas formas de atuação junto as massas. Ressalta também a atuação do DCE junto ao ME, e de MAP como líder ativa do ME local. Durante o encontro foram distribuídos jornais e panfletos estudantis. (Acervo da Comissão Geral de Investigações, 1978, p. 17. In: Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.)

Segundo Pellicciotta (1997, p. 87), os Encontros de Áreas representavam espaços de discussão das questões acadêmicas (reforma, legislação, papel social, profissionalização, mercado de trabalho e sociedade) em conformidade com discussões politizadas, na perspectiva de que o estudante passasse a se perceber enquanto um indivíduo que, em seu futuro exercício profissional, deva atuar também como um ser político. A dinâmica de discussões e intervenções alcançada pelos encontros regionais e nacionais por área é de tal importância que o Governo Federal, em conjunto com o corpo administrativo das universidades, procurou intervir nestas atividades através de decretos específicos<sup>53</sup> que orientavam as universidades a negar espaço e proibir definitivamente a existência dos eventos. O caso abaixo demonstra o ofício enviado pela UFPB:

Esta Reitoria recebeu dos Escalões Superiores o que se segue no texto:  
1. Ultimamente, estudantes dos mais variados cursos vêm promovendo ENCONTROS (Congressos, Simpósios, Seminários e outras formas de reunião) regionais ou nacionais, sem que a legislação

<sup>52</sup> Universidade Católica de Salvador UCS; Universidade Federal da Bahia UFBA; Universidade Federal de Goiás UFGO; Universidade Federal do Espírito Santo UFES; Universidade Federal do Pará UFPA; Universidade Federal da Paraíba UFPB; Universidade Federal do Paraná UFPR; Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ; Universidade de Brasília UNB; Universidade de Ribeirão Preto URP.

<sup>53</sup> Decreto-lei n° 69053/71 e Portaria n° 283/72, que fixavam normas para participação de estudantes em congressos científicos e competições artísticas e desportivas no âmbito nacional ou internacional a partir de normas pré-estabelecidas pelo Ministério de Educação e Cultura conforme regulamentação para casos concretos. Informações: [http://www.proeg.ufam.edu.br/attachments/293\\_Portaria%20N%C2%BA%20283-BSB\\_1972.pdf](http://www.proeg.ufam.edu.br/attachments/293_Portaria%20N%C2%BA%20283-BSB_1972.pdf)

vigente sobre o assunto venha sendo obedecida. 2. Frequentemente, estes ENCONTROS acabam servindo aos interesses da subversão, quando já não são por ela organizados. 3. Assim, é fundamental e indispensável à realização desses conclaves o cumprimento da legislação que disciplina a matéria: - Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968, - Dec-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, - Decreto nº 69053, de 11 de agosto de 1971, - Portaria nº 283/MEC, de 10 de abril de 1972, - Portaria nº 25/MEC, de 17 de janeiro de 1968, - Aviso reservado nº 873/73/MEC (anexo). 4. Incube à direção dos órgãos educacionais envidar esforços no sentido de orientar os estudantes sobre o assunto bem como diligenciar para que as recomendações da legislação retro referida sejam cumpridas, particularmente quanto aos prazos estabelecidos. 5. A “política do fato consumado” (inobservância dos prazos ou das próprias recomendações prescritas na legislação) traz prejuízos de ordem administrativa, e, conseqüentemente, as repercussões no meio estudantil podem ser caracterizadas como desfavoráveis à política educacional. (Ofício nº 22/75 apud PELLICCIOTTA, 1997, p. 88)

A *União* noticiou em sua edição de 04 de junho de 1977 a proibição do III Encontro Nacional dos Estudantes, que ocorreria em Minas Gerais. No dia 07 de junho foi noticiada a greve dos estudantes universitários pelo país devido ao cancelamento do III Encontro Nacional dos Estudantes. Portanto, foi através dos Encontros de Áreas que os estudantes puderam trazer para os debates as experiências de retomada das atividades estudantis regionais e nacional. Em João Pessoa, o Encontro Científico de Estudantes de Medicina não passou despercebido:

De 28 jul a 04 ago 79, realizou-se no campus da UFPB, o XI ECEM, promovido pelo DA Josué de Castro, do CCS UFPB, e da Francisco Chaves Brasileiro, da Faculdade de Medicina de Campina Grande PB. O evento contou com, aproximadamente, 3.000 estudantes. Presidiu a solenidade de abertura a estudante de medicina RLA, UFPB. A mesa diretora estavam LCA, ILC, NCFN, WC, RRV, IMCC E LAAMF. Participaram representantes de 63 entidades de estudantes de medicina, de 21 estados. O XI ECEM que visava a reunir os estudantes de medicina das diversas unidades de ensino do país, para debates científicos, foi desvirtuado com a exploração de temas de caráter sócio político através de conferências por elementos contestadores. Vale ressaltar a atuação de JMP, que participou, em 30 de jul 79, de painel sobre condições de vida do povo nordestino. Em 02 de agosto de 79, os participantes do XI ECEM realizaram uma concentração em João Pessoa PB, com a presença da diretoria provisória da UNE. (Acervo da Comissão Geral de Investigações, 1979, p. 30. In: Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.)

No intuito de reorganizar o movimento estudantil a nível nacional, a partir de 1976 os encontros por áreas cederam lugar aos Encontros Nacionais dos Estudantes. Segundo Cavalari (1987, p. 210), antes dos Encontros Nacionais era comum os

estudantes utilizarem as reuniões anuais da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência (SBPC) para tentar articular o movimento estudantil a nível nacional. Essas reuniões eram feitas por área de conhecimento e em absoluta clandestinidade.

Além do registro de estudantes, o acervo conta com uma série de registros de professores e funcionários da UFPB. Foi o caso dos professores universitários EDB e MASM, o primeiro sofrendo afastamento do cargo:

EDB, no dia 26 de out 68, juntamente com outros professores universitários, assinou um manifesto condenando a repressão policial aos estudantes. No primeiro semestre de 1971, alunos do curso de administração da UFPB pediram o afastamento do nominado, do ensino da disciplina Administração II, face a incompetência que o mesmo vinha demonstrando durante as aulas. O pedido foi atendido, de imediato, pela direção da escola de Ciências Econômicas da UFPB, onde EDB era lotado. Num comício relâmpago, em 24 out 68, após vários estudantes tombarem uma viatura oficial, em João Pessoa PB, MASM fez uso da palavra atacando autoridades constituídas, sobretudo as educacionais. (Acervo da Comissão Geral de Investigações, 1975, p. 11. In: Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.)

Afastar por completo professores suspeitos de atividades subversivas correria o risco de esvaziar intelectualmente o espaço acadêmico. Motta (2014) traz um interessante levantamento sobre a relação entre reitores das universidades públicas e o corpo docente da instituição:

[...] como administrar instituições na “alça de mira” dos militares, sob pressão para afinar-se com as necessidades da “segurança nacional”, e conseguir fazê-lo sem alienar-se completamente do corpo docente e evitando conflitos graves com os estudantes? Os dirigentes universitários precisavam manter a confiança do governo e evitar a fúria dos “órgãos”, mas, ao mesmo tempo, não desejavam incorporar na desconfiança da comunidade acadêmica, principalmente dos professores, sob pena de não conseguir administrar a universidade da forma adequada. (MOTTA, 2014, p. 39)

Contudo, para compreender esses aspectos, é necessário levar em consideração como a repressão foi aplicada a depender das condições locais, dos comandos militares e das atitudes dos dirigentes universitários. No caso da UFPB, os órgãos de investigações procuravam estar atentos aos passos dados pelos integrantes da comunidade acadêmica, um meio de manterem-se alerta a possíveis ações consideradas subversivas. Os registros indicam atividades cotidianas no espaço universitário e fora dele:

GHCP, professor universitário da UFPB, recebe revistas de propaganda de consulados socialistas. Apontado como principal



coordenador de agitações estudantis, e acusado de aplicar em aula temas socialistas. MTRCP, esposa de GHCP, e comunista e desenvolve atividades ao lado do esposo no setor de agitação. Constam dados de qualificação. (Acervo da Comissão Geral de Investigações, 1968, p. 01. In: Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.)

A sucessão entre reitores foi acompanhada de perto pela Assessoria de Informações. Lynaldo Cavalcante Albuquerque teve registro na Comissão de Investigações:

Durante o tempo em que exerceu o cargo de diretor da EPCG<sup>54</sup> PB, demonstrou ser vingativo e oportunista, tendo criado sérias desavenças com a UFPB; em 1971, ainda como diretor da EPCG PB, convidou NVR<sup>55</sup>, ex prefeito de Campina Grande PB, atingido pela Revolução de 31 mar 64, para pronunciar uma palestra sobre tema de sua livre escolha naquela escola; o Diário Oficial de 30 out 74, publicou sua nomeação para exercer as funções de membro do Conselho Deliberativo da SEDENE, como representante do Ministério da Educação e Cultura. (Acervo da Comissão Geral de Investigações, 1974, p. 09. In: Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.)

Foi durante o reitorado de Lynaldo Cavalcanti que houve uma certa flexibilização das atividades estudantis na UFPB. Advindo da escola Politécnica de Campina Grande e responsável por todo o controle interno daquele espaço, Lynaldo foi nomeado reitor da UFPB pelo regime militar. Com um projeto desenvolvimentista, expandiu a UFPB em número de cursos de graduação, de professores e de pós-graduações.

Esse projeto desenvolvimentista de Lynaldo Cavalcanti gerava uma contradição porque uma universidade que era acanhada, com quadro de professores provinciano [...] com a instalação de novos cursos, ele teve que importar professores de outros estados. O CCT de Campina Grande foi quem mais experimentou o salto imenso com a vinda de centenas de professores estrangeiros, alemães, indianos [...]. Esse projeto que Lynaldo tinha desenhado, que gerava uma contradição, ele não era compatível com os moldes antigos e com uma amarra completa a participação estudantil. Então ele tinha que desenvolver, também a passos lentos, a chamada “abertura”.<sup>56</sup>

Não só desenvolvimentista, mas também contraditório ao termos em mente a estrutura política da época vigente no país:

---

<sup>54</sup> Escola Politécnica de Campina Grande.

<sup>55</sup> Newton Vieira Rique.

<sup>56</sup> Walter Dantas, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.

Foi um reitorado de contradições, porque estava dentro de uma estrutura de um regime militar, nomeado pelo presidente da república [...] ao mesmo tempo que acolheu aqui professores notadamente de esquerda, pessoas que haviam sido perseguidas anteriormente no reitorado de Guilardo Martins [...] Rubens Pinto Lira, Iremar Bronzeado, Silvio Frank Allen [...] Rosa Godoy do Departamento de História, Luís Zito e muitos outros.<sup>57</sup>

Durante a administração de Lynaldo Cavalcanti houve a retomada do DCE-UFPB enquanto entidade de representação estudantil:

Foi elaborado um requerimento, subscrito pelas lideranças estudantis, solicitando que fosse instaurado um processo de eleição de representação estudantil nos moldes que eram determinados pelo regimento geral da universidade. Todo esse processo foi absolutamente acompanhado pelos agentes do regime militar.<sup>58</sup>

Por iniciativa estudantil e encaminhado à reitoria, o processo de eleições para representação estudantil na UFPB foi modificado, porém dentro do que era permitido pelo governo ditatorial e Lynaldo procurava oferecer transparência de suas atividades ao regime através da participação direta dos agentes de informações. De toda maneira, para o período:

Não havia uma rejeição muito forte por parte da reitoria, [...] durante a gestão de Lynaldo. Claro, isso não era escancarado, e não poderia ser, mas havia uma certa simpatia para que a coisa pudesse acontecer. Até porque ele era um cara inteligente, sabia que poderia controlar melhor se as coisas estivessem em aberto, que ele pudesse ver e foi ótimo pra gente, que pensou “vamos aproveitar, abrir logo esse negócio e ocupar o espaço.”<sup>59</sup>

Lynaldo assumiu um posicionamento estratégico. Retirar das sombras as movimentações dos estudantes para a legalidade no espaço acadêmico o manteria não só informado, como também daria tempo para conter manifestações que pudessem fugir ao controle. Respalado pelo sistema de créditos e grade curricular adotado pela reforma universitária, Lynaldo provavelmente acreditava que os estudantes não teriam espaço suficiente para dedicarem-se às atividades da política estudantil.

Contudo, as lutas estudantis não priorizavam a questão do ensino:

A retomada aqui, a gente chega a universidade praticamente com o fato consumado, quando eu entro aqui já é no sistema como já havia dito, ninguém tinha o direito de escolher, então a luta assume mais caráter de resistência, tanto internamente aqui como também essa

<sup>57</sup> Walter Dantas, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> Romero Antônio Leite, entrevista concedida à autora em 08 de maio de 2014.

resistência pela luta e liberdade. As questões mais acadêmicas, as questões da reforma de ensino elas não tiveram tanta relevância nesse período não. Havia uma ala que defendia contra a política educacional do governo, mas não se destacavam.<sup>60</sup>

Mesmo sob vigilância, foi a partir de 1975 que os estudantes organizados da UFPB deram início ao processo que convém chamar de retomada dos órgãos de representação estudantil, na qual as atividades estudantis acadêmicas passam a ser respaldadas por suas entidades de representação: os Diretórios Acadêmicos e o Diretório Central dos Estudantes.

### ***1.6 Conjuntura nacional: distensão “lenta, gradual e segura”***

*O país está suficientemente sofrido.  
Precisamos acelerar o processo de  
redemocratização.  
Mas sem virar estátua de sal,  
como a mulher de Ló.  
Não podemos nos perder olhando para trás.*  
Golbery, em confissão a Ulysses Guimarães<sup>61</sup>,  
maio de 1975.

A sucessão presidencial do governo militar no ano de 1974 gerava planejamentos que visavam mudanças de comportamento político por parte dos militares. Diversos fatores podem ser abordados como possíveis influenciadores de tal postura. Para Skidmore (1988), a tomada de decisão pela distensão política ocorreu devido a uma postura já assumida pelos chamados castelistas ou ala mais moderada dos militares. O gradativo retorno a um Estado de direito já era uma proposta desse grupo militar. As respostas eleitorais em 1974 também teriam conduzido os militares a reflexão. A ascensão do número de votos para o MDB, nas eleições parlamentares de 1974, possivelmente também convergiu em preocupação com a imagem política dos militares. O MDB havia praticamente dobrado sua representação na Câmara dos Deputados e não há dúvidas de que os eleitores estavam mandando um recado ao governo: queriam mudança. (SKIDMORE, 1988, p. 29-35)

Por outro lado, Fico (2001) e Gaspari (2004) nos demonstra uma outra preocupação entre os militares moderados: a indisciplina dentro das forças armadas, sob

<sup>60</sup> Agamenon Sarinho, entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014.

<sup>61</sup> Informações contidas no livro de Luiz Gutemberg “Moisés, codinome Ulysses Guimarães” citado por Elio Gaspari (2004), Op. cit.

o escudo da institucionalização da violência através do Ato Institucional número 5 e os meios de execução da violência através dos independentes serviços de informação. As influências externas também convergem em tomadas de decisões, pessoais ou coletivas.

Economicamente, o milagre da economia brasileira já não apaziguava a insatisfação social. Segundo Prado; Earp (2007: 228-231), enquanto os debates sobre as consequências do crescimento econômico ficavam no campo acadêmico, parecia não haver perigo para a imagem do governo. Porém, o debate chegou à opinião pública a partir de um resumo publicado no *Jornal do Brasil* em abril de 1972 sobre uma reunião da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)<sup>62</sup> no Chile, neste mesmo mês. Na reunião, o presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, criticou o Brasil pelo seu desempenho no campo da distribuição de renda. Esta avaliação fora baseada em um estudo realizado pelo professor Albert Fishlow e apresentado em uma reunião da American Economic Association, em Nova Orleans.

A base da má distribuição de renda está no planejamento para o crescimento capitalista no país. Entre 1968 e 1973 o Brasil apresentou as menores taxas de inflação e o comércio exterior triplicou. O ministro da Fazenda, Delfim Neto, apareceu como o responsável maior do que foi uma combinação virtuosa entre a política econômica e o crescimento substancial da economia mundial. A fórmula consistia em expansão do crédito ao setor privado, pois acreditava-se que tal setor naturalmente aumentaria o papel das empresas privadas no ciclo de crescimento da economia nacional. Também se fez necessário investir no setor agrícola, de modo que houvesse a elevação da oferta de alimentos para o mercado interno e de exportação. O aumento de crédito foi importante para esse setor e para os consumidores em geral, facilitando a aquisição de bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos.

Outra política de grande alcance foi o impulso dado à construção civil, maior empregador de mão de obra de baixa qualificação profissional que estava dividida em dois ramos: da construção residencial e o da construção pesada. O primeiro era alimentado pelo Banco Nacional de Habitação, com recursos das cadernetas de poupança indexadas e através da poupança compulsória reunida no FGTS, financiando

---

<sup>62</sup> Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Teve sua primeira reunião no ano de 1964 em Genebra, Suíça, atendendo às reclamações dos países subdesenvolvidos que reivindicavam maior participação no comércio internacional. Informações através do endereço eletrônico: <http://unctad.org/en/Pages/About%20UNCTAD/A-Brief-History-of-UNCTAD.aspx>

dessa maneira o construtor civil e o comprador do imóvel, tornando possível enfrentar a demanda por moradias.

A ditadura militar levou ao paroxismo a “via-passiva”: repressão e coerção estatal no grau máximo, utilizando todas as formas de conversão da riqueza pública em capital. [...] A simples instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço/FGTS, em lugar de estabilidade no trabalho, já havia se tornado uma fonte compulsória importante da acumulação de capital, e o regime estatizou [...] ampliando o parque produtivo da propriedade estatal. (OLIVEIRA, 2004, p. 120)

Para a construção civil pesada (obras de infraestrutura) e para a industrialização, foi empreendida uma política de redução de tarifas de importação, com diversos tipos de isenções tarifárias, facilitando a impositação de máquinas e equipamentos. O aumento de importações foi superior ao das exportações, gerando a negativação da balança comercial e o alarmante aumento da dívida externa, de US\$ 4,5 bilhões em 1966, para US\$ 12,6 bilhões em 1973. (PRADO; EARP, 2007, p. 227)

Uma transferência via preços administrados potencializou a acumulação privada e, unido a uma conjuntura internacional favorável, de alta liquidez, o regime enveredou pela senda do endividamento externo, como forma de ampliar a poupança disponível para investidores [...]. Este foi o ponto cego da estratégia econômica da ditadura. (OLIVEIRA, 2004, p. 120)

Tal modelo de desenvolvimento não era pioneiro no Brasil. Segundo Kuznets<sup>63</sup> os primeiros estágios de industrialização e urbanização são marcados, nos países centrais, por um incremento à desigualdade. Esse modelo está fundamentado, em primeiro lugar, na perda de importância relativa do produto rural e por oposição, pela maior contribuição absoluta e relativa dos produtos industrializados e de bens de serviços. A passagem da economia rural para urbano industrial gera a ampliação do “exército de reserva”, fator não comentado por Kuznets (OLIVEIRA, 2006, p. 108). No Brasil a desigualdade cresceu entre 1960 e 1970 e seu crescimento é dado pelo quase nulo crescimento das rendas dos estratos populacionais mais carentes em contraposição ao grande crescimento das rendas dos estratos mais abastados da população. O impulso à industrialização e a construção civil geraram rápido aumento no número de assalariados, porém a manutenção do arrocho salarial (para elevar os índices de lucro na

---

<sup>63</sup> KUZNETS, Simon. *Crecimiento económico y estructura económica*, caps. IV e IX. Barcelona, Gustavo Gili, 1970.

acumulação de capital) e a repressão ao sindicalismo evitaram as pressões por melhores salários.

O modelo econômico adotado no Brasil obedecia a uma tendência “produtivista”, da qual aconselhava-se que um país subdesenvolvido necessita criar as melhores condições possíveis para o investimento, especialmente o estrangeiro, de modo a acumular suficiente capital para promover o *boom* do desenvolvimento econômico. Essa medida não visa a imediata melhoria dos padrões de vida da maioria da população, nem objetiva o atendimento de suas necessidades básicas. O resultado foi o aumento da carga horária média do trabalhador que recebia salário mínimo, bem como a inserção de todos os membros da família trabalhando, inclusive crianças. (Dados do DIEESE e do PNAD apud ALVES, 2005, p. 184-185)

No ano de 1974 houve a Crise do Petróleo, em que seu preço foi elevado de US\$ 3,37 para US\$ 11,25 por barril. A alta do petróleo provocou a aceleração da taxa de inflação em diversos países. No Brasil, a inflação passou de 15,5% para 34,5% em 1974. A providência tomada para diminuição dos gastos foi o corte das importações, prejudicando o país na perda do mercado externo e no limite que deveria ser dado as importações. Consequentemente, a balança comercial brasileira apresentou enormes déficits causados principalmente pela importação de petróleo. A capacidade de geração de divisas também se tornou insuficiente para sustentar a alta do petróleo, que custava ao Brasil mais de 4 bilhões de dólares ao ano.

A conjuntura política internacional também é apontada como fator de influência, mesmo que em menor grau, para a mudança de postura do governo militar. Após assumir o cargo de presidente dos Estados Unidos em 1976, Jimmy Carter passa a apoiar os Direitos Humanos, em contraposição à antiga postura estadunidense de incentivo as ditaduras na América do Sul em prol do bloco capitalista na Guerra Fria. Segundo Silva (2007) as décadas de 1970 e 1980 assistiram à derrocada das ditaduras militares pela América Latina. Tais mudanças estariam atreladas a nova postura dos EUA quanto às relações internacionais.

O anticomunismo primário, a crença numa desastrosa teoria do dominó, bem como anos seguidos de apoio às ditaduras mais liberticidas do mundo [...] mostrara-se não só ineficaz como ainda danoso para os objetivos de longo prazo dos Estados Unidos. (SILVA, 2007, p. 250)

Passados dez anos do golpe civil militar, surge entre a oposição a esperança de um retorno do país à democracia. Em 1974 tem início a fase de distensão “lenta, gradual e segura”, postura assumida simbolicamente pelo presidente Ernesto Geisel, seguida pela “abertura” conduzida pelo general João Batista Figueiredo. A proposta para este momento político era de promover um retorno do país à democracia, permanecendo dentro dos parâmetros de uma “democracia forte”, ou seja, uma democracia que não escapasse ao raio de controle militar. Parafraseando Alves (2005), a teoria de “distensão” pretendia afrouxar a tensão política associando níveis mais elevados (mas sempre controlados) de participação política com mecanismos representativos elásticos que pudessem cooptar setores da oposição. Desse modo, a ação do Estado destinava-se a dismantlar gradativamente os mecanismos mais explícitos de coerção legal, simbolizados pelo Ato Institucional nº 5. Além disso, foi dada especial atenção ao sistema eleitoral a fim de obter flexibilidade para um processo aparentemente livre de escolha e ainda assim garantir ao partido do governo força eleitoral a longo prazo (ALVES, 2005, p. 223-224).

Segundo Araújo (2004), houve na década de 1970 – sobretudo a partir de 1974 - uma conjuntura e um processo de luta política fortemente marcada por dois polos: de um lado o projeto de abertura do governo; de outro, a atuação de um movimento político de oposição, reunindo amplos setores da sociedade e com forte presença dos partidos e organizações de esquerda, que procurava alargar e implodir os limites do projeto de abertura do governo. Poderia, sob este ponto de vista, a conjuntura ser definida como uma “queda de braço” entre o regime e o movimento de oposição. (ARAÚJO, 2004, p. 162)

Embora a ideia de redemocratização alimentasse a esperança dos brasileiros, principalmente daqueles que integravam movimentos de oposição mais acirrados ao regime, a repressão permaneceu mesmo após revogação do AI-5 em fins do governo Geisel. Movimentos sociais urbano e camponês enfrentaram repressão, enquanto que outros, considerados “elites oposicionistas” puderam flexibilizar suas atividades políticas. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tiveram a oportunidade de assumir publicamente oposição ao governo militar. Neste momento, portanto, o Estado não seria apenas um detentor da coerção, mas também do consenso na medida em que os militares no poder percebem que já não estavam sendo vistos de bom grado por

setores da sociedade que anteriormente os haviam apoiado. A decisão governamental passa a ser de encaminhar a política nacional por vias que pudessem ser aparentemente reconhecidas como mais democratizantes.

Na Paraíba, no período de distensão e abertura política há o retorno de alguns seguimentos da sociedade na forma de movimentações, sobretudo na questão dos conflitos por terra. Entre os principais movimentos, estavam os das fazendas de Alagamar, Coqueirinho, Cachorrinho, Retirada, Mumbaba, Mucatú e Camucim, além de um incipiente movimento sindical influenciado pelos trabalhos de base da Igreja Católica na Paraíba e pelos acontecimentos do ABC paulista. (NUNES, 2009, p. 74) Além das agitações no campo social, a representação política da Arena no estado encontrava-se desgastada. O partido passou por um racha e teve a indicação de dois candidatos para governo do Estado da Paraíba em 1978: Antônio Mariz e Tarcísio de Miranda Burity (apoiado pelo governador Ivan Bichara). Tais diferenças surgiram com o “Acordo de Brasília”, que celebrava a reconciliação política entre João Agripino e Ernani Sátiro, que estavam rompidos desde 1974. Pelo acordo, Antônio Mariz seria candidato a governador, porém essa decisão não agradou a uma ala do partido.<sup>64</sup> Durante a visita do presidente Ernesto Geisel à Paraíba (na intenção de angariar votos para Arena) em novembro de 1978, o presidente depara-se com o campo de tensão partidária e social no estado. Gradativamente a sociedade civil dá mostras mais visíveis de atuação, muitas delas agindo em conjunto na busca por um objetivo em comum: o fim do governo ditatorial e a democratização política do país. As alteridades dentro e fora de cada espaço de movimentação civil de alguma forma entraram no consenso acerca do que não mais poderia ser sustentável para os rumos sociais, políticos e econômicos do país. No caso do movimento estudantil, objeto desta escrita, foi preciso reorganizar-se no espaço acadêmico para em seguida engatar no apoio aos demais setores da sociedade civil.

---

<sup>64</sup> Para uma visão geral do processo de abertura na Paraíba, ver NUNES, 2009 (op. cit.)



## CAP. II – “NEM SÓ DO PÃO VIVE O HOMEM”: DA RETOMADA DO DCE ÀS PRÁTICAS CULTURAIS.

### 2.1 - *Diretório Central dos Estudantes: desafio em retomada*

O ponto inicial da articulação dos estudantes acadêmicos veio através da luta, em conjunto com os estudantes secundaristas, contra a implantação de *tickets*<sup>65</sup> nos transportes coletivos:

Exatamente, a gente se articulou para fazer a luta contra a implantação do sistema de tickets que na nossa ótica, e também era a intenção na época, [...] a gente entendeu que a implantação do ticket estudantil, [...] era uma medida para extinguir ou limitar, como de fato limitou, o direito de abatimento de 50% das passagens de transporte coletivo. Então a gente se juntou com esse grupo de estudantes da Escola Técnica, [...] e a gente da universidade, nós fizemos então um movimento contra os tickets, abaixo assinados e tal, articulações para exatamente tentar barrar. Nós não conseguimos barrar a implantação do ticket mas conseguimos alterar o projeto, por exemplo, ampliando o número de passes estudantis com abatimento, do que estava previsto, então a gente ampliou para secundarista, para universitário que me parece que não estava previsto inicialmente, então o resultado disso foi uma vitória, né, talvez uma meia vitória, mas na verdade uma vitória por a gente ter conseguido alterar, modificar aquele projeto. Então isso aglutinou mais esse grupo na UFPB e deu a base para já a partir de 75 a gente lançar o movimento pela reestruturação do movimento estudantil da UFPB e a tomada do DCE.<sup>66</sup>

“Isso [movimento contra o *ticket*] foi um fato que gerou uma forma de organização dos estudantes.”, recordou Walter Aguiar em entrevista. A organização em prol de uma causa comum estudantil, a questão do transporte, do direito a meia passagem, aproximou grupos de estudantes na UFPB inconformados com sua representatividade acadêmica, acuados devido ao aumento da vigilância e repressão. Desse grupo já foi se estruturando uma base para o movimento pela retomada das movimentações estudantis da UFPB e do DCE, em 1975:

A universidade não tinha os diretórios funcionando, não tinha nenhuma entidade representativa estudantil. O que existia na época, em 72 quando eu entrei na universidade, eram as associações atléticas esportivas. Então a ditadura acabou com as entidades representativas estudantis e basicamente alimentou a criação das associações atléticas [...] associações esportivas. Eram

<sup>65</sup> Bilhetes que seriam usados como passagem em ônibus. Os estudantes teriam direito a meia entrada, dentro de um limite mensal.

<sup>66</sup> Agamenon Sarinho, entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014.

associações que viabilizavam a participação de cada curso nos jogos universitários anuais que existiam na universidade e jogos universitários que existiam a nível nacional. Então essa era a única entidade que o estudante tinha e era voltada basicamente para o esporte. Havia uma sede, um local onde era a associação e era composta por pessoas de extrema confiança da direção da faculdade, da universidade.<sup>67</sup>

O que não significa que o Diretório Central não existisse. As Associações Esportivas tornavam-se mais expressivas devido ao contingente estudantil que reunia em período de torneios ou disputas esportivas. O DCE existia, mas não tinha visibilidade enquanto órgão de representação e defesa dos estudantes. O objetivo maior, não só na UFPB mas em todo país - a partir das diretrizes estabelecidas pelo governo através do MEC - era manter os demais estudantes acadêmicos distantes ou apáticos ao embate político, de modo que tivessem comprometimento apenas com as disciplinas acadêmicas, profissionalização e conclusão do curso. Recorda Agamenon Sarinho sobre o DCE-UFPB “[...] não fazia a luta reivindicatória e política. Emitia carteirinha de estudante e deveria participar ou apoiar a Associação Atlética nas atividades esportivas”.

No DCE haviam funcionários que administravam o espaço. No DCE tinha um conjunto musical que tocava em festas de formatura de estudantes [...] e distribuíam as carteiras de estudantes, embora eu acredito que não tivessem a receita da carteira de estudante, não tinha conta em banco, não era pessoa jurídica. Era um órgão da administração da universidade [...] indicados pela reitoria, escolhidos nos modos do tempo de Guilardo.<sup>68</sup>

A escolha daqueles que deveriam compor o DCE ficava a cargo da reitoria. O único meio no qual os estudantes poderiam exercer o direito de escolha era para representante de curso. Com cerca de quinze estudantes envolvidos, parte deles possuía limitações quanto ao direito de participação e organização estudantil.

Esse primeiro grupo, embora houvesse a participação nos debates e nas reuniões de algumas pessoas que já haviam tido participações anteriores e eram fichados politicamente, haviam pessoas que a elas só foi dado o direito de frequentar a universidade [...] assinando um documento de que não teria participação alguma em movimento, tinha sido cassado o direito de participação dessa pessoa, havia alguns nessa condição e havia um pessoal que não tinha nenhum registro anterior de participação alguma [...] e foram essas pessoas que encabeçaram

---

<sup>67</sup> Walter Aguiar, entrevista concedida à autora em 03 de julho de 2014.

<sup>68</sup> Walter Dantas, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.

esse documento e foram para a primeira audiência com Lynaldo Cavalcanti [...] para entrega do documento formal.<sup>69</sup>

No entanto, as primeiras notícias nos jornais sobre movimentações estudantis da UFPB remontam a maio de 1976. O jornal *O Momento* lança uma nota sobre o lançamento do jornal estudantil *Gênese*. Segundo informações<sup>70</sup> o jornal era editado por Romero Antônio Leite, Paulo Tavares e Carlos Tavares. Segundo a pequena notícia, o *Gênese* era um jornal independente de um DCE não participante dos processos eletivos. Segundo seus editores, o jornal era um órgão de denúncia dos problemas sócio-político-econômico dos universitários brasileiros, com destaque aos nordestinos. Em julho de 1976, o jornal *A União* publica uma nota sobre um ciclo de debates envolvendo arte e cultura, promovido pelo DCE em conjunto com os diretórios acadêmicos do CCHLA, CCSA, CT e CCS. Por que então o *Gênese* seria uma oposição ao DCE?

Quem pôde nos responder a este questionamento foi um de seus editores, Romero Antônio Leite. Segundo nosso entrevistado:

Paulo foi o primeiro a entrar na universidade, em 1974. Nesse período Paulo conheceu Edson Neves, foram nós três responsáveis pelo *Gênese* [...] a manifestação que era possível era a cultural, era isso que era possível fazer. [...] Antes da retomada do DCE, atuávamos aqui e ali [...] o clima mesmo era de insatisfação, de angústia de não poder se expressar na universidade, espaço privilegiado de pensar, de discutir, de refletir e você não podia. Vivíamos assustados. [...] Edson acaba conhecendo o presidente do DCE, que era um interventor e propôs a Edson fazer um jornalzinho. Edson acabou topando e chamou a gente, só que paralelo a isso estava ocorrendo uma movimentação para retomada do DCE, de uma forma mais organizada, com a participação de um pessoal mais organizado e não havia uma rejeição muito forte por parte da reitoria, tinha até uma certa simpatia, que era o Lynaldo Cavalcanti claro, não era escancarado e nem poderia ser, mas havia uma certa simpatia para que a coisa pudesse acontecer, ele um cara inteligente, sabia que haveria um controle melhor se as coisas estivessem abertas, que ele pudesse ver. [...] Quando lançamos o *Gênese*, houve praticamente no mesmo momento a retomada do DCE. Flávio fez a capa do jornal [...] Agamenon, eu, Flávio Tavares, Paulo, Edson, cada um escreveu um texto, charge e o jornal foi um sucesso. [...] *Gênese* era um jornal diversificado, de veia anarquista, de posicionamentos fortes do ponto de vista político, ou seja, a gente não teve relação com o DCE, a gente na verdade aproveitou a amizade de Edson com o cara que ofereceu “Quer fazer um jornal?” e fizemos. A gente entrou no grupo da

<sup>69</sup> Walter Dantas, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.

<sup>70</sup> *O Momento*, 1976, “DCE lança o jornal *Gênese*”, 01 a 15 de maio, p. 01.

retomada sem fazer parte das organizações políticas, boa parte do grupo era de organizações.<sup>71</sup>

O inconformismo entre os estudantes da UFPB não era representado por um grupo homogêneo. Em 1975 havia os estudantes que atuaram na luta com os secundaristas contra a introdução do sistema de *tickets* estudantis na capital e os estudantes mais articulados com a expressão cultural. Portanto, o objetivo do novo grupo era:

Tomar o DCE que estava nas mãos dos interventores. Fizemos então um processo de aglutinação por cursos, então a gente tinha [...] à época talvez tivéssemos 30% dos cursos que existe hoje na universidade e nós conseguimos, juntando gente de cada curso, a força principal era do CCHLA e o CCSA, mas tinha gente de medicina, então conseguimos, em entendimentos com a administração da universidade que, apesar de ser em tempo de ditadura, mas o Lynaldo que na época era o reitor e, claro, pessoa ligada ao regime, ele tinha uma visão mais aberta.<sup>72</sup>

O movimento de retomada do DCE enquanto entidade de representação política dos estudantes se deu em negociação com a Pró Reitoria de Assuntos Comunitários, dentro de um processo extremamente controlado:

[...] Não tinha eleições diretas, nem para o DCE e nem para ... não tinha os Diretórios Acadêmicos. Os Diretórios Acadêmicos haviam sido fechados em 68, mas havia a possibilidade de criar os diretórios por centro, então tinha o do Centro de Saúde, o do Centro de Tecnologia, o CCHLA, o CCSA, acho que o Centro de Educação não existia na época, o CCEN, Areia com o campus de Ciências Agrárias e o campus de Campina Grande que era ... na verdade era como se fosse uma Pró Reitoria do interior – PRAI – então se abriu essa possibilidade. Agora como é que isso se dava? Primeiro deveríamos eleger representantes dos cursos, os representantes dos cursos – pequeno grupo – elegia o presidente do Diretório Acadêmico. Esse foi o primeiro passo. Nós lançamos na época uma chapa com a grande maioria, acho que com 27 cursos e o nome da chapa era Refazendo. Elegemos, dos 27, 26. [...] Elegemos os presidentes dos Diretórios e o passo seguinte foi em 1976. Formado um colégio eleitoral, elegemos o presidente do DCE que foi o estudante de Filosofia, Severino Dutra de Medeiros.<sup>73</sup>

Ao reestabelecer os Diretórios Acadêmicos por centro de ensino dentro da UFPB, o passo seguinte foi ocupar e reativar o DCE. Nesse processo, os estudantes que atuavam na perspectiva cultural passaram a compor também o espaço do DCE, resultando em uma gestão que mesclava características políticas e culturais. Entre os

<sup>71</sup> Romero Antônio Leite, entrevista concedida à autora em 08 de maio de 2014.

<sup>72</sup> Agamenon Sarinho, entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014.

<sup>73</sup> Idem.

estudantes militantes de partido de esquerda, aquele não era o momento de se expor segundo orientação dos partidos:

[...] a gente tinha uma orientação que eram normas de segurança do partido que não podia se expor [...] minha atividade política era clandestina, era fora da universidade. Tentativas e tentativas de reorganizar o PCdoB na Paraíba, que eu era o único membro daqui nessa época. Então eu fiquei só nesse período, construindo com alguns outros conhecidos e tal, mas tudo muito clandestinamente, sem nenhuma visualização. A atividade era mais interna, de divulgação da Guerrilha do Araguaia, por exemplo, de apoio aos presos políticos que se encontravam em Itamaracá, em Pernambuco.<sup>74</sup>

A experiência partidária, com propostas organizativas de coletividade, foi essencial na unificação dos estudantes para uma causa comum. Contudo, os estudantes mais ligados às questões culturais tinham o poder de levar suas insatisfações e a conscientização política a espaços mais longínquos. A cultura tocava na sensibilidade das pessoas “[...] porque entrava na nossa alma, na nossa cabeça, ficava aquele negócio do sonho e tal.”<sup>75</sup> Segundo Pellicciotta (1997, p. 26), a partir dos anos 70 as concepções militantes deixam de estar em território exclusivamente partidário para produzir uma multiplicidade de propostas de organização e ação política.

Conquistado por vias legais, os estudantes não sofreram embates com a gestão anterior. Para as eleições de 1976 a reitoria não havia indicado candidatos para compor o DCE-UFPB. O curso de Direito chegou a lançar uma chapa composta por Sólon Benevides (assessor na época do deputado federal Humberto Lucena), Luciano Mariz Maia (sobrinho do deputado Antônio Mariz) dentre outros membros, porém saíram vitoriosos os integrantes da chapa Refazendo, nome escolhido em referência a famosa música de Gilberto Gil, Refazenda.

Após comprovada a vitória, os integrantes da nova gestão tinham um prazo de 48 horas para registrar junto à reitoria a chapa eleita. Porém, os órgãos de informação dos militares constataram uma irregularidade: o vice-presidente do DCE, José Erivalder Guimarães, tinha nome fichado nos órgãos, portanto não poderia assumir. Nesse sentido, o pró-reitor de assuntos comunitários, Iveraldo Lucena, chamou os estudantes para resolver o problema: José Erivalder deveria assinar uma carta de renúncia para que

---

<sup>74</sup> Agamenon Sarinho, entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014.

<sup>75</sup> Aracilba Rocha, entrevista concedida à autora em 25 de abril de 2014.

a Refazendo fosse uma chapa oficialmente eleita e os demais membros pudessem assumir o DCE. E assim o “acordo diplomático” foi cumprido.<sup>76</sup>

Por outro lado, foram criadas dentro do espaço universitário estruturas físicas para que as representações estudantis pudessem exercer suas atividades de reunião entre si e planejamento:

Houve um avanço significativo porque já depois dessa eleição os diretórios acadêmicos tiveram, para eles, foram construídas sedes, uma sala por centro. Diretórios de centro do CCHLA, o diretório do CCSA, o diretório do CT, o diretório de saúde e o diretório do CCEN. Isso foi um avanço porque só assim se tinha um local para reunir.<sup>77</sup>

Reorganizadas as representações políticas e conquistados espaços físicos, o objetivo seguinte era trazer os demais estudantes da UFPB a conviverem nessas entidades e sentirem-se representados por elas. Assim a cultura se apresenta à política estudantil como sua fiel aliada.

## 2.2 – DCE e as práticas culturais

*É preciso trabalhar a cultura. É parte da minha vida, vida das pessoas, é parte dessa sociedade que a gente pensa construir.*<sup>78</sup>

Em Gramsci, a cultura é um meio do ser humano legitimar suas práticas historicamente, cuja construção se estabelece a partir dos esforços de determinados grupos sociais no intuito de construir uma consciência de classe. (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2008, p. 03)

A cultura é algo bem diverso. É organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior: e é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres. Mas nada disso pode ocorrer por evolução espontânea, por ações e reações independentes da própria vontade, como ocorre na natureza vegetal e animal. [...] O

<sup>76</sup> Oficialmente, a chapa era composta por Severino Dutra (presidente) e José Erivalder Guimarães (vice-presidente). Informalmente compunham a chapa Vladimir Dantas (diretor de cultura), Ieda Cabral (tesoureira), responsáveis pela política: Walter Dantas, Manoel Campos, Annelsina Trigueiro. Ainda houve a contribuição de Agamenon Sarinho, que não podia colocar seu nome em nada que estivesse vinculado às movimentações estudantis ou de caráter contestatório ao governo.

<sup>77</sup> Walter Dantas, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.

<sup>78</sup> Romero Antônio de Moura Leite, entrevista concedida à autora em 08 de maio de 2014, sobre o envolvimento cultural dos estudantes militantes do DCE-UFPB.

homem é sobretudo espírito, ou seja, criação histórica, e não natureza. [...] O que significa que toda revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias. (GRAMSCI apud COUTINHO, 2011, p. 54-55)

O DCE da retomada representava a pluralidade entre os estudantes de oposição a ordem vigente no espaço acadêmico da UFPB. Nela tinha militantes de partidos e correntes de esquerda, bem como estudantes independentes, sem vínculos partidários. Unidos, a pretensão era de tornar o DCE um espaço de representação política e cultural dos estudantes.

Essa gestão teve um grande desafio que era aglutinar a estudantada. Universidade crescendo, os cursos ampliando, o reitor criando campi por tudo que é canto, professores chegando. Uma efervescência grande tinha que aglutinar os estudantes.<sup>79</sup>

A presença cultural no DCE pode ser compreendida na medida em que se entende a necessidade de aproximação aos demais estudantes, com intuito de trazê-los para a vivência da política estudantil através das expressões culturais, a fim de despertar emoções e sentimentos, ao passo que poderiam “[...] evocar uma grande diversidade de significados compartilhados, mas atribuíveis segundo as experiências individuais. (FURTADO, 2004, p. 240) Imbuídos de caráter político, os estudantes da retomada do DCE tinham o desafio de lidar com estudantes temerosos em participar ativamente das instâncias deliberativas estudantis, porém também tinham de lidar com estudantes apáticos, frente a toda uma dominação política e social da ditadura militar, afinal, era o presente que os oprimia.

Então realmente a questão cultural teve um papel, era um negócio que interessava. O movimento estudantil agregava muitas pessoas de cultura, porque as pessoas se sentiam tolhidas. Naquela época agregava o pessoal do teatro, da música que vinham participar porque tinha eventos estudantis ligados a arte e cultura. Me lembro que na USP daquela época, Belo Horizonte, Rio de Janeiro tinham Circuitos Universitários de Música, tinha os Festivais de Música Universitários, então havia toda uma história nacional sobre cultura.<sup>80</sup>

Segundo Pellicciotta (1997), na década de 70 as atividades culturais tornaram-se parte da vida das entidades, integradas aos propósitos coletivos de um espaço complementar à experiência formativa. Pouco a pouco, foram os shows musicais, através das Mostras de Música com as presenças de Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque, Milton Nascimento, Gonzaguinha entre outros que promoveram “a

<sup>79</sup> Walter Dantas, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.

<sup>80</sup> Walter Aguiar, entrevista concedida à autora em 03 de julho de 2014.

troca de referências e linguagens artísticas no interior do espaço do diretório (de larga tradição política)” possibilitando “a experimentação de perspectivas de ação coletiva.” (PELLICCIOTTA, 1997, p. 166)

Esse momento cultural dos estudantes assemelha-se à proposta desenvolvida anteriormente pelo Centro de Cultura Popular, criado em 1961<sup>81</sup> e a UNE. O CPC surgiu no Rio de Janeiro como proposta de diversos artistas ligados ao teatro, cinema, música e artes plásticas em conjunto com estudantes universitários e militantes do PCB. O intuito era construir uma cultura popular, nacional e democrática por meio da conscientização das classes populares. A ideia era utilizar a arte como instrumento da revolução social, portanto havia encenação de peças teatrais em sindicatos, portas de fábrica e bairros populares, na defesa da arte coletiva e didática. Segundo Garcia (2007, p. 44), em dois anos de atividade o CPC estabeleceu duas etapas de ação cultural: formação da intelectualidade e, em um segundo momento, a conscientização popular.

O objetivo do CPC é a politização do povo, mas esse objetivo é alcançado em etapas. Foi árduo o trabalho de colocação da intelectualidade que em muitos momentos criticava os CPCs por não se dirigir às grandes massas, sem perceber que é a participação da intelectualidade nos CPCs condição primeira para que ele possa atingir as grandes massas. (Cultura popular: conceito e articulação apud GARCIA, 2007, p. 45)

Dessa maneira, o CPC tinha dupla ação cultural: quem levava cultura (intelectualidade) e quem recebia cultura (povo-consumidor). Contudo, essa visão passou por reformulações até chegar ao consenso de que o povo não poderia ser mero consumidor, devendo tornar-se participante da construção cultural. Ficou estabelecido que “a maioria dos ativistas da cultura popular, inicialmente, devem estar entre os universitários – talvez seja universitário o primeiro grupo social a ser atingido.” (GULLAR apud GARCIA, 2007, p. 48). O CPC da UNE promoveu festivais de música e cultura popular, encenações teatrais em espaço público e privado<sup>82</sup>, cursos de teatro, cinema, artes visuais, filosofia; a UNE-Volante, excursão de três meses pelas capitais do

---

<sup>81</sup> As raízes do engajamento artístico do CPC estão no Teatro de Arena. Ligado à construção de uma cultura nacional, o Teatro de Arena dialogou com grupos de teatro amador e estudantil, investiu na produção da dramaturgia brasileira e preocupou-se com a representação da realidade brasileira a partir de conceitos e autores marxistas e das teses do PCB para compreender a politização das artes. Ver: GARCIA, 2007. (Op. cit.)

<sup>82</sup> Entre as peças em espaço físico: *Eles Não Usam Black-Tie* Gian Francesco Guarniere; *A Vez da Recusa*, de Carlos Estevam; filmes como: *Cinco Vezes Favela* - que reúne *Couro de Gato*, de Joaquim Pedro de Andrade; *Um Favelado*, de Marcos Faria; *Escola de Samba e Alegria de Viver*, de Cacá Diegues; *Zé da Cachorra*, de Miguel Borges e *Pedreira São Diogo*, de Leon Hirszman.



país para contatos com as bases universitárias, operárias e camponesas. Promoveu também oficinas de literatura de cordel, que contou com a participação de Félix de Athayde e de Ferreira Gullar, o Projeto Teatro de Rua, de Carlos Vereza e João das Neves, bem como o teatro camponês, de Joel Barcelos, que teve como objetivo levar a arte diretamente ao povo, pela encenação das peças nos locais de trabalho, moradia e lazer. Segundo Ridenti (2014, p. 58), os movimentos culturais pré-64 sofriam influência do PCB, de diversas correntes marxistas e do ideário nacionalista e trabalhista da época, acusado de ser populista. Contudo, nem todos os seus integrantes eram militantes do PCB. Alguns integraram ao partido no dia do golpe, em 1964, em caráter de solidariedade. Nas palavras de Ferreira Gullar:

Eu era independente dentro do CPC. Entrei para o partido exatamente no dia 1º de abril, quando foi incendiada a UNE e o rádio já estava dizendo que o Forte de Copacabana tinha sido tomado pelos militares [...]. À noite houve uma reunião em Ipanema, na casa de Carlinhos Lyra e Vera Gertel [...]. Lá estavam o Vianinha, o Marcos Jaimovich, que era o contato do partido na área cultural, e eu comuniquei ao Jaimovich que, a partir daquele momento, eu entrava para o partido. (GULLAR apud RIDENTI, 2014, p. 59)

A UNE teve suas atividades encerradas em março de 1964, quando a sede da UNE foi incendiada por organizações clandestinas de direita que apoiavam o golpe de Estado. Contudo, sua importância cultural e social jamais fora esquecida.

Na década de 1970, antes mesmo de voltar a atuar nas ruas era preciso reconquistar o espaço acadêmico e a participação dos demais estudantes. Para tanto, os espaços do DCE e da própria Universidade foram transformados em pontos de intersecção entre as diferentes concepções políticas e culturais, ao passo que se tornaram espaços do repensar das ações políticas a partir das novas perspectivas de convívio, sociabilidade e participação. Com a retomada da entidade de representação estudantil na UFPB, a ideia era torná-la um espaço de vivência coletiva, alcançar espaços para além daqueles que se encorajaram a compor uma chapa política de transformações. Desta maneira, as expressões culturais na década de 1970 permitiram que os mais diferentes estudantes agregassem as entidades e passassem a participar da construção de perspectivas mais amplas de ações coletivas.

A USP, a UFBA e a UFMG iniciaram suas atividades de retomada do DCE no início da década de 1970:

Na verdade, as atividades culturais atingem uma tal importância no processo de reconstrução política dos diretórios que a partir de 1973

os DCEs, instâncias mais centralizadas de organização representativa, começam a incorporar às perspectivas de ação representativa a organização e promoção de eventos, publicações e atividades culturais, como se estas atividades culturais pudessem “emprestar” perspectivas coletivas ao projeto de recomposição político-institucional. (PELLICCIOTTA, 1997, p. 168)

Os movimentos contraculturais tornaram-se um exemplo da perspectiva de transformações das ações estudantis. O final da década de 1960 e o início da década de 1970 foram marcados por este movimento cultural, herdeiro do desenvolvimento e do fortalecimento de valores individualistas, no sentido da valorização da singularidade individual ou dos mais diversos grupos. Para entender este aspecto, basta mencionar que este período é marcado pelas manifestações estudantis no México<sup>83</sup>, França (conhecidas por Maio de 68) e no Brasil; protestos contra a Guerra do Vietnã, especialmente nos Estados Unidos, emergência das questões comumente chamada das minorias<sup>84</sup> (movimento das mulheres, negros e homossexuais), enfim, um período de manifestações que pairavam entre uma promessa de democracia capitalista não cumprida e da ruptura com o comunismo soviético.

Temos então, progressivamente, algo que poderíamos chamar de politização do cotidiano. Quer dizer, não é só a grande política, é o cotidiano quando você está discutindo os direitos das minorias, quando você está discutindo minorias dos mais variados tipos, quando você está discutindo hábitos, costumes, tipos de família. Mais uma vez a liberdade é um fator fundamental e aparece como um dos elementos básicos da constituição dessa contracultura. (VELHO, 2007, p. 208)

Para Velho (2007), Universidade e contracultura são indissociáveis, uma vez que a existência da contracultura está associada também ao que se passa no espaço acadêmico. “Nem que seja como pretexto para, através de problemas da universidade, você levantar alternativas e críticas à própria universidade.” (VELHO, 2007, p. 206). A

---

<sup>83</sup> Conhecido como *La Guerra Sucia*, compreendeu o conflito existente entre o governo militar mexicano e os estudantes de oposição vinculados à esquerda entre a década de 1960 e 1970. Foi caracterizada por um conjunto de repressão política e militar na tentativa de dissolver a oposição política e armada contra o Estado mexicano. Em 1968, ano em que a Cidade do México promoveria os Jogos Olímpicos de 1968, foi praticado o maior massacre aos estudantes da história, com estimativa de mais de mil mortos (apesar do governo anunciar cerca de 300 mortes), além de desaparecimentos e torturas. Esse episódio ficou conhecido como Massacre de Tlatelolco. Em fevereiro de 2004 foi preso o ex chefe da polícia secreta, Nazar Haropor por abusos contra os estudantes de esquerda na época em que o Partido Revolucionário Institucional esteve no poder comandando uma ditadura brutal. Esse foi o primeiro de uma série de investigações. Informações: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2004/02/25/primeiro-suspeito-de-guerra-suja-no-mexico-e-presos.jhtm> e <http://www.publico.pt/mundo/jornal/mexico-assume-guerra-suja-contra-a-esquerda-nos-anos-60-e-70-66360>

<sup>84</sup> Comumente chamados de movimentos das minorias, apesar de, ao menos em nossa sociedade, negros e mulheres não representarem minorias, demograficamente falando.

música era um dos elementos contraculturais no Brasil que conseguia acender a chama da contestação a ordem vigente:

Gilberto Gil foi marcante para o movimento, porque através da música dele, da expressão, a gente conseguia [...] Zé Ramalho naquelas coisas loucas, Lula Cortês, tinha também aquele doidão do Raul Seixas, teve uma influência muito grande na nossa época. Às vezes a gente deixava de fazer discursos, escrever textos e dizer que estava vivendo um momento político e ia ouvir uma música, baixava o som com medo porque sabia que aquilo também alertava os vigilantes do movimento.<sup>85</sup>

A canção engajada possui diversas variantes na música brasileira do período ditatorial. Segundo Napolitano (2010), a canção popular da década de 1970, pode ser dividida em dois períodos: entre 1969 e 1974, período das canções dos anos de chumbo; entre 1975 e 1982 com as canções de abertura.

Se a “canção dos anos de chumbo” foi, marcadamente, uma canção que sublimou a experiência do medo e do silêncio diante de um autoritarismo triunfante na política, a “canção de abertura” será marcada pela tensão entre o imperativo conscientizante da esquerda e a expressão de novos desejos e atitudes dos setores mais jovens da classe média. (NAPOLITANO, 2010, p. 391)

Para Napolitano (2010, p. 390), a canção engajada, em todas as suas variantes, não apenas dialogou com o contexto autoritário e as lutas da sociedade civil, mas ajudou, poética e musicalmente falando, a construir um sentido para a experiência social da resistência ao regime militar, transformando a coragem civil em tempos sombrios em síntese poético-musical. Uma terceira vertente também pôde ser acrescentada, representada pelas obras de Gil e Caetano. “Nelas, os compositores sintetizavam os dilemas, as contradições e, [...] as novas possibilidades e perspectivas culturais geradas pelas contradições da modernização brasileira.” (NAPOLITANO, 2010, p. 395)

Gilberto Gil e Caetano Veloso tornaram-se porta-vozes musicais de um amplo movimento contracultural no Brasil. O movimento Tropicália objetivava ser uma oposição à cultura conservadora, seja de direita (moral e bons costumes) ou nacionalistas e puristas (tendentes a valorizar instrumentos acústicos). Alguns grupos de esquerda tendiam a encarar a introdução da guitarra elétrica (oriunda do rock) na música nacional como uma transgressão. Os tropicalistas usavam a guitarra em suas melodias, ao passo que dedicavam algumas canções à denúncia da conjuntura nacional ou a homenagear ícones da esquerda. Foi o caso da canção *Soy loco por ti, América*, letra de

---

<sup>85</sup> Aracilba Rocha, entrevista concedida à autora em 25 de abril de 2014.

Capinan acompanhada do ritmo rumba, ao estilo cubano. Em meio a referências a José Martí, a canção traz claras referências a morte do herói guerrilheiro Che Guevara, apaixonado pela causa revolucionária e pela América. A censura não permitiria pronunciar com todas as letras o seu nome. (RIDENTI, 2009, p. 86)

A Tropicália foi um movimento artístico que surgiu no final da década de 1960 e teve destaque especial na música popular com Tom Zé, Gilberto Gil, Capinam, Caetano Veloso, Torquato Neto, Gal Costa, dos quais se agregaram os maestros e arranjadores Rogério Duprat, Damiano Cozzella e Júlio Medaglia. Na expressão das artes e do cinema, recebeu contribuição de Hélio Oiticica<sup>86</sup>, Rogério Duarte, Celso Martinês Corrêa e Glauber Rocha. Para Ridenti (2007, p. 147), a contracultura encontrou espaço no Brasil através do tropicalismo, em um período que estava havendo o declínio da importância do chamado “nacional-populismo” e do marxismo-leninismo<sup>87</sup> como porta vozes da transformação.

Nas trilhas da linha contracultural, surgiu no Nordeste brasileiro da década de 1970 um movimento chamado de Psicodelia Nordestina. Com berço em Pernambuco, o movimento incluía música, arte e literatura a sua composição. No meio musical, foi influenciado pelo Tropicalismo, carregando consigo a sonoridade da música regional nordestina e oriental, bem como o rock americano. É representado pelos músicos Lula Côrtes, Marconi Notaro, Zé Ramalho, Alceu Valença, Geraldo Azevedo, Robertinho do Recife, Flávio Lira entre outros. Alceu Valença e Geraldo Azevedo inauguraram o movimento no aspecto musical a partir do álbum “Quadrofônico”, de 1972. Contou com arranjos do maestro Rogério Duprat e unia maracatu, cocos e repentes com rock psicodélico. A canção *Novena* traz os seguintes versos:

Enquanto a família reza novena  
As notícias que montam cavalos ligeiros  
Vão tomando todo o mundo  
E na casa do lar  
Esquecidos ficam todos longe de saber  
O que foi que aconteceu  
E ali ninguém percebeu  
Tanta pedra de amor cair

<sup>86</sup> Autor do termo “Tropicália”, originalmente o título de um projeto ambiental.

<sup>87</sup> Carlos Zílio era um dos críticos ao marxismo-leninismo, que assumia não ser a intenção dele ser porta voz do marxismo e da revolução. Para ele, o marxismo representava uma posição “anti Belas Artes”, que reivindicava “uma arte ligada à reprodutibilidade, ao industrial, à sociedade de massa”. (ZÍLIO apud RIDENTI, 2007, p. 147)

Tanta gente se partir  
 No azul dessa incrível dor  
 Enquanto a família reza alguém  
 Segue e novena  
 No abismo de preces repetidas  
 No sossego de uma agonia sem fim

Enquanto a família reza novena  
 Nove dias se passaram marcados  
 Sem tempo sem nada e sem fim  
 No meio do mundo, do medo  
 E de mim despedaçado em tanto verso  
 Então de orações a sala se faz  
 E lá fora se esquece a paz  
 Uma bomba explodiu por lá  
 Sobre os olhos do meu bem  
 E assim me mata também  
 Enquanto a novena chega ao fim  
 Bandas bandeiras  
 Benditos passando pela vida  
 E a novena se perde esquecida de nós  
 (LP *Quadrofônico*, 1972)

Nestes versos escritos por Geraldo Azevedo e Marcus Vinicius, a referência ao rito religioso cristão e aos acontecimentos recentes de repressão institucionalizada permeiam a canção. Enquanto as pessoas ditas de “bons costumes” cumprem seus deveres morais e religiosos, calcados na obediência civil, no mundo real de um “sossego de uma agonia sem fim” todos estão longe (ou apáticos) de saber o que realmente acontece. Neste mundo ninguém percebeu “tanta gente se partir”. E no meio do mundo e do medo, onde lá fora se esquece a paz, “uma bomba explodiu (...) sobre os olhos do meu bem e assim me mata também.”

A parceria entre o pernambucano Lula Cortês e o paraibano Zé Ramalho resultou no álbum *Paêbiru*. A sonoridade e as letras chamavam a atenção dos estudantes por representar uma subversão à cultura conservadora (familiar e religiosa cristã), esta tão mencionada pelos militares como exemplos da moral e dos bons costumes. O álbum foi baseado em um resgate aos costumes indígenas simbolizados pela Pedra de Ingá, descoberta por arqueólogos 33 anos antes do lançamento do álbum.

Os estudantes da UFPB optaram pela união entre política e cultura para que o DCE realmente pudesse ser um espaço não só de representação, mas de interesse dos estudantes.

Como a gente vai se ligar aos estudantes? A gente não vai chegar aqui e dar discursos. [...] A parte cultural eram as calouradas, recepção aos estudantes. Uma semana de atividades culturais e ao mesmo tempo debates relacionados a importância da democracia, constituinte [...]. As atividades culturais eram uma forma de juntar pessoas.<sup>88</sup>

Para estruturalmente organizar-se em torno da política e da cultura, buscou referências nos mais diversos espaços:

[...] Gonzaguinha fez um debate com a gente quando veio fazer um show no teatro Santa Rosa, no momento em que estávamos criando o movimento pela abertura do DCE. Ele vinha dos Circuitos Universitários de Música, tava no início da carreira. A gente fez contato com ele e aí fez um debate sobre cultura, sobre o papel ... e ele fez um debate com a gente.<sup>89</sup>

Além de Gonzaguinha, o DCE-UFPB estabeleceu vínculos com o grupo musical Tarancón e conseguiu trazê-los à UFPB. Uma banda criada no Brasil, mas que mesclava entre seus componentes e no ritmo musical a diversidade latino-americana.

O grupo Tarancón [...] é um grupo de música latina, de São Paulo e tinha gente da Bolívia, do Chile, da Argentina, do Peru, inclusive nós tínhamos uma remanescente do grupo aqui no Departamento de Música, professora Alice, que foi da primeira formação do grupo Tarancón. O grupo era muito bom, desenvolviam trabalhos de pesquisa em som, instrumentos diferentes, latinos e de músicas de resistência: indígenas, dos mineiros da Bolívia, inclusive Tarancón era o nome da mina onde houve o massacre de mineiros na região. Mas teve outros ... Xangai.<sup>90</sup>

Segundo Napolitano (2010, p. 148-149), não só entre a sociedade civil brasileira houve a valorização da cultura. O próprio regime militar aproximou-se da cultura (através de incentivos, por exemplo) na tentativa de eliminar a “subversão” e trazer popularidade ao governo militar.

Para a oposição, a esfera cultural era vista como espaço de rearticulação de forças sociais de oposição e reafirmação de valores democráticos. Para o governo militar, a cultura era, a um só tempo, parte do campo de batalha da “guerra psicológica da subversão” e parte da estratégia de “reversão das expectativas” da classe média, dado o esgotamento do ciclo de crescimento econômico que a beneficiava e garantia seu apoio à ditadura. (NAPOLITANO, 2010, p. 149-150)

<sup>88</sup> Walter Aguiar, entrevista concedida à autora em 03 de julho de 2014.

<sup>89</sup> Idem. A vinda de Gonzaguinha foi apoiada pelos estudantes do DCE, que auxiliaram as pessoas envolvidas na produção do show. “Foi no Teatro Santa Rosa e a polícia fazia barreira, intimidava”. Também recordou Walter Dantas, em entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.

<sup>90</sup> Agamenon Sarinho, entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014.

Os militares no poder começaram a perder espaço na memória positiva, entrando para uma memória do ressentimento devido não só à repressão, mas ao falido projeto do milagre econômico brasileiro. Já a esquerda nacionalista conseguiu afirmar-se no meio cultural, cujos conteúdos críticos – tendo a imprensa como foco disseminador principal – conseguiram espaço na memória social.

O jornal *A União* mencionou no dia 04 de junho de 1976 sobre a visita do presidente Ernesto Geisel a João Pessoa, tudo na mais completa harmonia. Não mencionado em reportagem foi possível, através de entrevista, saber o que ocorria no que poderemos chamar de “bastidores”. Os estudantes à frente do DCE, da chapa Refazendo, foram convocados a terem uma audiência com o presidente.

Esse grupo pioneiro era tão representativo que houve uma visita do general Geisel, então presidente, à Paraíba, a João Pessoa e o cerimonial do governo do estado junto com a presidência da república queria que houvesse um encontro do general Geisel com essas lideranças estudantis, talvez articulado por Lynaldo, não sei. E aí eu lembro que houve um debate intenso dentro do grupo e o interessante é que depois que venceu a posição de aceitar a ida a audiência com o presidente no Palácio da Redenção, o grupo fez uma exigência que inviabilizou, segundo as normas do cerimonial, a ida desse pessoal para a audiência com o presidente. É que o cerimonial exigia que todos fossem de paletó e nós, por unanimidade, recusávamos o estilo paletó. Assim a audiência foi cancelada.<sup>91</sup>

Em 1976 os jornais da capital começaram a noticiar sobre as primeiras manifestações estudantis. Tais notícias giravam em torno de expressões culturais. O jornal *A União* registrou na edição de 18 de julho de 1976, a realização de ciclo de debates sobre arte e cultura realizado pelo DCE-UEPB, em conjunto com diversos diretórios acadêmicos. Realizados semanalmente, eram debatidos temas ligados a música, teatro, cinema e literatura. Essa não foi a única atividade cultural promovida pelo DCE publicada em jornais.

As práticas culturais inserem ao espaço acadêmico e ao DCE um outro conceito de militância e revolução. São linguagens participativas nas formas poética, cinematográfica ou musicais com vistas a se afirmarem em experiências de transformação das relações coletivas e sociais. A incorporação de instrumentos culturais às expressões políticas não é novidade. A realização do Centro Popular de Cultura nos anos de 1960 pela UNE foi uma iniciativa de levar cultura aos meios estudantis e sociais

---

<sup>91</sup> Walter Dantas, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.

por todo o país. Porém, a questão que se coloca na década de 1970 diz respeito à importância que estas atividades adquirem como procedimentos alternativos de vivência e formação acadêmica, ou como práticas fundamentais à renovação e criação de novas possibilidades de ação política (PELLICCIOTTA, 1997, p. 170).

Em fevereiro de 1977 *A União* publicou uma nota sobre o projeto Cineclube do DCE-UFPB. *O Norte* expôs com detalhes em publicação de 27 de fevereiro de 1977, que informa o primeiro filme exibido pelo Cineclube: “O Profeta da Fome” de Maurice Copovilla. Filme de uma hora e trinta e cinco minutos, em média, foi inspirado no conto “Um Artista da Fome” do escritor tcheco Franz Kafka. Nesse sentido, retrata a vida de um trabalhador circense que acaba sendo preso após a exibição de seu melhor papel: “o crucificado vivo”. A cada capítulo do filme vem uma frase de efeito que associa o enredo do filme a fé e vida do povo sertanejo. A partir da década de 1970, o Estado autoritário brasileiro participou do incentivo à produção cinematográfica brasileira, que tivesse em seu conteúdo o nacionalismo. A Política Nacional de Cultura (PNC), criada em 1975, sintetizava a busca de uma cultura “nacional-popular” sem luta de classes (NAPOLITANO, 2010, p. 154). O nacionalismo cultural do governo militar por vezes entrava em consonância com a proposta da oposição. Em 1973 a Embrafilme já sinalizava para distribuição de filmes nacionais considerados “de qualidade” e, curiosamente, o primeiro filme distribuído foi “São Bernardo”, de Leon Hirszman, cineasta ligado ao Partido Comunista. Mesmo financiando a produção cinematográfica, vários filmes passavam meses retidos. Foi o caso não só da primeira distribuição cinematográfica da Embrafilme, como também do filme “O país de São Saruê” de Vladimir de Carvalho<sup>92</sup>, que foi interditado e censurado pela Divisão de Censura de Diversões Públicas. Apesar de conflitos e das mediações com o governo, cineastas ligados ao Cinema Novo tiveram seus filmes apoiados oficialmente.

Se levarmos em consideração que, justamente nesses anos setenta, são construídas as bases do Brasil contemporâneo, devemos atentar para a importância da experiência cinemanovista no período, um tanto quanto exótica, um pouco folclórica, porém profundamente ideológica, no sentido amplo do conceito. Recusando as

---

<sup>92</sup>Documentário sobre a vida de lavradores, garimpeiros e outros moradores do nordeste brasileiro, da área conhecida como polígono das secas (Paraíba, Pernambuco e Ceará). Foi censurado devido ao teor de denúncia contra a exploração dos trabalhadores pelos donos de terra, sendo oficialmente lançado em 1979, quando acabou premiado pelo júri do Festival de Brasília. Para uma análise deste filme, ver: FEITOSA, André Fonseca. *Documentário e Cultura Histórica: o sertão de trabalho e relações de classe em O País de São Saruê* (1971). 2014. Dissertação de mestrado: Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.



simplificações, não resumindo a relação Estado autoritário/cinemanovista como uma cooptação destes por aquele, poderemos compreender a engenharia política de construção de um discurso ideológico extremamente complexo e voltado à maior parte da sociedade brasileira, pois trabalha diretamente seus símbolos e valores de forma plástica refinada, politicamente vinculada à consolidação do processo de distensão, acabando por legitimá-lo. (MALAFAIA apud NAPOLITANO, 2010, p. 157)

Muitos dos cineastas aderiram a estética marginal, desvinculado dos padrões exigidos pela Embrafilme. No DCE-UEPB os filmes exibidos seguiam a linha marginal, sendo priorizado também o viés político, como meio de articular arte aos problemas sociais e econômicos do país.<sup>93</sup> Os filmes eram exibidos na própria sede do DCE-UEPB e aglutinava um público “surpreendentemente numeroso”<sup>94</sup>. Após a exibição semanal de cada filme havia um debate com a participação do público.

Na Paraíba havia o um movimento de cineclubismo. Em João Pessoa havia algumas pessoas, Silvio Ozias em Jaguaribe. Em Campina Grande havia um cineclube muito bem organizado. Tinha Rômulo, Umbelino Freitas e tinha Bráulio Tavares. Foi quem orientou e a gente fundou aqui o cineclube do DCE, que era dispendioso porque era preciso alugar as máquinas para projetar os filmes e tinha que ir até Recife alugar os rolos de filmes, toda semana.<sup>95</sup>

O Cineclube da UEPB foi fundado em outubro de 1976 como resultado da realização do Ciclo de Debates promovido pelo Departamento Cultural do DCE entre julho e agosto de 1976. Seu funcionamento dependia do quadro de sócios. À época cada sócio deveria pagar uma importância mensal de CR\$ 5,00 (cinco cruzeiros).

Na edição de 13 de março de 1977, *O Norte* publicou sobre a presença dos jornalistas Antônio Carlos Carvalho, Marcos Faernann, Jaguar e Henfil na calourada promovida pelo DCE:

[...] a calourada, por exemplo, foi um marco. [...] um marco que mexeu aqui inclusive com a região: gente de Pernambuco veio pra cá, do Ceará. Nós fizemos uma semana de debates exatamente apoiada na imprensa alternativa. Então nós trouxemos pra cá Henfil, trouxemos o Jaguar, veio pra cá debater com a gente, à época o jornalista Tonico Ferreira, o Antônio Carlos Ferreira, que logo depois foi para *O Globo*, mas ele era o editor do jornal *Opinião* na época, que se destacava na imprensa alternativa. O jornal *Opinião* não era um jornal de esquerda, assim, era mais um jornal nacionalista, depois é que um grupo do

<sup>93</sup> Filmes como “Pau pra Toda Obra” de Augusto Sevá e Reinaldo Volpato: trata da utilização de mão de obra na construção de edifícios nas grandes cidades e faz um paralelo entre construção civil e a especulação imobiliária. Outro exemplo de filme que foi exibido é “Viramundo” de Geraldo Sarno: trata da migração de nordestinos para São Paulo e todo o drama que enfrentam na megalópole paulista.

<sup>94</sup> *O Norte*, 1977, “Cineclube de estudantes inicia amostra de obras”, 27 de fevereiro, p. 01.

<sup>95</sup> Walter Dantas, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.

*Opinião* saiu para formar um novo movimento, esse já com perfil mais de esquerda, com influência inclusive muito grande do PCdoB, o jornal *Movimento*, que eu fui o responsável pelo *Movimento* durante muitos anos aqui na Paraíba. Então era isso, e aí era festivais de cultura, cineclube, cinema, fizemos muitas atividades aqui.<sup>96</sup>

Esta calourada foi o maior evento organizado pelo DCE após a retomada das atividades estudantis. Teve duração de 21 a 26 de março e contou com shows de artistas locais, exibição de filmes, fotografias com o tema “Realidade brasileira”, teatro, debates envolvendo diversos temas que envolviam as problemáticas sociais da época.<sup>97</sup> O evento ocorreu em todos os Centros da UFPB, descentralizando as atividades do espaço físico do DCE.

Nacionalmente, as calouradas tinham duração de uma semana ou mais e faziam parte do projeto de recepção aos novos estudantes no espaço acadêmico. Estes eventos reuniam não só os novos estudantes, mas também os chamados veteranos e pessoas de fora da vivência acadêmica, um evento que trazia expressividade cultural com tons politizados para estudantes e pessoas dos mais diversos setores sociais.

Calourada era uma grande atividade que tinha uma dimensão cultural muito forte. Mas era uma atividade política que envolvia muita gente [...] talvez a coisa mais importante que a gente conseguiu fazer no DCE: debates, cinema, teatro [...] as peças curtinhas chamávamos de sketch, com representações curtas sobre determinados temas [...] era uma forma da gente se permitir, tratar de questões extremamente significativas de uma forma leve e gostosa. A gente conseguia fazer essas coisas, as vezes cada Centro também fazia suas atividades [...] era uma animação no espaço universitário.<sup>98</sup>

As apresentações teatrais mais curtas, as *sketches*, faziam parte da perspectiva da oposição de esquerda como meio aglutinador e interativo que chamou muito a atenção do público jovem e estudantil. Já as peças de maior duração entraram na contraofensiva com o “teatrão nacional-popular”, identificadas com a tradição realista, porém com apoio financeiro do Estado. Peças como *Gota d'Água* de Chico Buarque e do teatrólogo paraibano Paulo Pontes, *Ponto de Partida* de Gianfrancesco Guarniere, *Moço em estado de sítio* de Vianinha, dentre outros, entraram para o núcleo básico do teatro de resistência endossada pelo PCB (Napolitano, 2010, p. 158).

<sup>96</sup> Agamenon Sarinho, entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014.

<sup>97</sup> Debates com o tema: “O papel da Mulher na Sociedade” e “Universidade e o aluno” fizeram parte da calourada.

<sup>98</sup> Romero Antônio de Moura Leite, entrevista concedida à autora em 08 de maio de 2014.

Na parte musical das calouradas e eventos do DCE e dos DAs da UFPB, era comum a presença de repentistas, também conhecidos por cantadores de viola. A atividade desses artistas remonta ao século XIX e consiste na junção entre rima e melodia, utilizando temas presentes no cotidiano sertanejo ou temas sobre sociedade e política. Oriundos das regiões interioranas do Nordeste brasileiro, os repentistas foram, ao longo de dois séculos, saindo das regiões interioranas para habitar os centros urbanos. Nesses espaços politizaram-se e de alguma forma alguns também tornaram-se autodidatas, contudo sem perder a essência, que é o ser sertanejo. Para acompanhar as rimas improvisadas na hora, a viola dita os contornos da melodia.

A gente chamava muito, eu me lembro, na época os repentistas. E os repentistas fizeram um negócio bom porque o repentista, no meio a gente pedia “faça aí sobre Brasil militar”, então como não era música oficial, eles começavam a cantar sobre estudante [...] então na hora desenrolava sobre o que a gente pedia. A gente gostava muito de chamar os repentistas Vilanova e Oliveira de Panela sempre iam por lá. [...] Era barato e era uma forma também de dar um mote “ticket e movimento estudantil”, saia tudo na hora. O Vilanova era um cara mais letrado e ele falava sobre democracia, militares e o pessoal ficava animado.<sup>99</sup>

Paralelo à calourada foi lançado o Caderno de Poesia Marginal. Um livreto que aglutinava as expressões poéticas dos estudantes da UFPB, “a capa era de papel de embrulhar carne<sup>100</sup> e os poemas impressos em mimeografo que a gente tinha lá. Eram poesias de muita gente daqui, coisas muito boas.”<sup>101</sup> Um meio de levarem ao campo da liberdade poética tudo aquilo que os reprimia. Segundo Pellicciotta, citando o caso da UFBA, UFMG e USP:

Desde o início da década, o espaço acadêmico começa a ser ocupado por experiências coletivas na forma de grupos jornalísticos, poéticos, teatrais, corais, cineclubes e grupos de estudos que têm como propósito, antes de mais nada, dar prosseguimento à criação artística, aos exercícios de liberdade do pensamento e respeito às individualidades. São grupos de poetas, atores, etc. que constituem em si mesmos, experimentações de teor cultural e político em boa medida desconectados das perspectivas e leituras mais organizadas, e que em muitos momentos propõem um outro significado de engajamento – transcendente, em vários aspectos, dos paradigmas da organização partidária. (PELLICCIOTTA, 1997, p. 145)

<sup>99</sup> Walter Aguiar, entrevista concedida à autora em 03 de julho de 2014.

<sup>100</sup> O chamado papel madeira.

<sup>101</sup> Agamenon Sarinho, entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014.

A Poesia Marginal representava na década de 1970 um manifesto contra o campo limitado da poesia. Inspirada no movimento concreto da década de 1950, lançado pelos irmãos Augusto e Haroldo de Campos e por Décio Pignatari, a Poesia Marginal tem seu embrião no manifesto “poema-processo” de Wladimir Dias-Pino e Álvaro de Sá, de 1967, coincidindo com a explosão do Tropicalismo na música popular (Mattoso, 1981: 17). Após o AI-5, a contestação política foi desviada para a área artística, cujos canais topavam com a juventude universitária.

Explorando todas as possibilidades do papel - folhetos, jornais, revistas, manuscritos -, a poesia chegou aos muros através das pichações, foi às praças, aliou-se à música, organizou exposições [...]. Foi uma manifestação de denúncia e de protesto, uma explosão de literatura geradora de poemas espontâneos, mal-acabados, irônicos, coloquiais, que falam do mundo imediato, zombam da cultura [...]. (CAMPEDELLI, 1995, p. 10)

A opção do ser marginal implicava estar fora dos circuitos comerciais de livros, adotando a distribuição de mão em mão, pela impressão em mimeógrafos e pela postura contestatória ou tematizante da contracultura. Nesse sentido, a poesia tornou-se reflexo de uma situação política e social em desordem.

Além das calouradas, a elaboração de jornais esteve presente no meio estudantil da UFPB. Segundo Motta (2012, p. 24), os impressos são veículos fundamentais na divulgação e disseminação dos valores das diversas culturas políticas e são usados propositadamente para tal fim. Nos textos de livros e jornais estão presentes mitos, heróis, símbolos e valores morais do grupo e nessas publicações muitas pessoas encontram motivação para identificar-se e aderir.

O *Gênese*, mencionado no capítulo anterior, não foi o único jornal elaborado por estudantes da UFPB na década de 1970: os estudantes de comunicação lançaram o jornal *Bocão*, cuja finalidade era fazer uma análise do jornalismo na Paraíba. Com este intuito, pretendiam não só fazer um balanço geral do jornalismo estadual, mas também ter uma formação que pudesse atender às deficiências jornalísticas locais. Outro jornal promovido por estudantes foi *O Berro*, elaborado por estudantes de jornalismo da UFPB, que teve sua primeira edição no ano de 1978. O conteúdo assemelhava-se ao jornal *Gênese*, com uma exceção: procuravam ater-se aos problemas cotidianos da cidade de João Pessoa, desde matérias sobre infraestrutura, excluídos (idosos,

prostitutas, mendigos ...) e deficiência dos transportes coletivos.<sup>102</sup> Este foi o único jornal encontrado no arquivo do Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional (NDHIR)<sup>103</sup> da UFPB. Os demais jornais foram mencionados em outros jornais de circulação municipal e estadual. Segundo Pellicciotta (1997, p. 182), a organização de jornais e boletins também possibilitou que arte e política estabelecessem novos pontos de contato. A circulação de informações entre estudantes de um mesmo curso, de mesma universidade ou de universidades diferentes é crucial à sobrevivência da organização estudantil, por isso “se traduz em um dos fundamentos de recriação das atividades e projetos coletivos, sendo fundamental construir instrumentos versáteis e rápidos de comunicação entre os estudantes.” (PELLICCIOTTA, 1997, p. 185)

Um outro desafio aos estudantes do DCE foi em relação à taxa de matrícula cobrada pelas universidades públicas. Em edição de 18 de fevereiro de 1977, *O Norte* publicou uma nota sobre a reunião dos estudantes do DCE e Diretórios Acadêmicos com o reitor Lynaldo Cavalcanti. A reivindicação ia além do valor cobrado: segundo os estudantes, a política de taxas implicava em uma adequação gradativa da universidade pública para o ensino privado, dificultando cada vez mais o acesso de pessoas de baixa renda ao ensino superior. Taxas de matrícula não eram as únicas cobradas nas universidades públicas. Eram cobradas “[...] taxa de vestibular, matrícula, declaração, restaurante, trancamento de matrícula [...]” (*O Norte*, 1977, “Estudantes veem hoje com o reitor o problema de taxas de matrícula.”, 18 de fevereiro, p. 03).

Com isso, se estabelece uma outra discussão: o investimento estatal no ensino público superior. Durante a gestão de Lynaldo, por exemplo, a UFPB passou por uma série de transformações e investimentos. Ao passo em que eram abertos novos cursos de pós-graduação nas áreas de Economia, Administração, Engenharia, Direito, Agronomia e Biblioteconomia, a Universidade procurou dialogar com as necessidades regionais, investindo e desenvolvendo técnicas em cima dos produtos naturais produzidos pelo Nordeste. Para tanto, chegou a assinar convênio com a Secretaria de Agricultura estadual, a fim de que universidade e governo do estado pudessem juntos incentivar o desenvolvimento regional.

[...] ver uma explosão da universidade nesse período, a universidade era pequena e transformou-se em uma das maiores do Brasil. Então

---

<sup>102</sup> Transporte coletivo era um grande problema da população pessoense, principalmente dos estudantes. Além da reduzida frota, era comum o não cumprimento ao direito estudantil da meia passagem.

<sup>103</sup> Implantado em 1976 na UFPB.

criamos entre nós aqui da Paraíba uma situação de certo conformismo com o que estava acontecendo porque a gente via como coisa, de certa forma, positiva sobre a universidade. Se não me engano, a UFPB chegou a ser a segunda ou foi a terceira melhor do Brasil, né, que hoje ainda é uma grande universidade.<sup>104</sup>

Todavia, ao passo que as universidades passavam por um processo de expansão do ensino e extensão, ela cobrava taxas aos estudantes para suprir um dos requisitos básicos da reforma universitária, que era o assistencialismo estudantil. Segundo informações da reitoria:

[...] o dinheiro das taxas, pagos pelos estudantes, vai totalmente para a Fundação José Américo, sem que a Universidade fique com um tostão dessas quantias que, na FJA, destinam-se a assistência dos estudantes carentes, através de bolsas, alimentação, residência [...] quanto maior o volume de recursos obtidos pela Fundação, melhor a assistência prestada aos alunos necessitados. (*O Norte*, 1977, “Estudantes veem hoje com o reitor o problema de taxas de matrícula.”, 18 de fevereiro, p. 03)

Esse tipo de arrecadação compulsória nas universidades públicas entra em consonância ao acordo feito entre MEC-USAID, adotando modelos de funcionamento das universidades estadunidenses.

A gestão estudantil da retomada do DCE em 1976 procurou estabelecer diálogos contínuos com os estudantes. Através da confecção de carteiras estudantis, por exemplo, além de registrar o número de alunos o DCE entregava um formulário contendo questões referentes as preferências culturais dos estudantes universitários e o nível socioeconômico. Aos alunos mais antigos, o questionário era acrescido de perguntas relativas a opinião dos alunos acerca da primeira gestão do DCE após a retomada do espaço como órgão de representação estudantil.<sup>105</sup> A ideia era ter o DCE como verdadeira unidade de representação dos estudantes dentro da Universidade. Outro passo conquistado pelos estudantes do DCE foi o direito de autonomia financeira da entidade. Pode-se abrir uma conta bancária jurídica e o presidente em conjunto com o tesoureiro (à época Severino Dutra e Ieda Cabral, respectivamente) assinavam pelos recursos do DCE, adquiridos a partir do direito de assumir a confecção de carteiras estudantis e do valor monetário envolvido. Esse valor era revertido em atividades culturais e políticas voltadas para os estudantes da UFPB.

<sup>104</sup> Agamenon Sarinho, entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014.

<sup>105</sup> *O Norte*, 1977, “Diretório Central dos Estudantes entrega as guias”, 28 de fevereiro, p. 04.

### 2.3 – Eleições e nova gestão

O primeiro passo da gestão que assumiu o DCE em 1976 foi de aproximar-se dos estudantes universitários e conquistar o espaço acadêmico. Contudo, em 03 de julho de 1977 tomaram posse os novos dirigentes do DCE-UEPB. Compõem a nova chapa Walter Dantas e Geraldo Maciel (presidente e vice-presidente, respectivamente), Hugo Misael de Lima, Severino Dutra, Hugo Aníbal de Lima, Raimundo Nunes Rezende, Joaquim de Almeida, entre outros. A iniciativa de compor uma nova chapa para as eleições de 1977 veio a partir dos debates internos ocorridos a partir da gestão da retomada do DCE, de 1976:

Em 77 tem a primeira divergência no DCE. A própria diretoria do DCE já teve divergências que refletiam as divergências da esquerda brasileira. Então quando foi formado o DCE tinha pessoas sem ainda estarem ligadas a organizações, mas quando foi formado o DCE as organizações de esquerda caíram em cima para dialogar, então cada um começou a aderir a alguma organização de esquerda [...]. No DCE tinha o Partido Comunista do Brasil, o Partido Comunista Brasileiro e tinha o que nós chamávamos de trotskistas, que eram uma corrente que aparecia como nova na década de 1970 na esquerda brasileira e que vinha basicamente do meio intelectual, do meio estudantil que teve uma participação, no final de 1968 através de algumas organizações como a POLOP, então a gente tinha algumas organizações ligadas a isso daí. E nesse período, a própria direção do DCE se dividiu, houve uma divisão principalmente entre PCdoB e os grupos trotskistas no qual eu fiz parte.<sup>106</sup>

Dentro de um projeto ou de vários projetos políticos há pessoas que se identificam com determinada cultura política, mas não com os partidos nela inspirados, considerando-os indignos ou infieis à tradição. Portanto, resumir as formações partidárias às culturas políticas é algo tentador ou até frequente, mas não cabível, apesar de que em alguns casos os projetos políticos dão origem à organização de partidos, às vezes concorrentes na luta pelo papel de principal representante do grupo. (Motta, 2009, 24)

Segundo Ruscheinsky (1999, p. 82), das características do discurso interno à esquerda na década de 1970 – da ação política aos princípios estratégicos – grupos de esquerda presentes nas mobilizações sociais possuíam em seu horizonte a representação parlamentar dos interesses dos movimentos sociais dos quais atuavam. O reconhecimento dos movimentos como espaço de reconstrução política e de ampliação da base de atuação deve-se a fatores como: reconhecimento da multiplicidade de formas

<sup>106</sup> Walter Aguiar, entrevista concedida à autora em 03 de julho de 2014.

e posturas políticas inerentes às lutas sociais; modificação das pautas de reivindicações de acordo com as contradições conjunturais; crítica à definição de um ponto estratégico para o qual deveriam convergir as lutas sociais.

Apontar a relação entre movimentos e partidos, na complicada conjuntura histórica de distinção entre legendas legalizadas e denominações clandestinas, significa reconhecer papéis históricos diferentes e, no entanto, com pontos de coincidência e aspectos conflitantes. Ao mesmo tempo tal relação pode ser visualizada como dois agentes que se interpenetram ou se diferenciam pelas esferas de ação. A atuação dos militantes partidários pode ser vista como a dos elementos vindos de fora e que no transcurso tentam conquistar espaço de controle. Ou ainda pode ocorrer um desenvolvimento de lideranças na ação do movimento e que pelas contingências passam a ser também militantes de partido. (Ruscheinsky, 1999, p. 83)

Ainda assim, nesse momento, a presença partidária no DCE não era de participação escancarada, ela ocorria nas entrelinhas dos debates estudantis.

Não havia muito claramente tendências políticas, mas havia pessoas que se posicionavam com semelhanças, três pessoas que defendiam a mesma coisa, quatro ali e assim os grupos iam se formando. Acredito que o primeiro grande embate interno se deu [...] sobre qual seria o papel do movimento estudantil [...]. As discussões duravam horas e era muito aprofundado. Havia um grupo que defendia que o papel do movimento estudantil era arregimentar e formar quadros para a revolução, para combater a ditadura [...]. E havia outra parte do grupo que deveria ser de aglutinar as massas, que a luta principal era pela liberdade democrática, pela conquista de espaço na sociedade, pelo fim da ditadura militar, pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.<sup>107</sup>

As divergências entre a esquerda não era algo regional: ela ocorria em todo o território nacional. Para entender a mudança de postura no meio estudantil, é necessário entender o que estava ocorrendo entre alguns partidos de esquerda.

A cisão do PCB no Brasil surgiu a partir dos acontecimentos internacionais. As denúncias dos crimes de Stálin por Khruchchev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, no ano de 1956, e a divulgação das relações diplomáticas de postura pacífica entre as potências Estados Unidos e União Soviética geraram debates internos entre os Partidos Comunistas do mundo inteiro. No Brasil, foi aberta discussões no PCB acerca das críticas ao stalinismo e as mudanças na linha política:

No debate interno, surgiram pelo menos duas correntes. A primeira pedia uma profunda autocrítica pública sobre os crimes cometidos por Stálin e questionava a capacidade do grupo dirigente, afetada por

---

<sup>107</sup> Walter Dantas, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.



práticas pouco democráticas, de fazer as mudanças necessárias. Uma segunda corrente [...] propunha mudanças limitadas e fazia defesa da ortodoxia partidária. (SALES, 2007, p. 167)

Segundo Silva (1987, p. 157), as discussões internas no PCB geraram dois grupos: os revisionistas, grupo que propunha mudanças dentro do próprio PCB; e os stalinistas. A partir de 1961 o PCB procurou enquadrar em seu estatuto as exigências do código eleitoral brasileiro. Essa mudança tida como autoritária provocou o aprofundamento das diferenças dentro do PCB: para o grupo de oposição ao PCB, o Comitê Central não tinha o direito de retirar as referências do marxismo-leninismo de seu programa e um abaixo assinado foi criado. Os militantes que assinaram o documento foram expulsos do partido sob acusação de terem provocado a cisão dentro do PCB.

Do grupo expulso do PCB foi organizado, em 1962, uma Conferência Nacional Extraordinária no intuito de eleger um novo Comitê Central. Nesta Conferência foram aprovados novos estatutos e declarado em público que o partido em formação na verdade é o partido fundado no ano de 1922, agora reorganizado e sob uma nova sigla: PC do B. Contudo, nos primeiros anos de sua criação foram enfrentados alguns problemas com relação à estruturação orgânica, mediante a pouca quantidade de militantes: a concorrência ideológica com outras organizações políticas de esquerda que começaram a se formar em oposição tanto ao PCB quanto ao PC do B, apontadas como excessivamente ortodoxas.<sup>108</sup> Sobre os meios utilizados para se firmar moralmente enquanto partido:

O discurso político que fundamentou a criação do partido foi estruturado, principalmente, a partir da busca de um respaldo no passado. Foi através da história que o PC do B tentou convencer os seus militantes e interlocutores de que era o verdadeiro partido comunista atuante no Brasil, que se mantivera dentro das autênticas tradições marxista-leninista, enquanto o outro teria se afastado desse caminho. (SALES, 2007, p. 170)

Quanto à estratégia política, não diferia das formulações da III Internacional Comunista. Assim, o partido avaliava que a revolução brasileira deveria ser feita em duas etapas: a primeira através de uma revolução democrático-burguesa; a segunda deveria dar continuidade ao projeto revolucionário através de uma grande frente política sob direção da classe operária. Em 1963 o PC do B alinhou-se política e

---

<sup>108</sup> Faziam parte das críticas aos dois partidos comunistas nesse período: a Ação Popular (AP) – surgida em 1962; a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop) surgida em 1961 e as Ligas Camponesas.

ideologicamente ao Partido Comunista Chinês e ao maoísmo, na sequência adotando por tática política a guerra popular prolongada. Daí em diante esteve imerso na guerrilha, na qual sua maior representação foi a Guerrilha do Araguaia, em 1972-1973. Devido à repressão do Estado ditatorial e à morte de diversos militantes na Guerrilha do Araguaia, o PC do B iniciou uma série de debates em torno dos contornos políticos que se deveriam adotar (SALES, 2007, p. 175). Sua tendência política no meio estudantil foi a Caminhando, criada entre os anos de 1978 e 1979.

A presença de correntes trotskistas no Brasil remonta à década de 1930, através da Liga Comunista Internacionalista, em ruptura com as orientações de Stalin. Após fundação da IV Internacional em 1938, os trotskistas brasileiros foram se agrupando ao Partido Socialista Revolucionário (PSR). Contudo, a crise da IV Internacional em 1953 provocada pelo pablismo<sup>109</sup> acarretou rupturas e afastamento da perspectiva trotskista por parte das organizações. Aqui no Brasil, o representante dessa ruptura foi o Partido Operário Revolucionário (POR).

Até 1967, o POR aliou-se a setores da burguesia alegando que naquele momento a classe operária não tinha condições estruturais para lutar contra a ditadura. Essa visão do POR despertou algumas resistências e dissidências surgiram como oposição a esta perspectiva de perceber o movimento operário.

Em 1967, uma dissidência do POR forma a FBT (Fração Bolchevique Trotskista), [...] A FBT é quase dizimada pela repressão nos anos seguintes. Ao mesmo tempo, em 1968 surge outra dissidência do POR em São Paulo, que forma o Grupo Comunista 1º de Maio e consegue sobreviver à repressão, concentrando seu trabalho no movimento estudantil e na região do ABC paulista. Em 1971, um grupo de exilados em Paris [...] forma o Grupo Outubro e propõe a vinculação e unificação dos vários grupos trotskistas no Brasil ao Corqui [...] em 1976, a OMB se funde com o grupo 1º de Maio e surge finalmente a OSI. (ANDRADE, 2009, p. 68-69)

Na década de 1970 o trotskismo ressurgiu a partir da Organização Socialista Internacionalista (OSI), com o objetivo de resgatar e reorganizar a tradição de atuação dos trotskistas no Brasil. Agindo também no sentido de reatar laços políticos internacionalistas, a OSI estava relacionada ao Corqui – Comitê de Reconstrução da Quarta Internacional, um grupo latino americano de diversas organizações trotskistas (ANDRADE, 2009, p. 68). A fundação da OSI, portanto, está relacionada ao histórico

---

<sup>109</sup> Dissidência revisionista do trotskismo dirigida por Michel Pablo e Ernest Mandel.

de lutas dos trotskistas no Brasil e seu objetivo agora era de procurar levar à frente os verdadeiros objetivos trotskistas.

A OSI, em oposição ao PCB e ao PCdoB, criticava qualquer possibilidade emancipatória partindo de articulações com a burguesia ou setores da classe dominante nacional.

O setor da burguesia brasileira apontado pelos teóricos stalinistas como progressista: a burguesia industrial fornecedora de bens de consumo para o mercado interno, nunca se organizou em partido político que liderasse as lutas das massas em defesa dos interesses nacionais. A apática e episódica resistência da classe dominante brasileira ao capital estrangeiro foi realizada através de governos bonapartistas, que representavam o conjunto do capital nacional, com todas as resistências as reformas democrático-burguesas que o caracterizavam. (Teses sobre os problemas brasileiros apud ANDRADE, 2009, p. 69)

Para tanto, a OSI esteve intimamente relacionada à organização e emancipação do movimento operário, mas não só isso: a força jovem era reconhecida como uma das maneiras existentes no país para derrubada do governo militar e sua aproximação as organizações estudantis se deu através da Liberdade e Luta (Libelu). Formada em 1976, a Libelu avaliava que o governo militar estava prestes a cair, daí a adesão ao lema “Abaixo a ditadura”, tornando-se pioneira nessa perspectiva de luta no meio estudantil.

A luta contra a ditadura tem sentido, tem substância, na medida em que ela se apoie sobre reivindicações concretas [...] materiais e morais da massa oprimida. [...] essas palavras de ordem estão em cima de três eixos. O primeiro é a luta pela satisfação de todas as reivindicações dos estudantes. [...] O segundo ponto é a questão da independência do movimento estudantil e da ruptura de todos os vínculos com o MEC, com o aparato do Estado, com a ditadura militar, onde estes existiam. (ROMAGNOLI; GONÇALVES, 1979, p. 70)

Ao contrário de algumas tendências que defendiam a participação dos estudantes nos órgãos colegiados das universidades como forma de democratização, a Liberdade e Luta considerava estas instâncias de representação oficial criadas pela ditadura para manter o controle estudantil e implantar a política educacional do governo. “Os órgãos colegiados não são órgãos de decisão [...] e sim de execução de uma política que vem pronta e elaborada pela ditadura.” (ROMAGNOLI; GONÇALVES, 1979, p. 70)

Apesar de não citada pelos entrevistados no meio estudantil da UFPB, a Ação Popular era muito atuante entre os estudantes universitários de algumas das mais influentes universidades do país. Surgiu nos anos 60 como uma organização alternativa ao reformismo das organizações de vanguarda, em específico o PCB. Para os

comunistas do “partidão”, o Brasil deveria avançar para o caminho da revolução burguesa. O intuito era abandonar as estruturas agrárias consideradas pelos comunistas como principais obstáculos ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Considerados feudais, os setores rurais só ainda predominavam no país devido ao incentivo do imperialismo estrangeiro ávido em impedir o crescimento autônomo da economia brasileira. Em suma:

[...] para levar adiante a “revolução democrático –burguesa” no Brasil, uma aliança entre o proletariado (dirigido politicamente pelos comunistas) e a burguesia nacional deveria ser concretizada. Tais seriam as precondições para a realização da “etapa revolucionária”, tão necessária à emancipação da classe trabalhadora. (CIAMBARELLA, 2007, p. 105)

Diante de tais preceitos, a AP procurou firmar-se como alternativa à política predominante do PCB no seio das esquerdas, atraindo para a organização uma parcela da juventude que militava nas universidades e em outras instâncias estudantis, mas também operários. A organização reuniu os setores mais progressistas da Igreja Católica, em específico grupos como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Operária Católica (JOC).

De forte influência das forças jovens, a formação da organização surgiu também como necessidade de construir uma ação que ultrapassasse as estruturas e normas da Igreja. A ideia não era apenas de salvar almas, mas de ter “[...] uma visão de homem e universo que sendo universal, aspira a ser ponto de convergência a união de todas as forças para trabalhar pelo desenvolvimento integral do homem.” (SILVA, 1987, p. 90), ou seja, a proposta de saída do campo transcendental para uma luta sólida que aglutinasse política, história e, para alguns membros, a luta revolucionária.

De clara inspiração cristã, a AP, em um primeiro momento, procurou auto definir-se como movimento político independente e defensor de ideias humanistas. A criação da organização está intimamente ligada às mudanças ocorridas no interior da Igreja Católica a partir do pontificado de João XXIII e ao aprofundamento da luta de classes no Brasil e no mundo; seus fundadores viram nela a possibilidade de desenvolver uma entidade de ação política de esquerda mais autônoma e desvinculada das diretrizes do clero católico. (CIAMBARELLA, 2007, p. 106)

O fato é que a Ação Popular foi mudando no decorrer de sua existência e militância: da perspectiva humanista, passou para a guerrilha castro-guevarista<sup>110</sup> na qual adotou na organização a luta armada até meados de 1967. Posteriormente aderiu aos princípios do maoísmo<sup>111</sup> e da Revolução Cultural Chinesa, altamente vinculada a dinâmica camponesa. Segundo Ciambarella (2007), o resultado da AP foi o abandono do foquismo<sup>112</sup> e sua substituição pelo maoísmo e pela estratégia de guerra prolongada, deixando para trás o imediatismo da luta armada. Este também foi um período que a AP adotou o movimento de proletarianização:

A meta consistia em deslocar seus militantes para o trabalho nas fábricas e para o meio rural, numa tentativa de transformá-los, rompendo com suas origens sociais – notadamente de classe média. O movimento visou a eliminar a distância entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, acabando também com a tendência à elitização através do nivelamento por baixo, mediante a integração dos militantes na produção, inspirados no modelo igualitário da Revolução Cultural Chinesa e reforçado pela origem cristã apista. (CIAMBARELLA, 2007, p. 120)

Para Gorender (1987), a transição da AP do socialismo humanista ao marxismo está associada a:

[...] escola de Althusser. Encaixava-se no esquema althusseriano a classificação do socialismo humanista, de base cristã, como ideologia-escala inferior do pensamento-, ao passo que o marxismo é a ciência da história, única teoria explicativa da sociedade. Demais disso, Althusser valorizava Stalin e Mao, o que se enquadrava na inserção da

<sup>110</sup> Após vitória da revolução cubana, via guerrilha, Che Guevara sistematizou e teorizou as experiências guerrilheiras e foram de tais reflexões que surgiu a chamada teoria do “foco guerrilheiro”, também conhecida por castro-guevarista. Na América Latina a guerrilha deveria partir fundamentalmente do campo. (PRADO, Carlos Batista. *A guerra de guerrilhas de Che Guevara: entre rupturas e continuidades com o stalinismo*, disponível na página eletrônica: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/carlos.pdf>).

<sup>111</sup> Compreende os escritos teóricos de Mao Tsé-Tung acerca da contradição, a importância dos métodos práticos para a revolução e sobre arte e literatura, como questões culturais que envolvem as práticas sociais dos homens. “A prática social não se limita à simples atividade de produção, ela envolve ainda muitas outras formas: luta de classes, vida política, atividades científicas e artísticas.” (Mao Tsé-Tung, julho de 1937 apud Moderno, 1979, p. 68). Dentro das questões práticas, está presente o voluntarismo - ideia que defende a insurreição armada como método da tomada de poder em todas as sociedades, não só as agrárias. Para tanto, a força revolucionária estaria no campesinato que deveria ser guiado pelo Partido Comunista a mando do líder, ou seja, ao passo que os camponeses seriam a força motora, o proletariado seria a força diretriz.

<sup>112</sup> Teoria revolucionária desenvolvida por Régis Debray e inspirada em Che Guevara, consistia em criar focos de guerrilha rural no mundo como forma de enfraquecimento do imperialismo. Foi adotada na década de 1960 por grupos armados de esquerda no Brasil. Para uma leitura mais detalhada, ler: DEBRAY, Régis. *A guerrilha do Che*. São Paulo: Editora Edições Populares, 1980. Debray é filósofo, professor, jornalista e escritor francês. Foi seguidor de Louis Althusser e pertenceu ao Partido Socialista Francês, de onde teve a oportunidade de acompanhar de perto o estabelecimento do socialismo cubano e fazer amizade com Fidel Castro e Ernesto Che Guevara. Na década de 1960 acompanhou Che Guevara na guerrilha, especialmente na Bolívia onde foi preso em 1967 junto com Irineu Guimarães - filósofo e jornalista cearense, correspondente do jornal Le Monde na década de 1960.

AP no âmbito da força de atração irradiada em Pequim. (GORENDER, 1987, p. 114)

Entre 1969 e 1970 a AP iniciou aproximação com o PCdoB, nesse momento também maoísta. Dessa aproximação, entre 1972 e 1973, a AP reconheceu o PCdoB como verdadeira vanguarda proletária. Essa decisão gerou um intenso debate interno à organização, gerando a divisão da AP entre dois grupos: os que defendiam uma fusão com o PCdoB e os que pretendiam manter a organização independente.

Liderados por Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright [...] alterando seu nome para Ação Popular Marxista-Leninista (APML) [...] Suas principais participações aconteceram no movimento estudantil, que ressurgiu em fins dos anos 1970, na luta pelas liberdades democráticas (em especial na luta pela anistia) e na aproximação com novos movimentos político-sociais [...]. (CIAMBARELLA, 2007, p. 124)

Na segunda fase da década de 1970, a AP passou a atuar no movimento estudantil através da sua tendência Refazendo. Surgida em 1975, durante o processo de reorganização do DCE-Livre Alexandre Vanucchi Leme em São Paulo, a Refazendo inicialmente defendia um movimento alicerçado nas entidades estudantis de representação de base pela defesa das lutas por melhores condições de ensino e pelas liberdades de organização e expressão. (ROMAGNOLI; GONÇALVES, 1979, p. 68). Após 1977, a AP passou a defender a inserção estudantil nas lutas de âmbito nacional, tais quais pelo fim da ditadura e pela liberdade democrática. A luta educacional também ganha amplitude através da defesa pela democratização da universidade, ou seja, pelo acesso da maioria da população à universidade. Considerada uma alternativa ao reformismo do PCB inserido no movimento estudantil:

O PCB vinha perdendo espaço na USP. Nós éramos uma alternativa ao reformismo, mas não aceitávamos o trotskismo pelo seu vanguardismo, pela sua total incapacidade de dialogar com a massa. Eles sempre atuavam na vanguarda social e com uma postura vanguardista. (MERCADANTE, apud AZEVEDO, 1997, p. 13)

Na UFPB, as divergências partidárias geraram grupos que se aglutinavam por afinidades de ideias discutidas. Dessa maneira as tendências foram ganhando espaço no meio estudantil.

De 76 para 77 os partidos refletiram a diversidade que a esquerda começou a ter no movimento estudantil, que gerou naquele ano de 77, por exemplo, [...] que começou a se pensar na reconstrução da UNE, mas as correntes já bem definidas. Então quando houve essa divisão em 77, nas eleições estudantis de 77, nós já aparecíamos como diretórios acadêmicos de cada Centro [...]. Ganhamos as eleições para

o Diretório do Centro de Tecnologia e fazíamos oposição à nova diretoria do DCE, mas era oposição no mesmo bloco de esquerda. Uma oposição pequena porque eram 23 diretórios e só tínhamos 2 cursos: Engenharia Civil e Engenharia de Alimentos.<sup>113</sup>

A entrada de tendências políticas nos debates e na vivência das movimentações estudantis tem seu embrião nos primeiros contatos existentes entre os membros do DCE com organizações estudantis de outros estados, principalmente Belo Horizonte e São Paulo.

Tirou-se na reunião do DCE duas pessoas, eu e Alberto [...] e a gente foi para São Carlos. Teve o encontro, a polícia com o helicóptero na Universidade Federal de São Carlos, mas houve o encontro e foi aí que viramos peguistas, em 1976 [...]. Peguistas não eram trotskistas, eram organizações que derivavam do trotskismo e da radicalidade da esquerda. Era a junção de duas organizações: OCML e PO. Era Organização Comunista Marxista Leninista e a Política Operária que se juntaram e geraram esse negócio no movimento estudantil. Foi nela que participei indiretamente por um curto tempo, depois virei trotskista em 1977 [...] a chamada Liberdade e Luta, que era uma tendência estudantil vinda da OSI – Organização Socialista Internacionalista, que era um braço de uma organização trotskista francesa que a gente tinha aqui no Brasil [...]. Então entre o Congresso de Belo Horizonte e o de São Paulo a gente fez umas discussões com uns dirigentes que vieram de São Paulo e a gente sai do peguismo da OML-PO e vai para OSI. No Encontro de São Paulo<sup>114</sup> já éramos trotskistas pela Liberdade e Luta. A gente foi para São Paulo [...] Encontro Nacional pela Reconstrução da UNE na PUC [...] e voltamos mais trotskistas e lançamos aqui o primeiro jornal. Como o nome da nossa corrente aqui era Alternativa, a gente chamou o jornal de *Alternativa e Luta*, [...]. Lançou jornal, concorreu eleições, ganhamos alguns diretórios e éramos a oposição mais radical. A Liberdade e Luta no Brasil inteiro era muito radical e ela era muito forte em São Paulo, é tanto que ela era a dirigente do DCE livre da USP.<sup>115</sup>

Portanto, a entrada do trotskismo nas movimentações estudantis da UFPB ocorreu a partir do momento em que membros do DCE foram escolhidos para representar a Paraíba nos Congressos Nacionais e Encontros de Áreas. O contato com estudantes que já vinham no processo de retomada das atividades estudantis desde o início da década de 1970 enriqueceu os estudantes com novas experiências políticas, ao ponto de inseri-las nas atividades estudantis da UFPB.

Então havia todo um bloco que defendia a luta pelas liberdades democráticas, que era uma visão mais ampla da luta política, enfrentamento da ditadura, que abarcava as amplas forças: a esquerda,

<sup>113</sup> Walter Aguiar, entrevista concedida à autora em 03 de julho de 2014.

<sup>114</sup> ENE para organização do 31º Congresso da UNE, realizada na PUC-São Paulo no ano de 1977.

<sup>115</sup> Walter Aguiar, entrevista concedida à autora em 03 de julho de 2014.

o centro e tal, quem pudesse, então chamava liberdades democráticas. O outro grupo a gente chamava de PEG, que era a sigla da luta contra a política educacional do governo, PEG, então a gente focava nisso. Esse grupo, apesar deste foco na questão da política educacional, mas era um grupo mais radical, as forças ... a gente chamava de extrema esquerda, os trotskistas, como a gente dizia, que eram grupos ligados a tendências trotskistas que tinha como principal referência a Liberdade e Luta em São Paulo, a Libelu [...]. Em 1977, já. Inclusive aqui Walter Aguiar era da Libelu, o Carlos Alberto Dantas, esses eram ligados a Libelu. Foi mais a partir dos primeiros contatos daqui com a organização que já começava pela retomada da UNE, as articulações nacionais que existiam.<sup>116</sup>

Os Encontros de Áreas foram essenciais no contato entre os estudantes de todo o país. Através desses eventos, eram feitas trocas de experiências sobre as organizações estudantis e partidárias. Nesses encontros também eram discutidos o funcionamento do espaço universitário: reforma, legislação, papel social, bem como eram discutidas inserção no mercado de trabalho.

[...] essas articulações fluíram muito através de um outro mecanismo que era muito comum na época, muito forte, que eram os Encontros Nacionais de Áreas, então por exemplo, o ENEM, que era o Encontro Nacional dos Estudantes de Medicina, era um fato político onde acontecia, então como ia gente de todos os estados, a partir daí teve início as correntes políticas e se radiavam para os estados. Falei sobre o ENEM, mas tinham outros muito fortes também. O ENEM aconteceu inclusive aqui na Paraíba também e foi um encontro muito importante, com mil ou dois mil estudantes de todo o Brasil. Então as forças políticas existiam, você as identificava pelas bandeiras que defendiam, mas não se assumiam enquanto partido publicamente.<sup>117</sup>

Os Encontros de Áreas acabaram por estruturar as bases para os Encontros Nacionais dos Estudantes (ENEs). Surgem a partir de 1976, quando os projetos organizados presentes no movimento procuram restabelecer vínculos mais abrangentes entre as lutas estudantis e as movimentações sociais pela democratização do país (PELLICCIOTTA, 1997, p. 90). Na Paraíba, os renomados Encontros Nacionais dos Estudantes de Medicina foram utilizados como espaços de rearticulação da política estudantil.

É importante citar o papel que cumpriu o Encontro Nacional dos Estudantes de Medicina na UFPB. Era um evento organizado com a chancela e com o apoio material e estrutural do MEC, o governo que patrocinava e era um encontro científico [...], mas começou a se caracterizar como um encontro que servia para

<sup>116</sup> Agamenon Sarinho, entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014.

<sup>117</sup> Idem.



articulações políticas de reestruturação do movimento estudantil.<sup>118</sup>

Dessa maneira, dentro de um evento apoiado e financiado pelo MEC, os estudantes conseguiam compartilhar experiências, ampliar as articulações partidárias e as pautas de discussões internas entre as entidades estudantis.

## **2.5 - Estudantes da UFPB para além do espaço acadêmico**

Não só as articulações partidárias são ampliadas. As iniciativas dos estudantes da UFPB inseridos nas movimentações estudantis passam a reverberar fora do espaço acadêmico, desde a efetivação das calouradas do DCE e dos Diretórios. As expressões culturais conquistaram espaços e cada vez mais as questões políticas foram introduzidas no meio estudantil, de modo a alcançar áreas externas à UFPB, na conquista por espaço na sociedade em conjunto com os demais componentes da sociedade civil.

No ano de 1977 os jornais noticiaram a proibição de passeatas estudantis por todo o Brasil. O ministro Armando Falcão tomou medidas para que todos os estados brasileiros impedissem “manifestações coletivas que comprometessem a normalidade, imprescindível à preservação do processo de desenvolvimento do país”.<sup>119</sup> E prossegue:

Passeatas, concentrações de protestos em logradouros públicos, assim como outras demonstrações contestatórias, são distúrbios de fundo e fim subversivos, não podendo em consequência ser toleradas. Mostra-se aconselhável que sejam tomadas de preferência medidas preventivas, oportunas e eficazes, para resguardo da tranquilidade geral que a nação exige acima de tudo. (Trecho de recomendação do ministro Armando Falcão apud *A União*, 1977, “Governo proibirá as passeatas estudantis”, 13 de maio, p. 04)

No mesmo mês é publicado no jornal o posicionamento do MEC com relação as atitudes estudantis. Apesar das medidas de proibição a manifestações em vias públicas, as mesmas vinham ocorrendo no meio universitário pelo país, que segundo a notícia “burlava regulamentos e estatutos regimentais das instituições de ensino superior”. Continua reproduzindo: “Caso os órgãos de representação estudantil não obedeçam aos critérios prescritos no decreto lei 228 de 1967, os órgãos serão suspensos ou dissolvidos pelos Conselhos Universitários” (*A União*, 1977, “MEC acompanha situação estudantil”, 15 de maio, p. 01). No dia 20 de maio de 1977, o deputado Tarcizo Telino realizou pronunciamento contestando o deputado do MDB Bosco Barreto, que havia se

<sup>118</sup> Walter Dantas, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.

<sup>119</sup> *A União*, 1977, “Governo proibirá as passeatas estudantis”, 13 de maio, p. 04.

pronunciado em favor da legalização das entidades estudantis. Para Tarcizo Telino, não seria esse o momento de apoiar as manifestações estudantis, pois “a classe estudantil não sabe o que quer”.<sup>120</sup> Segundo o deputado, os estudantes deveriam protestar contra o sistema de ensino, pois era esse o mundo daqueles que ainda não tinham chegado a etapa profissional. Lutando contra os erros do sistema de ensino, receberiam o apoio do governo.

As agitações estudantis, embora que no espaço acadêmico, começaram a incomodar a política oficial. A estratégia pelas manifestações culturais trouxe para o espaço acadêmico pessoas de variados espaços sociais. As calouradas misturavam o lazer cultural com conhecimento político e não demorou muito até que houvesse resultados. Reações parlamentares podem ser consideradas um exemplo da tentativa de conter estudantes que se expressavam através do DCE e dos Diretórios representantes de cada Centro de Ensino da UFPB, alcançando espaços exteriores ao acadêmico.

A partir da segunda metade do ano de 1977 há registros nos jornais de manifestações estudantis fora da UFPB. A primeira delas foi pela manutenção da meia passagem, contra a campanha da Associação dos Transportes Coletivos que passaram a levantar a bandeira da extinção da meia passagem estudantil. A Associação alegava que a quantia de 200 tickets para cada estudante estava levando prejuízo aos donos de transporte coletivo, uma vez que esse número representava uma quantia muito elevada para cada estudante, sendo os excedentes usados por familiares. A proposta, portanto, era de reduzir ao limite de 60 tickets por estudante, o que equivalia apenas a utilização da meia passagem para fins escolares. As movimentações estudantis receberam o apoio da Arquidiocese da Paraíba, através da figura do arcebispo Dom José Maria Pires, noticiado pelo *O Momento* em sua edição 188, de agosto de 1977. Com esse registro, temos aqui a saída de estudantes da estrutura universitária para as ruas da cidade, mesmo sob a vigência do AI-5.

Nesse período a gente também já buscava outras formas de fazer o embate político. A partir de 76 / 77 já inicia-se um pouco, assim, aquele movimento pelos direitos humanos. A arquidiocese, acho que dessa época, criou o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, então aqui o DCE teve uma parceria muito forte nessa época com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, na denúncia de prisões, da repressão, no apoio a perseguidos, então foi muito forte nesse período

---

<sup>120</sup> *A União*, 1977, “Deputado pede que os estudantes paraibanos não apoiem agitações” 20 de maio, p. 04.

essa relação. Depois quando foi criada a ADUF, a ADUF se incorpora nisso também e essas eram, vamos dizer assim, as referências da resistência aqui na Paraíba: o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, o DCE da UFPB e a ADUF, nesse período.<sup>121</sup>

A Igreja Católica passou a sinalizar para a questão social a partir da década de 1960. A eleição do papa João XXIII contribuiu para o impulso ao novo projeto do catolicismo latino-americano e brasileiro. Os problemas decorrentes do subdesenvolvimento econômico, das instituições sociais e culturais passaram a representar aspectos relevantes na atuação dos católicos preocupados com os quadros alarmantes de diferenças sociais em territórios sul-americanos. Contudo, foi a partir da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, no ano de 1968, que as discussões sobre os problemas da América Latina foram mais aprofundadas.

De mero consumidor, o leigo passa a sujeito participante, sujeito ativo. Sua participação foi ganhando corpo e expressão nas comissões, nas pastorais, nos grupos de reflexão. Com ele, o percurso popular da Igreja latino-americana vai ganhando outros contornos e novas formas, buscando abranger a justiça social, uma educação libertadora, a paz e a promoção humana. (DELGADO; PASSOS, 2007, p. 114)

A conferência realizada em Medellín representou um divisor de águas entre uma Igreja popular (voltada para as questões sociais) e uma Igreja tradicional (direcionada para questões doutrinárias e ortodoxas). A partir de então, a Igreja firmou três grandes opções: pelos pobres, por sua libertação integral e pelas comunidades eclesiais de base (CEBs). As CEBs guardavam não só um caráter religioso, mas também social e político nas comunidades, cumprindo o papel de aproximação aos pobres e com eles construindo uma fé engajada com os problemas que mais os afetavam. Nesse sentido, a Teologia da Libertação tem papel importante, pois fundamenta as práticas da comunidade.

A Teologia da Libertação (TL) representa a primeira grande corrente teológica nascida na periferia dos centros metropolitanos da cultura e da produção teológica com repercussão ao nível de toda a Igreja. Inicialmente formulada na América Latina (AL), hoje constitui já um marco referencial e de reflexão para todos os grupos que se consideram oprimidos. (BOFF, 1980, p. 181)

A Teologia da Libertação unia dimensão teológica com processo histórico na busca por mudanças no presente em vista ao futuro redentor. Em conjunto com os Direitos Humanos (refletidos e defendidos pelos teólogos vinculados à Teologia da Libertação), aproximou-se da sociedade civil dentro do quadro político de regime de

---

<sup>121</sup> Agamenon Sarinho, entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014.

exceção. Neste caminhar com diversos setores da sociedade, lutavam também pelo restabelecimento da ordem democrática. (DELGADO; PASSOS, 2007, p. 125)

Não podemos, finalmente, esquecer a contribuição aos direitos humanos, considerados na sua integralidade, da teologia e filosofia da libertação latino-americana com as obras, entre muitas, dos teólogos Gustavo Gutierrez no Peru, Leonardo Boff e José Comblin no Brasil e do filósofo e historiador argentino Enrique Dussel. A teologia da libertação é fruto de um amplo desejo movimento de renovação da Igreja Católica e, sobretudo latino-americana. (TOSI apud PEREIRA, 2012, p. 122)

Na Paraíba, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos foi fundado em abril de 1976 com objetivo de prestar assessoria jurídica junto a grupos religiosos, movimentos sociais e pessoas perseguidas por proprietários de terra ou pelo regime militar (PEREIRA, 2012, p. 121). Para o arcebispo da Paraíba, era extremamente importante que os Direitos Humanos dialogassem diretamente com os direitos sociais. O resultado disso foi o envolvimento da Igreja em diversos setores da sociedade civil, em apoio às suas reivindicações, seja entre os estudantes, camponeses e movimentos de bairro. A Igreja tinha um grande amparo moral e ao lado do movimento estudantil da UFPB e da ADUF-PB representaram frente de oposição ao regime ditatorial militar.

## CAP. III – SOCIEDADE CIVIL, ANISTIA E A UNE: PRELÚDIO DE NOVOS TEMPOS

### 3.1 – Estudantes em consonância com a sociedade civil

*É melhor ser chamado de  
subversivo do que de ópio do  
povo.<sup>122</sup>*

No fim de 1978 encontram-se diversos registros da atuação dos estudantes da UFPB em conjunto com demais componentes da sociedade civil. Os serviços de informações indicam a participação estudantil em diversos seguimentos: Direitos Humanos, reservas indígenas, com os camponeses, promoção de debates junto à ADUF-PB, em apoio aos professores da rede pública de ensino, em atos pró Anistia e pela reconstrução da UNE. Para o entendimento da união dos diversos setores da sociedade civil brasileira em oposição ao Estado ditatorial, é necessário compreender a perspectiva teórica do Estado ampliado desenvolvida por Gramsci<sup>123</sup>, os chamados “aparelhos privados de hegemonia”:

Portanto, o Estado em sentido amplo, ‘com novas determinações’, comporta duas esferas principais: a sociedade política [...] que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e/ou policial militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura. (COUTINHO, 2007, p. 127).

As duas esferas principais conservam ou promovem uma determinada base de acordo com os interesses de uma classe, sendo ela fundamental. Porém, o modo de encaminhar a conservação ou promoção irá variar. Na sociedade civil, “as classes buscam exercer sua hegemonia [...] mediante a direção política e o consenso” (COUTINHO, 2007, p. 128). Na sociedade política, haverá sempre o uso da dominação (ditadura), mediante o uso da coerção. Ou seja, nessa relação ampliada do Estado, o

<sup>122</sup> Dom José Maria Pires, em entrevista ao jornal *O Momento*, edição 297 de setembro de 1979, como resposta a acusação de comunista pelo secretário da Indústria e Comércio da Paraíba, Carlos Pessoa Filho.

<sup>123</sup> Aqui optamos por trabalhar as opções de Gramsci sobre o Estado ampliado a partir da leitura de Carlos Nelson Coutinho.

convencimento, a persuasão e a pedagogia se consolidam em duas direções – dos aparelhos que compõem a sociedade civil em direção à ocupação de instancias estatais e, em sentido inverso, da sociedade política, da legislação e da coerção em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominante, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. Não há isolamento entre o terreno do consenso e o do convencimento, ou uma sociedade civil idealizada e o âmbito da coerção. Ambas encontram-se estreitamente relacionadas, educando o consenso e forjando um ser social adequado aos interesses e valores hegemônicos. (FONTES, 2010, p. 136)

No momento da homogeneização dessas duas estruturas, o que vai definir se um Estado assume uma característica mais consensual e menos coercitiva ou vice-versa, vai depender da correlação de forças desses grupos sociais na busca pela supremacia. Dessa maneira, fica mais claro compreender a estrutura política e social brasileira nos anos de ditadura militar, bem como a inserção do movimento estudantil da UFPB com os demais setores da sociedade.

Além da presença partidária de esquerda no movimento e dos acalorados debates em suas instâncias deliberativas, os estudantes acadêmicos também depararam-se com as novas discussões no campo da sociologia acerca da mobilização dos setores populares em oposição à ditadura, a partir da década de 1970. Uma crescente produção sociológica, dedicada à retomada dos movimentos sociais, passou a criticar as abordagens estruturalistas, considerando-as não imbuídas de experiências imediatas dos envolvidos ou como não suficientemente empíricas. Deste modo, encontravam nos meios populares a comprovação empírica de suas hipóteses. A aproximação entre pesquisadores e movimentos sociais contribuiu para conduzir o entendimento sobre as reivindicações mais imediatas: pela repressão, de um lado, e pela inserção de novos acadêmicos, fascinados pelo popular. (FONTES, 2010, p. 230)

No dia primeiro de dezembro de 1978 foi registrado pelos órgãos de informações um debate político sobre eleições parlamentares promovido pelo DCE em sua sede, no campus da UFPB. Teve por objetivo dar início a uma campanha no meio estudantil em favor de candidatos que tivessem programa político de interesse popular.

Segundo informações, tal iniciativa entrava em conformidade com a decisão tomada no IV Encontro Nacional dos Estudantes<sup>124</sup>, realizado em São Paulo no ano de 1978.

Em maio de 1979 o DCE expressou seu apoio à reivindicação dos professores de escolas públicas, através de nota convocatória a todos os estudantes da UFPB, em favor de melhorias de vida e de trabalho do magistério público do estado: “Todo apoio ao movimento dos professores por melhores condições de ensino, de vida, pelo direito legítimo de greve e pelas liberdades democráticas”<sup>125</sup>. Tal apoio estudantil à causa também foi proveniente de reflexão feita acerca da vitória dos docentes de outros estados, graças ao apoio da sociedade. Na Paraíba, o primeiro componente da sociedade civil a apoiá-los foram os estudantes da UFPB, seguido do apoio dos estudantes secundaristas, da arquidiocese da Paraíba e da ADUF-PB.

Se criou um movimento que envolviam vários setores, várias entidades [...] o eixo eram as liberdades democráticas. Era preciso ampliar os espaços de expressão política pra gente poder fazer as outras lutas [...] o raciocínio era esse [...] abrir o máximo possível para fazermos as outras lutas.<sup>126</sup>

Nacionalmente, alguns setores da sociedade mobilizaram-se ou simplesmente retomaram as suas atividades contestatórias. A Igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais, na defesa dos direitos humanos; o movimento estudantil, primeiro passando por um processo de reorganização, em seguida adotando nacionalmente a bandeira de luta pelas liberdades democráticas. Movimentos de bairro e associações de moradores nos bairros populares também participaram pelas liberdades democráticas. Só a partir da década de 1980 que vincularam-se a questão da moradia, transporte, custo de vida e cidadania. (ARAÚJO, 2004, p. 167-168)

Outros componentes da sociedade civil nacional, anteriormente apoiadores do golpe em 1964, foram a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa, ambas fundadas na década de 1930. A OAB representava certa autonomia frente ao Estado, derivada das suas funções como defensora da Constituição e, portanto, do Estado de Direito.

Tal como a Igreja, a OAB era tradicionalmente um órgão conservador cujos membros se tornaram mais radicais após confrontar-se com o

---

<sup>124</sup> Nesse registro foram listados 18 nomes de estudantes vinculados as movimentações estudantis da UFPB, dentre eles nossos entrevistados Agamenon Sarinho, Romero Leite, Walter Aguiar e Walter Dantas.

<sup>125</sup> Trecho de convocatória reproduzida pelo jornal *Correio da Paraíba*, 1979, “DCE dá total apoio à parede de professores”, 04 de maio, p. 01.

<sup>126</sup> Romero Antônio Leite, entrevista concedida à autora em 08 de maio de 2014.

Estado autoritário. Assim, tanto a Igreja quanto a OAB estavam no âmago da sociedade civil que reconquistara a capacidade de opinar precisamente quando o governo Geisel resolvera aplicar seu mal definido projeto de liberalização. (SKIDMORE, 1991, p. 367)

Na década de 1960, os advogados udenistas representavam o pensamento tradicional e conservador dentro da OAB, porém até mesmo estes retrocederam frente à permanência de um regime autoritário. Os advogados criminalistas encabeçaram a luta contra o governo arbitrário. A meta que a OAB pretendia alcançar era a restauração do *habeas-corpus*, a revogação do AI-5 e a anistia. A curto prazo, defendiam uma campanha a fim de convencer o público de que os governos militares em vigor pela América do Sul eram ilegítimos porque a Constituição outorgada por eles não havia resultado de nenhuma Assembleia Constituinte eleita pelo povo.

No ano de 1978 foi publicada pela OAB a Declaração dos Advogados Brasileiros, um documento que inaugurou uma fase mais acirrada das atividades de oposição. Seu novo presidente, Raymundo Faoro, tornou-se o porta voz dos pontos de vista da oposição. Uma das contribuições mais importantes que a OAB e alguns respeitados juristas estabeleceram foi:

Uma distinção entre o “Estado de Direito” (definido como sistema regido por legítimas estruturas legais) e “Estado de exceção” (caracterizado como o de estruturas legais ilegítimas). As definições e a insistência nessa distinção negavam ao Estado de Segurança Nacional a legitimação que este buscara em sua constante preocupação em baixar decretos-lei, atos institucionais e complementares. (ALVES, 2005, p. 255)

Giorgio Agamben (2004) afirma que o Estado de exceção torna-se prática essencial dos Estados contemporâneos, inclusive os chamados democráticos. Segundo este autor:

Uma “democracia protegida” não é uma democracia e que o paradigma da ditadura constitucional funciona sobretudo como uma fase de transição que leva fatalmente à instauração de um regime totalitário. (AGAMBEN, 2004, p. 29)

Com estas palavras, o referido autor está analisando as sociedades europeias em tempos de regimes totalitários, porém sua análise muito se assemelha ao caso brasileiro sob regime militar, uma vez que a promulgação de Atos Institucionais (para legalizar as decisões e arbitrariedades militares) e a tentativa de manter o país sob a aparência de uma democracia podem ser enquadradas, do ponto de vista jurídico, em uma ditadura constitucional.



Outra atuação expressiva foi a da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Nos primeiros anos de ditadura militar, o papel da ABI limitou-se à coordenação das atividades dos jornalistas, à defesa dos profissionais ameaçados e à promoção de debates educativos, conferências e sessões de estudo. Após promulgação do AI-5, a imprensa passou a sofrer censura prévia. Diante dessa nova conjuntura, a ABI engajou-se no combate a qualquer forma de censura e promoveu atividades culturais, bem como a manutenção dos debates educativos.

Além da ABI, a própria imprensa desenvolveu atividades independentes de resistência à censura prévia expressas de duas maneiras: através de semanários ou tabloides alternativos de oposição, que criticavam “mais livremente” as políticas econômicas e repressivas do governo, uma vez que driblavam a repressão ao sair da grande imprensa; a articulação de campanhas simbólicas de resistência à censura, com publicações indiretas ou disfarçadas de informações, para leitura nas entrelinhas.<sup>127</sup>

Em 1975 Geisel promoveu a remoção da censura ao *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de São Paulo*. Gradativamente os demais meios de informação impressa foram liberados da censura prévia, inclusive os menores jornais de oposição e os da Igreja Católica (ALVES, 2005, p. 259). Contudo, rádio e televisão permaneceram sob censura, em uma época em que o som dos noticiários e as imagens eram essenciais para informar a grande parcela da população brasileira, com elevado índice de analfabetismo. Sobre as informações:

Os principais veículos passaram a publicar artigos criticando o modelo econômico e denunciando a corrupção de altos funcionários governamentais. Mais importante ainda, no entanto, foi o rompimento da cultura do medo, pela eliminação do silêncio: a cada denúncia de casos de tortura, a imprensa oferecia ampla cobertura, exigindo investigações e o fim da violência. (ALVES, 2005, p. 262)

Os operários brasileiros também se fizeram presentes na luta pela reivindicação de seus direitos e pela democratização da política nacional. Em 1978, sob governo do general Figueiredo, os operários do ABC paulista convocaram uma greve reivindicando aumento salarial acima da taxa de inflação, além da legalidade política de sindicalistas não oficiais. Neste mesmo ano foram registradas mais de 400 greves pelo país: motoristas de ônibus, professores, garis, empregados da construção civil, os setores siderúrgico e portuário, de transporte de carga, bancário e telecomunicações

---

<sup>127</sup> Um exemplo disto são as receitas culinárias postadas pelos principais jornais do país no período.

(SKIDMORE, 1991, p. 417). Embora as lutas fossem em sua maioria por reajustes salariais, foram movimentos que desafiaram as premissas do Estado de exceção.

Na Paraíba, segundo Koury (2007), foi através da luta em apoio aos camponeses que as organizações urbanas se ampliaram. As lutas pela melhoria das condições de vida e trabalho, por exemplo, começaram a ganhar força. Um caso ilustrativo foi a formação, em 1978, do Comitê de Apoio às Lutas Populares, que teve como objetivo inicial a denúncia da violência contra os camponeses. Com o passar do tempo os objetivos foram estendidos para organização e denúncia das condições de vida e trabalho na cidade de João Pessoa. (KOURY, 2007, p. 85)

O Estado da Paraíba, bem como outros estados brasileiros, sofreu processo concentracionista de terras, com a expulsão de pequenos proprietários e arrendatários. Este processo foi garantido com o golpe de 1964, desmobilizando trabalhadores rurais e camponeses após o massacre das Ligas Camponesas. É dentro do processo acelerado de concentração de terras e do processo de distensão política do regime militar que se deu a luta dos camponeses por sua permanência na terra a partir da década de 1970. Tal luta camponesa difere de modo organizacional da que era exercida pelas Ligas Camponesas.

Diferentemente das movimentações dos agricultores paraibanos da década de 1970, estas não eram organizações de resistência unificada, mas mobilizações que surgiam em fazendas de diversos municípios sem que as lutas fossem necessariamente conectadas por causas comuns. As reivindicações surgiam a partir dos próprios trabalhadores rurais injustiçados por serem expulsos das terras que moravam, dentro do chamado processo de “valorização da terra” por um novo dono, seja pela especulação imobiliária, tal qual ocorreu nas áreas litorâneas ou pela expansão da monocultura açucareira.<sup>128</sup> As primeiras iniciativas eram de recorrer ao sindicato, na tentativa de que suas reivindicações chegassem a autoridades maiores. Já em meados de 1975 verifica-se a busca pelo apoio da Igreja Católica<sup>129</sup>, a partir daí só crescendo o leque de apoios que passaram a receber dos movimentos urbanos.

---

<sup>128</sup> Moreira (1997) fez um levantamento de 167 áreas de conflitos pela posse de terra na Paraíba entre 1970 e 1990. Os trabalhadores envolvidos obtiveram cinco classificações: arrendatários, cambãozeiros, parceiros e os assalariados. Os primeiros apoios que obtinham contra a expulsão de terras eram das associações FETAG e CONTAG, que apoiavam os camponeses salvaguardando-os através do uso da terra por interesse social, já que os conflitos estariam causando o êxodo rural. Posteriormente a Igreja se fez presente no apoio aos camponeses.

<sup>129</sup> Inicialmente as pastorais da terra agiam em terras arrendadas da Igreja pelo Litoral Sul do estado. As equipes eram compostas por assistentes sociais, agrônomos, técnicos agrícolas, psicólogo social, médico e

O aumento dos conflitos pela posse de terras também esteve relacionado, a partir de 1975, ao Programa Nacional do Alcool. As terras localizadas nas regiões litorâneas do Nordeste passaram a ter elevado valor de mercado. O Governo estimulou a produção da cana de açúcar com créditos subsidiados e incentivos fiscais, desencadeando a instalação de destilarias de álcool e uma maior concentração fundiária. Tais medidas caíram em cheio nos territórios ocupados por famílias que haviam aberto clareiras em meio à densa vegetação litorânea para produção agrícola de subsistência.

Com a participação da Arquidiocese da Paraíba, é possível perceber que a luta dos camponeses passou a ter maior repercussão na imprensa. Associado a repercussão da imprensa ou não, os camponeses também começaram a ter maior apoio de outros setores da sociedade civil paraibana. São os casos de Cachorrinho e Coqueirinho, localizadas no município de Pedras de Fogo, Litoral Sul da Paraíba e da grande Alagamar, Brejo paraibano, que receberam repercussão nacional e internacional. (MOREIRA, 1997, p. 254) Recorda Romero Leite, membro do DCE-UFPB neste período:

Mesmo sob momento de ditadura, nesse momento complicado, a luta pela terra estava lá e forte para as condições daquele momento. E aí teve a participação da Igreja, sem dúvida nenhuma fundamental pra que se pudesse continuar construindo esse processo de Reforma Agrária. [...] se criou um movimento que envolvia várias entidades.<sup>130</sup>

Os conflitos que se instalaram em Coqueirinho e Cachorrinho tiveram início no ano de 1975, quando as terras foram adquiridas pela usina pernambucana Olho D'Água. A venda foi realizada sem que os moradores tomassem conhecimento ou fossem informados da preferência de compra. Em abril do ano seguinte os agricultores foram informados, em reunião com funcionários da usina, de prazos para desocupar as terras. Resolveram procurar o Superior Tribunal Regional de Pedras de Fogo, ali sendo orientados a procurar a certidão de venda do imóvel. Em novembro de 1976 foram intimados a prestar depoimento à polícia, acusados de “criar caso” com os donos da terra. Em Janeiro de 1977 encontravam-se organizados, com o apoio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de João Pessoa, da Pastoral Rural, FETAG e CONTAG, além do apoio de outras entidades civis:

---

auxiliar de enfermagem, formada pela Arquidiocese da Paraíba sob organização do Arcebispo D. José Maria Pires, no início dos anos de 1970.

<sup>130</sup> Romero Antônio Leite, entrevista concedida à autora em 08 de maio de 2014.

[...] Convocamos as entidades de todo o Brasil e pessoas sensíveis a esse problema social para que lancem notas públicas de apoio aos agricultores [...] escrevam cartas exigindo a desapropriação daquelas terras aos diversos órgãos públicos e remetam cópias desses apoios aos órgãos de classe. (Carta aberta à comunidade, assinada pela ADUFPB, Movimento Feminino pela Anistia-JP, Diretório Acadêmico 11 de agosto de Campina Grande e DCE-UFPB.)

Outro conflito de bastante repercussão foi na grande Alagamar, localizada nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix, na Paraíba. Após a morte do antigo proprietário, as terras foram vendidas a usineiros pernambucanos que passaram a explorar a terra dentro da lógica do cultivo da monocultura açucareira.<sup>131</sup> A partir de então os agricultores iniciaram os conflitos pela posse de terra, apoiados pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese, a FETAG, CONTAG e, posteriormente, também de setores da UFPB, dos quais o DCE e a ADUF. Recorda Walter Aguiar:

A repressão que houve em 77 também esteve relacionada a Alagamar. [...] Se tinha alguma coisa no campo a gente oferecia a repercussão, por exemplo: para Alagamar nós fizemos um ato [...] foi a primeira vez que houve uma repressão forte [...] no Ponto de Cem Réis, no ano de 78.<sup>132</sup>

A repressão àqueles que participavam da luta camponesa, seja enquanto trabalhador ou apoiador, era corriqueira. O arcebispo Dom José Maria Pires foi diversas vezes acusado de subversão e de insuflar os camponeses na luta pela terra. O mesmo recorda “Naquele período mais de uma vez os estudantes universitários me escolheram para paraninfo deles, mas não foi possível. O exército não permitia. É sinal de que havia [perseguição] uma coisa indireta.” (PIRES apud PEREIRA, 2012, p. 130)

Dom José Maria Pires, o Dom Pelé, ousou trazer para cá um sujeito que tinha sido militante da luta armada, Walderlei Caixe. Era advogado e criou aqui o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, da Arquidiocese e teve participação fundamental na luta em defesa dos agricultores de Alagamar [...] e o DCE era chamado à luta em favor dos camponeses.<sup>133</sup>

<sup>131</sup> Alagamar correspondia as fazendas Salomão, Urna, Mombuca, Saco, Serra de São José, Sapocaia, Cavalo Morto, Furna dos Caboclos, Teju, Piacas, Maria de Mulo e Caipora. Arrendatários a em média 40 anos, Alagamar tinha mais de setecentas famílias e os agricultores gozavam de certa liberdade no trato com a terra e na criação de animais, autorizados pelo antigo proprietário, Arnaldo Maroja. Com o falecimento de Arnaldo Maroja em novembro de 1975, os agentes da Pastoral Rural que trabalhavam na região enviaram parecer ao governo do estadual pedindo desapropriação por interesse social, previsto no artigo 18 da Lei 4.504. Igreja e CONTAG sabiam que só com a desapropriação poder-se-ia assegurar aos trabalhadores a permanência na terra para cultivo de subsistência.

<sup>132</sup> Walter Aguiar, entrevista concedida à autora em 03 de julho de 2014.

<sup>133</sup> Walter Dantas, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.

Quanto maior a repressão, maior o apoio da sociedade civil aos agricultores. Através do Comitê de Apoio aos Agricultores de Alagamar, formado pelo MDB-Jovem de Campina Grande, Associação dos Docentes da UFPB-JP, DCE-UFPB, Igreja, Movimentos de Bairros, Pastoral Operária, Secundaristas, Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba e algumas pessoas independentes de associações<sup>134</sup>, foram elaborados manifestos de apoio e alguns documentos sobre o problema de Alagamar. O DCE-UFPB promoveu um debate sobre reforma agrária, no CCHLA.

Nós colocamos na mesa para debater Wanderlei Caixe de um lado, que era de esquerda, advogado de trabalhadores rurais, era perseguido pela ditadura militar, mas tinha o braço de Dom José Maria Pires que era muito forte na CNBB; e do outro lado, na mesma mesa José Carlos [...] na época era deputado estadual, reacionário, representante do latifúndio. Esse debate só faltou correr sangue, umas quatro horas de debate e o auditório hiperlotado. Foi um debate fantástico e a estudantada participava.<sup>135</sup>

Em 31 de outubro de 1979, o Presidente da República João Batista Figueiredo assinou um novo decreto de desapropriação, invalidando o anterior assinado por seu antecessor, Ernesto Geisel.<sup>136</sup> O envolvimento da Igreja nas mobilizações de oposição também serviu como via de mão dupla na oposição à ditadura, uma vez que também trouxe para as suas pastorais participantes de movimentos urbanos.

Igreja e universidade representam na Paraíba os núcleos de reorganização dos segmentos múltiplos da sociedade civil. Uma e outra se interpenetram. Professores e estudantes se situam junto ao trabalho de pastorais e, de lá, organizam junto a antigos militantes as bases de gestão de novas frentes partidárias e de alternativas sindicais

<sup>134</sup> Uma das maneiras de manifestação pública e exposição dos problemas em Alagamar foi através da parceria entre o maestro José Alberto Kaplan e o escritor e artista plástico Waldemar José Solha, que resultou no projeto musical “Cantata pra Alagamar”. O projeto contou com o apoio de cantores e coralistas integrantes da camerata da Paraíba, mesmo sob o risco de serem punidos por participarem de um projeto considerado subversivo. Para burlar a repressão, as apresentações eram feitas em igrejas ou missas realizadas em ambientes comunitários. Apesar das limitações, a obra alcançou ampla repercussão, teve gravação em vinil e recebeu o reconhecimento de Perez Esquivel e do Papa João Paulo II.

<sup>135</sup> Walter Dantas, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.

<sup>136</sup> Em novembro de 1978 houve a vinda do presidente Ernesto Geisel à Paraíba, no intuito de apoiar seus candidatos na eleição que estava por vir. Enquanto se reunia no Palácio da Redenção, um grupo de camponeses ocuparam a frente do prédio na esperança de entregar pessoalmente ao presidente um documento reivindicatório. Não recebidos por Geisel, o governador Dorgival Terceiro Neto encaminhou o documento ao presidente e, às vésperas das eleições de 1978, Geisel assinou o Decreto nº 82.614, desapropriando 2.000 hectares de terras nas Fazendas Alagamar e Piacas, na intenção de conseguir mais votos para a ARENA, bastante desgastada a nível nacional. A notícia da desapropriação foi amplamente divulgada por Dorgival Terceiro Neto, acompanhado do seu histórico de participação nos trâmites, em oposição ao posicionamento do antigo governador Ivan Bichara. Contudo, a desapropriação decretada por Geisel não foi efetivada. Houve a descoberta na fazenda uma jazida de calcário, gerando o aumento da especulação. A exploração da área para fins econômicos foi garantida pelo governador eleito, Tarcísio Burity, ao instalar um posto policial em Alagamar para fins de “pacificação”.

e políticas, bem como no apoio à resistência e organização popular. (KOURY, 2007, p. 88)

Reservas indígenas na Paraíba também sofreram invasões para cultivo da monocultura. Houve três registros pelos arquivos de informações da ditadura entre maio e junho de 1979. A primeira das informações registra participação de índios, com apoio do DCE-UFPB e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, acusando “proprietários de invasão de suas terras” no município de Baía da Traição, na Paraíba. Segundo demais registros, a UFPB foi convocada a trabalhar junto com a FUNAI na demarcação das terras. A Companhia de Tecidos Rio Tinto e a Destilaria Acicam, representadas por João Antônio Alves Neto enviaram telegrama ao presidente da república:

Invasões de terras particulares por parte dos índios Potyguaras, no estado da Paraíba, é procedente e decorre da indefinição dos limites do posto indígena, porquanto o mesmo ainda não foi demarcado pela Funai. Em consequência, os índios, insuflados pelo clero, vem promovendo a demarcação por conta própria, o que tem gerado indesejável tensão social na área. (Comissão Geral de Investigação, 1979, p. 23. In: Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.)

No documento do órgão de investigações foram registrados trinta e três nomes, seis com número de boletim de ocorrência (B.O), dos quais o arcebispo Dom José Maria Pires e o advogado do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Wanderlei Caixe.

Eu tinha marcado uma visita pastoral a Baía da Traição e lá é área e terra dos índios. Então, mandaram um funcionário aqui, não sei se era da polícia, me dizer que pra eu ir precisava de uma licença do exército. Aí eu disse: “Eu vou pedir licença pra visitar minha família?”. [O funcionário respondeu:] “Mas, lá é área indígena e está sob a autoridade do exército”. E eu respondi: “Eu não vou pedir essa licença por que eu vou lá não é para passear. Eu vou lá cumprir uma missão junto deles. São católicos e eu vou visitá-los”. [...] A gente ia preparado já para enfrentar a coisa. Se eu não pudesse entrar eu voltaria, mas eu fui até onde foi possível. Quando cheguei lá na divisa, na porteira, tava lá um funcionário que fez sinal pra eu parar. Eu parei o carro e ele disse [com tom autoritário]: “Os documentos!”. Eu mostrei os documentos e passei. [...] Havia as coisas que se dizia que não podia fazer e a gente enfrentava e fazia mesmo. (PIRES apud PEREIRA, 2012, p. 130)

Com as movimentações estudantis da UFPB, o apoio aos camponeses se deu paralelamente ao envolvimento dos estudantes no apoio aos Direitos Humanos, através da Arquidiocese da Paraíba, à reserva indígena Potiguara na Paraíba e a manifestação de professores secundaristas por melhores condições de ensino e trabalho. Foram passos iniciais para que os estudantes assimilassem para si as causas dos demais setores da

sociedade civil pessoense. Para os estudantes, unificar os objetivos significaria a visível fragilização do governo ditatorial.

Na segunda metade da década de 1970 em João Pessoa também ocorre o surgimento das organizações de bairro, a partir da criação, nos bairros populares, dos Conselhos de Moradores, Associações de Bairro e Comunidades Eclesiais de Base. Atuavam na mobilização moradores que reivindicavam saneamento básico, transporte público, energia, água potável, segurança, dentre outras coisas que abrangiam as necessidades básicas dos moradores dos bairros vinculados. A associação de bairro que mais teve destaque foi a do bairro do Rangel. Organizado pela Igreja Católica com a assessoria de professores universitários, o Conselho Comunitário do Rangel representava diversas associações de bairros aglutinando, além do bairro do Rangel, Cristo Redentor, Jardim Itabaiana, Varjão, Bom Samaritano, Mandacaru, Jaguaribe, Torre e Cruz das Armas (Centro de Defesa dos Direitos Humanos apud KOURY, 2007, p. 89). Muitas mobilizações eram organizadas na forma de manifestações públicas, através de passeatas, abaixo assinados, vigílias e denúncias de maus tratos por parte da polícia e do poder público. Também era criado todo um movimento de solidariedade pela reconstrução de barracos destruídos nas comunidades carentes, escolas comunitárias e pelo fim das agressões cotidianas.

Professores secundaristas da rede pública de ensino protagonizaram manifestações públicas a partir de 1975. Os jornais registraram duas manifestações: a primeira delas paralisou o ensino público de todo o estado da Paraíba, reivindicando melhores condições de ensino e trabalho, democratização do ensino e reajuste salarial em 100%. (KOURY, 2007, p. 90) A segunda grande manifestação foi no ano de 1979 e contou com o apoio de parte da sociedade civil paraibana. Segundo o jornal *Correio da Paraíba*, o DCE-UFPB foi o primeiro segmento a apoiar a greve dos professores, distribuindo nota informativa e convocatória a todos os estudantes da UFPB: “Todo apoio ao movimento dos professores por melhores condições de ensino, de vida, pelo direito legítimo de greve e pelas liberdades democráticas.” (*Correio da Paraíba*, 1979, “DCE dá total apoio à parede de professores”, 04 de maio, p. 01).

A vitória da manifestação de professores de outros estados brasileiros alimentava as esperanças dos manifestantes e dos segmentos que os apoiavam, uma vez que o apoio da comunidade estava demonstrando vitórias nas lutas sociais por todo o país. Nas edições seguintes do *Correio da Paraíba* são registrados o apoio do arcebispo

Dom Marcelo Carvalheira aos professores e na denúncia da falta de diálogo do governador Tarcízio Burity<sup>137</sup> com os professores. Estudantes secundaristas também aderiram às manifestações dos professores. Na edição de 11 de maio, o mesmo jornal registrou a divulgação de nota de solidariedade do Comitê Brasileiro pela Anistia – seção João Pessoa ao movimento dos professores.

Ao ampliar as bandeiras de lutas, os estudantes acadêmicos adotavam a expansão de interesses que abrangessem a coletividade. Não se reivindicava pela individualidade, mas pela compreensão que somente unindo movimentos de oposição, a fragilização do regime ditatorial era iminente e, nesse sentido, a mescla de classes sociais estava presente. Basta verificar os diferentes componentes da sociedade civil paraibana em apoio às causas que representavam insatisfação à ordem vigente. Segundo Bobbio, é necessário perceber os movimentos sociais dentro da questão teórica e da reflexão sociológica ou dentro de um quadro de referência da ação social (PASQUINO, 1986, p. 787-788). De todo modo, os movimentos sociais podem distinguir-se da ação coletiva pelo grau e pelo tipo de mudança que pretendem provocar no sistema, pelos valores e nível de integração.

As interpretações sobre movimentos sociais perpassam por três concepções teóricas que sintetizam em parte o resultado de numerosas pesquisas empíricas (PASQUINO, 1986, p. 791). O norte americano Neil Smelser desenvolveu uma interpretação global dos movimentos sociais. Nesse ínterim, o comportamento coletivo constitui o primeiro estágio da mudança social, pois manifestam-se sob tensão social. Portanto o comportamento coletivo jamais poderia ser institucionalizado, uma vez que o controle social bloqueia “tentativas precipitadas dos episódios coletivos em busca de resultados rápidos.” (SMELSER apud PASQUINO, 1986, p. 788). A teoria de Smelser foi objeto de críticas:

Enquanto Smelser vê nos fenômenos coletivos a mostra de uma disfunção social que tem de ser de algum modo reabsorvida para que o sistema continue a subsistir, seus críticos parecem ver nisso, não só o indício de conflitos inevitáveis, mas sobretudo um grato fator de mudança. (PASQUINO, 1986, p. 789)

---

<sup>137</sup> Tarcízio Burity havia sido professor secundarista antes de entrar na vida política, sendo nomeado secretário da Educação e Cultura em 1975, no governo de Ivan Bichara. Em 1979, por eleição indireta, tornou-se governador da Paraíba em 1979. Um governo que agiu repressivamente à greve dos professores com aparato policial, demissões e descontos salariais.



Para o francês Alain Touraine, os movimentos sociais pertencem aos processos pelos quais uma sociedade cria a sua organização a partir da ação histórica dos conflitos de classes e dos acordos políticos. Os princípios da identidade, oposição e totalidade permeiam os movimentos sociais. Ainda assim, “se Smelser se havia inclinado em demasia a favor de crenças e valores, Touraine reequilibra a sua análise dos movimentos sociais, apontando apenas para as estruturas.” (PASQUINO, 1986, p. 789) O ponto que parece limitar a teoria de Touraine está na indicação de que só há mudança em um sistema social mediante conflitos de grande relevo. As marcas deixadas por movimentos de breve duração ou consideradas de pequena importância não são levadas em consideração.

F. Alberoni<sup>138</sup> desenvolveu dois conceitos interessantes para o estudo dos movimentos sociais: a diferenciação entre “valores coletivos de agregado” e “fenômenos coletivos de grupo”. No primeiro caso, um grande número de indivíduos une-se sem necessariamente construírem ou promoverem novas identidades. “É o caso do pânico, da multidão, da moda, do boom.” (PASQUINO, 1986, p. 788). Nos fenômenos coletivos de grupo, os comportamentos semelhantes dão origem a novas coletividades. Unidas por grau de compatibilidade, são caracterizadas pela consciência de um destino comum. Essa última característica parece interessante para o entendimento da interação entre a sociedade civil no período de distensão e abertura política da ditadura militar.

Segundo Vechia (2012) nem sempre as estruturas de organização estudantil (Diretórios, Centro Acadêmico, UEEs e a UNE) podem ser consideradas pertencentes aos movimentos sociais. Para o referido autor, é necessário levar em consideração a diferenciação do Movimento Estudantil - enquanto processo de mobilização social - de sua estrutura institucional, pois nem sempre a instituição estudantil representa os estudantes. Vechia (2012, p. 15), baseado em Turrow, expõe que deve-se levar em consideração que o movimento estudantil passa por ciclos sazonais de protestos, ou seja, não há processo de lutas e mobilizações contínuas, com decisões que podem ser tomadas no calor das lutas. Levando em consideração os movimentos sociais enquanto decorrentes do processo de luta de classes, torna-se importante considerar que os movimentos estejam permanentemente interagindo e influenciando a conjuntura e a estrutura social.

---

<sup>138</sup> ALBERONI, F. *Status nascenti: Studi sui processi collettivi*. II Mulino: Bologna, 1968.

Só quando a categoria estudantil se limitasse estritamente a perseguir objetivos puramente corporativos é que se poderia dizer que, na verdade, ela estaria num estado de apoliticismo e não seria o veículo de um movimento de classe. Neste caso, a ação da categoria estudantil deixaria de vincular mais claramente um conteúdo de classe. (SAES apud VECHIA, 2012, p. 16).

Neste trabalho dissertativo, percebe-se uma ação estudantil preocupada com a coletividade. Além dos considerados independentes, os partidos e tendências de esquerda estiveram presentes em todo o processo de retomada e pós retomada do DCE-UFPB, imbuídos de teorias e ideologias em torno da luta de classes. As primeiras lutas estudantis pós 1976, sobretudo a partir de 1978, percebiam os estudantes enquanto categoria (estudante) e a unificação dos mesmos por causas de interesse não só estudantis, mas políticos e sociais. O processo de mobilização e estratégias visava a coletivização.

A dificuldade, em alguns casos gerada pela impossibilidade de atuação legalizada, fez com que essas organizações buscassem no movimento estudantil uma atuação que ao mesmo tempo conseguisse criar um espaço de mobilização da sociedade e que contribuísse na formação de quadros políticos. As chamadas “tendências estudantis” eram, na realidade quase que organizações para-partidárias. Viração, Unidade, Refazendo, Libelu, Peleia, Trabalho, Avançando, Caminhando e diversas outras, muitas delas de caráter regional ou local, tiveram um papel fundamental na rearticulação do movimento estudantil. (VECHIA, 2012, p. 20)

Embora o movimento estudantil brasileiro tivesse sido construído praticamente por componentes da classe média, o tipo de luta política que era encaminhado muitas vezes foram além de suas perspectivas de classe. Na UFPB, com a inserção do DCE ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos e na defesa pela Anistia, as bandeiras de lutas foram ampliadas.

### ***3.2 – Na luta pela Anistia***

A Comissão Geral de Investigações registrou ato público realizado em João Pessoa no mês de abril de 1979 em comemoração ao Dia Nacional de Luta pela Anistia, realizado no pátio da Igreja de São Francisco. Organizado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Comitê Brasileiro pela Anistia, DCE-UFPB e Movimento Feminino pela Anistia, contou com a participação:

De, aproximadamente, 200 estudantes da UFPB. Um representante do CDDH leu manifesto escrito por WC [Wanderlei Caixe], dando ênfase

aos movimentos pró Anistia e solicitando a continuidade dos mesmos. SMGF [Sônia Maria Germano], presidente do DCE UFPB, tachou o regime vigente de ditadura militar e teceu críticas ao prefeito desta cidade [...]. WAR [Washington Alves da Rocha], presidente do CBA JP, pediu ajuda na luta dos agricultores de Coqueirinho e Cachorrinho, Pedras de Fogo PB. A representante do MFPA PB leu carta dos presos políticos de Itamaracá PE. O evento não contou com a participação de autoridades dos âmbitos: federal, estadual ou municipal. (Comissão Geral de Investigações, 1979, p. 31-32)

Ao passo em que eram adotadas causas de cunho nacional, tais quais liberdades democráticas, libertação de presos políticos, convocação de uma Constituinte, melhores condições de vida, fim do regime militar e anistia, fazia-se importante divulgar publicamente o que estava ocorrendo do âmbito regional. Portanto, torna-se importante a discussão do que foi o Movimento pela Anistia e a participação estudantil.

A luta pela anistia era uma bandeira forte [...] o movimento estudantil em toda a sua manifestação pública, documentos, atos apoiava o Movimento pela Anistia [...]. Não haviam núcleos dentro da UFPB, mas nós apoiávamos o que existia fora dela.<sup>139</sup>

Pós 1964, os primeiros debates sobre a anistia começaram com os exilados no Uruguai, como possibilidade de voltar ao Brasil e derrubar o governo militar. Enquanto proposta, a anistia tornou-se pauta a partir das conversações da Frente Ampla<sup>140</sup>, iniciadas em 1967 e em 1968 como proposta apresentada à Câmara Federal pelo deputado do MDB de Santa Catarina, Paulo Macarini. Contudo, nem com a Frente Ampla e nem como proposta apresentada a Câmara dos Deputados conseguiu-se aglutinar tantos setores sociais quanto o que ocorreu na década de 1970. (GONÇALVES, 2009, p. 42). Foi só nos anos da década de 1970 que a anistia tornou-se pauta na agenda de lutas pelo país, com a formação dos primeiros Comitês pela Anistia. Esses organismos pautavam os limites da transição política, ao passo que o regime militar perdia suas bases de apoio e a aceitação popular era erodida pela crise do “milagre econômico”. Inicialmente esporádicos, os movimentos pela anistia ganharam maiores proporções com a retomada dos movimentos de oposição à ditadura, dos quais grevistas, Igreja, estudantes e de demais componentes da sociedade civil.

Aos poucos, a anistia passou a fazer parte do conjunto das “liberdades democráticas” que cumpria reconquistar. A luta pelos direitos de

<sup>139</sup> Walter Dantas, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.

<sup>140</sup> Formada por Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart no intuito de criar uma frente de oposição à ditadura militar brasileira através de um partido popular. Apesar da intenção de nomear como “popular”, a frente era dirigida por parlamentares.

reunião, de expressão, pelo fim da censura, contra os decretos que afetavam as entidades estudantis e impediam os estudantes de se manifestar politicamente e pela revogação do AI-5 se mesclou à luta pela anistia. (RODEGUERO, 2014, p. 179)

Os primeiros grupos pró anistia criados foram o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), em 1975 e o Comitê Brasileiro pela Anistia, em 1978. Criado em São Paulo pela advogada Therezinha Zerbine, o MFPA atuava como parte de uma articulação nacional em defesa dos presos e exilados políticos e logo impulsionou a montagem de núcleos em diversas cidades brasileiras. Na Paraíba, em conjunto com a seção paraibana do jornal “O Trabalho”, o MFPA se destacava na luta pela libertação dos presos políticos de Itamaracá. Em seguida esse papel também passou a ser desempenhado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia. Em João Pessoa, os estudantes também ingressavam nessas entidades envolvidas com a anistia, no intuito de unificar as causas e estender o campo das reivindicações. Alguns em cumprimento às demandas do partido ao qual pertenciam:

Junto com o movimento estudantil a gente construía entidades na sociedade civil. Tinha o Comitê Brasileiro pela Anistia e o Movimento Feminino pela Anistia [...]. Nós, trotskistas, nos empenhamos na criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (em João Pessoa), do qual eu fui secretário. A luta pela Anistia nossa (Comitê Brasileiro pela Anistia) não se resumia [...] só a anistia, mas uma anistia para o povo brasileiro, ou seja, não existiria anistia enquanto ocorresse luta no campo, por exemplo.<sup>141</sup>

Registram os órgãos de informações do governo sobre o Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Paraíba:

Composição da entidade supra, que em 04 de abr 79, realizou debates na sede do DCE UFPB sobre a luta dos agricultores de Coqueirinho e Cachorrinho e o problema da terra paraibana, com a participação de JMP (José Maria Pires) e WC (Wanderlei Caixe). Em 16 de abr 79, a entidade distribuiu um boletim intitulado Carta Aberta a População, repudiando a Anistia parcial e defendendo todos os que se opuserem ao Regime Militar, não importando o meio de luta por eles utilizados. Em 20 jun 79, realizou ato público em João Pessoa PB, pela libertação dos presos políticos de Itamaracá PE. Na ocasião, JAV (Jarbas de Andrade Vasconcelos) tachou a anistia concedida pelo governo de falsa. O ex preso JPS (José Pedro da Silva) denunciou opressão e torturas existentes na penitenciária de Itamaracá PE. O CBA PB tem participado do ME, dos movimentos grevistas e outros eventos de caráter contestatório. (Comissão Geral de Investigações, 1979, p. 32)

---

<sup>141</sup> Walter Aguiar, entrevista concedida à autora em 03 de julho de 2014.

Entre os estudantes, a figura de Darcy Ribeiro tornou-se um dos símbolos da luta pela Anistia. Exilado e com doença em estado terminal, um dos pedidos do brasileiro foi o direito de poder morrer em sua terra natal, ao lado dos familiares.

A Darcy Ribeiro foi permitido voltar antes da anistia. Ele tinha um câncer de pulmão e ele morava na Europa, seu estado de saúde piorou e ele foi levado para Nova York, onde era o centro mundial de tratamento do câncer e ele queria morrer no Brasil. Conseguiu uma autorização do governo militar para voltar ao Brasil antes da anistia, só que foi um problema para os militares porque quando Darcy Ribeiro chegou ao Brasil melhorou, não morreu como estava previsto. Aí ele disse que estava no Brasil não para morrer, mas para matar a ditadura militar. Assim ele passou a ser o palestrante preferido de todos os eventos que aconteciam do movimento estudantil. [...] Pessoas assim impulsionavam essa contradição do regime, que queria afrouxar, mas nem tanto e as pessoas iam escancarando, lutando. Esse tipo de coisa começou a politizar a luta do movimento estudantil.<sup>142</sup>

O movimento pela anistia integrava setores de esquerda, mas também a oposição emedebista ao governo, resultando em dois desdobramentos de luta pela anistia: a oposição de esquerda exigia uma anistia “ampla, geral e irrestrita”<sup>143</sup> – bandeira do Comitê Brasileiro pela Anistia – acompanhada de apuração dos crimes praticados por funcionários estatais contra opositores políticos, seguida de punição dos culpados. Por outro lado, as lideranças parlamentares emedebistas propunham uma anistia mais limitada. Anos depois, Jarbas Passarinho (senador pelo Pará) e Tales Ramalho (secretário geral do MDB) afirmaram que:

Correram rumores da existência de manobra de Ulysses Guimarães para impedir que, anistiados os líderes no exílio, viessem a dominar a oposição em detrimento dos que haviam lutado, anos a fio no Brasil, contra o regime autoritário. Os rumores são agora confirmados pelo doutor Tales Ramalho, em entrevista à imprensa, há poucos dias, declarou textualmente: “A anistia imaginada pelo MDB excluía os líderes opositoristas Leonel Brizola e Miguel Arraes (PASSARINHO apud LEMOS, 2002, p. 294)

Segundo Passarinho, a maneira como era defendida a anistia pelo MDB livrava o governo dos receios quanto ao retorno de líderes populares derrotados em 1964. Desta maneira a anistia se combinava com o restabelecimento do pluripartidarismo, uma vez

<sup>142</sup> Walter Dantas, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.

<sup>143</sup> Por definição, segundo Martins (1978), a anistia deveria ser ampla e geral no sentido de incluir todas as categorias de brasileiros vítimas de atos e leis de exceção, perseguidos, condenados ou acusados por delitos políticos, ideológicos, de opinião, de imprensa ou que tenham sido demitidos de seus empregos por atividade sindical ou greve. Deveria ser também irrestrita, não estabelecendo nenhuma restrição aos seus benefícios por parte de todos os que por ela fossem abrangidas. Por fim, deveria ser plena, no sentido de possibilitar a reintegração de todos os beneficiados nas funções que exerciam no momento da punição.

que o fracionamento do MDB (desaguadouro eleitoral do descontentamento com o regime) poderia levar ao fortalecimento da Arena. Provavelmente por isso Golbery, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, e Petrônio Portela, ministro da Justiça, teriam incluído nos benefícios do projeto os punidos por motivos políticos.

Em 22 de agosto de 1979, o Congresso Nacional tinha 3 propostas de anistia a serem aprovadas. A proposta do MDB, com o maior número de emendas possíveis, foi derrotada com 194 votos a favor e 209 votos contra. A seguir ocorreu a votação da emenda Djalma Marinho<sup>144</sup>, derrotada com 206 votos contra e 201 votos a favor. Com pequena margem de votos, o Congresso aprovou o projeto de anistia proposto pelo Executivo. (GONÇALVES, 2009, p. 50) A lei aprovada em agosto de 1979 obteve alcance restrito, excluindo de seus benefícios os punidos pela prática de crimes de “terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”.<sup>145</sup> Entretanto incluía os acusados de “crimes conexos”<sup>146</sup>, ou seja, de tortura e assassinato, concedendo perdão incondicional aos envolvidos no aparato repressivo que estiveram envolvidos na prática da tortura. Cabe frisar também que a lei tinha poder apenas retroativo, não eliminando os processos em nome da Lei de Segurança Nacional e a possibilidade de novas prisões por motivos políticos. (ALVES, 2005, p. 321)

Cunha (2010, p. 17-32) chama atenção para o caráter conciliatório da anistia brasileira, caracterizada pelo embate entre memória e esquecimento, ou seja, ao passo que anistiava exilados políticos, também contemplava torturadores militares. De fato, o Brasil tem uma considerável tradição no campo da anistia política, abrangendo tanto pessoas acusadas de atentar contra a legalidade ilegítimamente estabelecida – as ditaduras do Estado Novo e do regime militar – como as que tentaram subverter a legalidade legítimamente estabelecida, de acordo com os parâmetros democráticos – participantes do golpe contra a posse de Juscelino Kubistchek e posteriormente contra a posse de João Goulart, em 1956 e 1961 respectivamente. Desconsiderar tais pontos

---

<sup>144</sup> Deputado arenista que apresentou uma proposta de anistia a todos os perseguidos políticos. Na ocasião, o MDB aliou-se a essa proposta para aumentar as chances de aprovação, porém foi rejeitada.

<sup>145</sup> A anistia não beneficiou os presos políticos envolvidos em crimes de sangue. No parágrafo 2º do artigo 1º ficou estabelecido que ficava de fora dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. Os presos políticos envolvidos em tais atividades só obtiveram liberdade com a reformulação da Lei de Diretrizes de Bases.

<sup>146</sup> Piovesan (2010, p. 100) esclarece sobre o entendimento equivocado da expressão “crimes conexos” constante da lei de anistia. Segundo a autora, crimes conexos “são praticados por pessoa ou grupo de pessoas que se encadeiam em suas causas [...] É inadmissível que o crime de tortura seja concebido como crime político, passível de anistia e prescrição.”

pode levar à não percepção de dois pontos principais: a tradição brasileira, em matéria de anistia política, expressa a conciliação como forma de preservação dos interesses fundamentais das classes dominantes da sociedade; e a da contrarrevolução preventiva, como estratégia anticrise. A política de conciliação está mais para contornar as contradições entre grupos dominantes do que conceder benefícios ao povo. Embora sempre se aborde a questão da pacificação, a ordem é o seu alvo. (LEMOS, 2002, p. 289-290)

A lei 6.683/79 sobre a anistia foi promulgada durante o governo de João Batista Figueiredo. Dando continuidade à política de “distensão” de Geisel, Figueiredo prosseguiu com a política de “abertura”, que compreendia uma série de medidas liberalizantes, mas cuidadosamente planejadas e controladas pelos estrategistas políticos do Estado. A ideia deste controle estava firmada em uma transição política que pudesse conferir aos militares, através da Arena, a permanência no poder mesmo que por meios eleitorais.<sup>147</sup> O general Figueiredo assumiu a presidência com desafios econômicos e sociais. Com o “milagre econômico” em declínio, coube ao ministro Delfim Netto restabelecer o acelerado crescimento econômico do país experimentado pelos primeiros anos do “milagre econômico”, a fim de retomar o apoio empresarial ao governo militar. O ritmo de crescimento não foi o esperado e o governo passou a priorizar investimentos em combustível alternativo ao petróleo, o álcool, demandando terras e recursos em detrimento da produção alimentícia.

O ano de 1979 também foi o ponto alto das greves do ABC paulista, retomadas em 1978 após dez anos estagnadas devido às repressões em Contagem e Osasco. As greves do ABC paulista, lideradas pelo metalúrgico Luís Inácio “Lula” da Silva repercutiram nacionalmente e levantaram mobilizações por todo o país, bem como o apoio de setores da sociedade civil, entre eles Igreja e movimentos urbanos. Na Paraíba, no final da década de 1970 começaram a surgir os primeiros sindicatos/associações em oposição às práticas assistencialistas e pouco mobilizadoras das entidades operárias existentes. O trabalho de base foi iniciado por militantes católicos e posteriormente intensificado, com a criação da Pastoral Operária na segunda metade da década de 1970.

---

<sup>147</sup> Uma prova disto está na manutenção de um único partido do governo enquanto que coube a oposição estruturar diversos partidos, sendo esta uma maneira de diluir a concentração oposicionista que se tinha no MDB. Segundo Alves (2005, p. 320), “Golbery identificava como terceiro obstáculo ao êxito da institucionalização do Estado a natureza bipolar do confronto governo – oposição. Por definição, os grupos no poder eram considerados ‘governo’ pelos eleitores. O resto era oposição [...] A solução, destinada a desarticular o sistema de oposição, era um quadro político-partidário-pluralista.”

As primeiras entidades foram a Associação do Magistério Público da Paraíba - AMPEP e o Sindicato dos Têxteis.

A Pastoral Operária foi a principal responsável pela organização das primeiras comemorações do 1º de maio em João Pessoa, durante o regime militar. Inicialmente, de 1976 a 1978, tais comemorações se faziam em ambientes fechados e contando, sobretudo, com participantes dos grupos de trabalhadores organizados pela referida Pastoral em alguns bairros da cidade. A partir de 1979, a Pastoral Operária se articula com oposições, sindicatos mais combativos e movimentos populares para fazer comemorações públicas. (NUNES, 2004, p. 63)

Uma das primeiras manifestações públicas pela anistia, no campo da esquerda na Paraíba, foi uma procissão organizada em 1978 com o apoio da Arquidiocese da Paraíba pela libertação do preso político Cajá.<sup>148</sup> A prisão de Cajá provocou a mobilização de diversos setores da sociedade civil da Paraíba e de Pernambuco. Após um ano de reclusão, acusado de tentativa de reorganização do PCR, Cajá foi solto e recepcionado por representantes do Comitê de Anistia, diretórios dos estudantes e membros da arquidiocese de Olinda e Recife. Junto à sentença que condenou Cajá, também foram condenados Valmir Costa, Maria Aparecida dos Santos, Edilson Freire, Amélia de Moura, Lecy Alves de Moura, Nilson Lustosa e Selma Bandeira, esta última condenada a pena de três anos por reorganização do PCR (*Correio da Paraíba*, 1979, “Cajá será solto hoje e reassume suas atividades”, 03 de junho, p. 03). Após saída do quartel, Cajá reassumiu oficialmente função de coordenador da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Recife.

Nas universidades, a receptividade ao retorno das atividades dos professores e funcionários se deu de maneira distinta. Em vários casos, a maioria dos professores expurgados teve a oportunidade de retorno ao antigo cargo, com homenagens e cerimônias públicas organizadas nas universidades, imbuídas de críticas ferrenhas ao autoritarismo, como foi o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em outros casos, a reintegração foi acompanhada por mágoas e ressentimentos, seja pela falta de acolhimento dos que ocuparam o cargo na ausência do funcionário expurgado, ou pela permanência dos antigos quadros administrativos responsáveis pelos expurgos:

---

<sup>148</sup> Edvaldo Nunes da Silva era mais conhecido por Cajá. Paraibano, foi um dos coordenadores das Pastorais em Recife e clandestinamente era um dos dirigentes do Partido Comunista Revolucionário (PCR). Foi preso na cidade de Recife e na prisão conseguia passar instruções, em bilhetes, a militância de seu partido. Após descoberta das instruções, sua vinculação partidária foi exposta, dificultando sua saída da prisão.



Daí a situação dos demitidos da Faculdade de Medicina da USP, cuja tentativa de retorno aos quadros da universidade foi bloqueada por determinações superiores, enquanto seus colegas de outras faculdades eram reintegrados. Em outros casos o reingresso não foi permitido porque os órgãos administrativos alegaram inexistência de provas de que os afastamentos haviam obedecido a razão política [...]. Na UnB, ainda sob o comando do capitão Azevedo, dois docentes afastados no expurgo de 1964 (Rui Mauro Marini e Roberto de Las Casas) foram impedidos de retornar, em 1979, com o argumento de que tinham sido demitidos por “conveniência administrativa”. (MOTTA, 2014, p. 341)

Para servidores públicos aposentados e demitidos, foi estabelecido o prazo de 120 dias para que requeressem retorno ou reversão aos antigos cargos. Poderiam ser beneficiados os servidores que receberam punição respaldada pelos atos institucionais e complementares, exceto no caso de improbidade administrativa. Na UFPB, doze professores foram reintegrados após a Lei de Anistia. Cinco foram beneficiados diretamente com a lei, com pedidos deferidos pelo MEC, com um caso de reintegração por decisão judicial. Outros seis foram recontratados por decisão do reitor, independentemente da legislação federal. (MOTTA, 2014, p. 342)

As discussões em torno da anistia permaneceram mesmo após a aprovação da Lei. Prova disso são as continuadas denúncias encaminhadas ao Congresso Nacional sobre a descoberta de restos mortais de alguns presos políticos desaparecidos; Dia Nacional de Luto pelos mortos e desaparecidos, promovido pelo Comitê Brasileiro pela Anistia-Seção São Paulo; criação do prêmio de jornalismo Vladimir Herzog de Direitos Humanos e a criação da Comissão Federal de Anistia no Brasil, como resultado do Congresso Nacional pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, realizado em Salvador em novembro de 1979.

A proposta da anistia era para o governo mais cômoda do que incômoda: trazer para o país exilados políticos e lideranças de esquerda tornou-se menos nocivo do que o risco de trazer à tona os crimes de tortura e seus respectivos praticantes, pauta estritamente censurada pela Lei de Anistia. Neste processo conciliatório, a oposição ao regime dividiu-se entre a insatisfação e o sentimento de conquista dado aquele momento. Poucos agentes políticos cogitaram serem contrários às contradições da Lei de Anistia, preocupados com outros temas que lhe pareciam mais urgentes frente ao processo de democratização.

### 3.3 – Pelo retorno da UNE

*“Desde que nos unamos, a repressão não poderá impedir nossa manifestação.”<sup>149</sup>*

A retomada da União Nacional dos Estudantes enquanto entidade maior de representação estudantil teve sua origem no III Encontro Nacional dos Estudantes, através da criação da Comissão Pró UNE, cuja função era de encaminhar em todo o país o processo de reorganização da UNE. O III ENE passou por uma série de medidas proibitivas para realização do evento, previsto para o dia 31 de maio de 1977 na Universidade Federal de Minas Gerais. O ministro da educação Ney Braga enviou notas informativas para UFMG e demais universidades federais do país, orientando os reitores a punir qualquer movimentação para organização e ida ao III ENE. Em acordo com o reitor da UFMG, Eduardo Cisalpino e o governador do estado, Aureliano Chaves, foi decretado recesso na universidade e o bloqueio de todas as escolas de ensino superior da cidade. Porém, cerca de 300 estudantes, na condição de delegados de vários estados brasileiros, já estavam na UFMG.

A escolha dos delegados na UFPB para o III ENE teve seu embrião no chamado “II Dia Nacional de Lutas”. Promovido por entidades estudantis acadêmicas de todo o país que já haviam passado pelo processo de reestruturação de suas atividades, era no “Dia Nacional de Lutas” que discutiam publicamente entre os estudantes o fim das prisões e torturas, fim dos atos institucionais e leis repressivas, pela liberdade de organização e manifestação. Também eram discutidas a importância da reconstrução da UNE. O I Dia Nacional de Luta realizado no dia 15 de junho de 1977, foi fortemente reprimida em algumas cidades do país. Em São Paulo, contou com o aparato de cerca de 30 mil policiais, munidos de cassetetes, gás lacrimogênio e de efeito moral e caminhões tanque com jatos de água, resultando na prisão de 65 estudantes e vários feridos. No Rio de Janeiro as movimentações também foram dispersadas.

Na UFPB, o I Dia Nacional de Lutas não chegou a ser organizado. Porém, foi no II Dia Nacional de Lutas, no ano de 1977, que se compartilhou publicamente com os estudantes a importância da luta pelas liberdades democráticas e a importância do movimento estudantil, bem como a escolha de representantes (chamados de delegados)

---

<sup>149</sup> Pichação estudantil na UFMG, 1977.

para o III Encontro Nacional dos Estudantes, a ser realizado em Minas Gerais. Recorda Walter Aguiar:

Nacionalmente nós não tínhamos participado do primeiro Dia Nacional de Lutas, mas no II Dia Nacional de Lutas nós levamos uma votação para o DCE pra que o DCE assumisse. [...] Naquele momento a direção do DCE alegou que nenhuma cidade do Nordeste faria o II Dia Nacional de Lutas, que a Paraíba não teria condições de assumir [...]. Nosso discurso acabou comovendo uma parte do pessoal e deu empate após 7 ou 8 horas de discussão [...]. Diante da indecisão da diretoria do DCE, o Diretório de Engenharia resolveu assumir a convocação do Dia Nacional de Lutas na universidade toda [...]. No outro dia a repressão já sabia que havia tido uma decisão, mas nós não sabíamos ainda o local que iria ocorrer, então resolvemos fazer na passarela da cantina sem avisar previamente onde seria para não alertar os órgãos de repressão [...]. Às 11 horas da manhã pegamos algumas cadeiras e colocamos no corredor da passarela da cantina, entre o CCSA e a Engenharia [...] e formamos uma mesa, sentamos ali e sem microfone dissemos: “Aqui agora vai se realizar o Dia Nacional de Lutas”. Isso daí, de uma hora para outra, juntou mais de mil pessoas na passarela e a gente se surpreendeu porque a gente achava que iria dar entre 50 e 100 pessoas, iria ser algo mais simbólico. Tinha um pessoal de Pernambuco que iria fazer uma reunião com o DCE e internamente iriam comemorar o Dia Nacional de Lutas e ficou todo mundo surpreso porque foi a única entidade do nordeste a promover [...]. Lá atrás ficava o pessoal do Serviço de Informação e a gente começou o ato [...]. Nessa assembleia tiramos os delegados para o Encontro que iria ter em Belo Horizonte. Eu e João Costa fomos os escolhidos como delegados e o ato se deu de forma tranquila, demorou 40 minutos, mas o comentário na cidade era de que haviam vários estudantes presos, foram só boatos.<sup>150</sup>

Importante registrar o clima de medo e tensão vividos neste período. O famoso cartunista Henfil havia criado um personagem que caracterizava bem o sentimento que os opositores da ditadura militar sentiam por todo o país, personagem esse chamado de Ubaldo.

Ubaldo era o paranoico, que via em tudo a perseguição do regime. Ele não sossegava em canto nenhum porque ele vivia permanentemente vigilante com receio de prender ele. Esse personagem de Henfil refletia o que as pessoas que estavam à frente dos movimentos pensavam na verdade, esse temor, esse medo, o cuidado. O regime sabia disso e agia com terrorismo psicológico [...]. Fazíamos reunião nos finais de semana e os caras colocavam uma Brasília gelo do lado do CCHLA e íamos para o DCE andando, que ficava localizado depois do CCSA. Os caras nesse carro nos seguiam, acompanhavam até o DCE, ficavam olhando para lá e depois voltavam. Sempre que chegava mais alguém eles faziam o mesmo trajeto, mas isso causava

---

<sup>150</sup> Walter Aguiar, entrevista concedida à autora em 03 de julho de 2014.

uma situação de temor incrível, que poderíamos ser sequestrados e mortos.<sup>151</sup>

Nas estradas que davam acesso a Belo Horizonte, cidade que iria sediar o III ENE, a vigilância estava reforçada. Vários ônibus foram retidos por bloqueios policiais e os delegados que se dirigiam ao encontro estudantil foram detidos. Alguns delegados optaram por comprar passagens para outro estado e de lá pegar carona até Belo Horizonte: “Compramos uma passagem de ônibus para o Rio de Janeiro, para não desconfiarem. Eu desceria em Governador Valadares e de lá pegaria uma condução para Belo Horizonte.”<sup>152</sup>

Na Faculdade de Medicina da UFMG, após 11 horas de cerco policial, cerca de 348 estudantes foram obrigados a se render. Saíam em grupo de cinco, eram revistados por policiais e conduzidos para o Quartel do 5º Batalhão de Infantaria. (ROMAGNOLI; GONÇALVES, 1979, p. 28) Segundo Walter Aguiar, dentro da Faculdade de Medicina chegou a ser possível realizar algumas assembleias até a polícia iniciar o processo de detenção dos estudantes, consumando-se o desfecho final em relação ao evento estudantil que estava para ocorrer.

A gente tinha umas assembleias e a polícia cercava [...] todo mundo assustado, cercado pela polícia. Quando eles abriram, saímos pela avenida Afonso Pena e eles começaram a prender muita gente. Paravam o carro e prendiam quem estivesse de bolsa, cabelo comprido. [...] Quase 800 pessoas ficaram cercadas na Igreja da Boa Viagem. Houve uma negociação pra gente sair sem ser preso, negociação que não foi cumprida [...] as principais lideranças do Rio e São Paulo foram presas.<sup>153</sup>

A intervenção estatal e policial ao evento estudantil desencadeou em uma série de manifestações pelo país, com apoio de setores da sociedade civil como Igreja, Associação Brasileira de Imprensa e Movimento Feminino pela Anistia. Com apoio, os estudantes do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Recife, Bahia e Porto Alegre conseguiram organizar diversas passeatas, comícios relâmpagos e paralisações de atividades nas universidades. Quatro meses depois da repressão ocorrida à tentativa do III ENE em Belo Horizonte, os estudantes decidiram realizar o evento na USP, em São Paulo, mesmo sob as ameaças do governador Paulo Egydio Martins.

---

<sup>151</sup> Walter Dantas, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.

<sup>152</sup> Walter Aguiar, entrevista concedida à autora em 03 de julho de 2014.

<sup>153</sup> Idem.

Tal como em Belo Horizonte, um dia antes à realização do evento a USP foi cercada por policiais, enquanto que nas proximidades do campus, carros eram barrados na procura pelos dirigentes estudantis de outros estados, de acordo com uma lista previamente elaborada pela polícia, com auxílio das informações fornecidas pelos relatórios do Sistema Nacional de Informações (SISNI). Diante do cerco policial, os estudantes optaram por realizar o evento em um local alternativo, a Faculdade de Medicina da USP, localizada fora do campus. Porém, houve cerco policial com promessa de invasão. Reunidos em assembleia, 170 estudantes decidiram sair de mãos dadas e enfileirados foram encaminhados a peruas e caminhões com destino ao DEOPS para depoimento. Estava claro que não se poderia realizar um encontro aberto, nem com ampla participação de todos os delegados. (ROMAGNOLI; GONÇALVES, 1979, p. 31)

Ficou decidido que o encontro seria secreto. Para afastar as atenções foi marcada uma assembleia no Salão Beta da PUC-SP, no dia 22 de setembro de 1977, enquanto que em uma sala de aula vazia do campus cerca de 60 delegados de 7 estados brasileiros realizavam o III ENE.

O encontro foi remarcado para USP com a presença dos mesmos delegados, só que desta vez fui eu e Carlos Alberto [...] dois trotskistas representando a Paraíba. A USP estava cercada e a polícia não deixou a gente entrar e o encontro acabou não sendo feito [...]. Então veio uma orientação de que iria ter um encontro com alguns representantes de estados na PUC em São Paulo. Eu e Carlos Alberto fomos e em média de 50 estudantes entraram em uma sala de aula [...] pra tentar chamar o III Encontro Nacional dos Estudantes para reconstrução da UNE. Discutimos e aprovamos por unanimidade chamar o Congresso da UNE e nisso começou a passar agentes da repressão. Quando passava, me lembro que assumia a aula um trotskista do Rio Grande do Sul, barbudo, na função de professor [...] era o César Alvarez, hoje secretário geral do Ministério das Comunicações [...] e ele começava a dar aula de História. O pessoal da repressão ficava olhando e não tinha sala de aula nenhuma funcionando. Para despistar foi feito uma atividade cultural no pátio da PUC enquanto a gente realizava o encontro. Então era a única sala de aula com aula. A repressão tinha informações de que iria ser feito o encontro lá, mas quando passavam só viam uma aula. Assim conseguimos em 30 minutos aprovar a criação de uma comissão de representantes dos estados para construir o Congresso da UNE. Realizamos o encontro e saímos, a orientação era que todos fossem embora. Quando eu ainda estava saindo, avisaram por microfone no evento cultural: “Estudantes, nós estamos aqui fazendo esse ato para encobrir que foi realizado o Encontro Nacional dos Estudantes agora, aqui na PUC”. Foi uma alegria,

comemoração, mas quando eu saí a polícia de Erasmo Dias estava invadindo, na famosa invasão da PUC.<sup>154</sup>

A polícia, que não conseguira impedir o III ENE, agiu com violência contra estudantes, professores e funcionários que estavam dentro da PUC. Cerca de 3 mil pessoas foram levadas para o pátio de um estacionamento localizado ao lado da universidade, para triagem. Cerca de 900 pessoas foram levadas em ônibus e viaturas policiais para o DEOPS e para o Batalhão Tobias de Aguiar. Exaltado, o coronel e então secretário de segurança pública do estado de São Paulo Erasmo Dias havia prometido enquadrar 854 estudantes, mas no dia seguinte decidiu-se por 41 universitários. “Dizem que ele [Erasmo Dias] gritava e berrava alegando que queria pegar a Veroca. Veroca era uma liderança estudantil na USP que participou do encontro, que é a Vera Paiva, filha de Rubens Paiva. A repressão foi muito violenta.”<sup>155</sup>

Os estudantes se queixavam da depredação ao prédio, desaparecimento de livros, materiais de divulgação e dinheiro dos Centros Acadêmicos. (*Folha de São Paulo* apud CAVALARI, 1987, p. 220) A Assembleia Legislativa decidiu instalar uma Comissão Especial de Inquérito para apurar responsabilidades pela invasão da PUC. A reitora Nadir Kfoury encaminhou ao MEC relatório sobre os acontecimentos, ao passo que a Polícia Federal, por determinação do ministro da justiça Armando Falcão, instaurou comissão de inquérito para investigar os acontecimentos a partir de denúncia do governador e do secretário de segurança, segundo os quais “ficou patente que na PUC havia um autêntico Partido Comunista.” (ROMAGNOLI; GONÇALVES, 1979, p. 33)

Como parte do processo organizativo do XXXI Congresso da UNE, em outubro de 1978 foi realizado outro Encontro Nacional dos Estudantes, no intuito de definir o local do evento para UNE e os preparativos finais. Por todo o país, os estudantes promoveram campanhas de arrecadação de fundos, com vendas de camisetas, botons, chaveiros, pedágios e eventos culturais pró-UNE. Em João Pessoa, os estudantes da UFPB passaram novamente por processo eleitoral de escolha para nova gestão do DCE.

Na sucessão do final do meu mandato, nós combinamos de indicar Romero como presidente, escolhido pela maioria: eu, Dutra, Ieda, Vladimir, Anchieta e tinha um grupo menor que não teve sua proposta aceita. Domingo pela manhã, como combinado na reunião da tarde, eu indiquei o nome de Romero para ser o presidente e para surpresa nossa, Romero não aceitou

<sup>154</sup> Walter Aguiar, entrevista concedida à autora em 03 de julho de 2014.

<sup>155</sup> Idem.

e aí criou um impasse. A reunião foi interrompida e meia hora depois o pessoal voltou com Sônia Germano como indicação. Assim Sônia concorreu as eleições para presidente do DCE e foi vitoriosa.<sup>156</sup>

A gestão eleita em 1978 para o optou por dedicar-se à organização e ida ao Congresso de reconstrução da UNE. Em 11 de maio de 1979 os estudantes do DCE-UFPB reuniram-se a fim de estabelecer as formas de divulgação e arrecadação de dinheiro para os custos com viagem ao evento. Para a campanha de divulgação ficou estabelecido a produção de murais de divulgação e panfletos. Bandeiras e adesivos para os pedágios, bem como a produção de uma Carta Aberta à População, conclamando todos os setores organizados da sociedade a darem apoio à luta pela reconstrução da UNE. (*Correio da Paraíba*, 1979, “DCE já estuda reorganização da UNE”, 13 de maio, p. 04). Em 19 de maio, a presidente do DCE-UFPB, Sônia Germano, concede entrevista coletiva à imprensa local informando acerca do empenho do DCE para realização do Congresso e a importância da UNE não só para os estudantes, mas para a sociedade.

A eleição de delegados ao Congresso está sendo executada de maneira que cada curso terá um representante por cada 500 alunos e mais 1 delegado por fração excedente a 500. A discussão do Congresso, bem como das formas de viabilização da futura UNE vem sendo participada por todos os alunos de cada curso, de modo que a delegação que irá a Salvador será representativa dos universitários. (*Correio da Paraíba*, 1979, “Estudante explica a UNE”, 19 de maio, p. 04)

O número de delegados, bem como a maneira que seriam escolhidos, foi definido no IV Encontro Nacional dos Estudantes, realizado em outubro de 1978 na Faculdade de Arquitetura da USP, e contou com cerca de 500 delegados de 14 estados. A pauta era sobre o apoio ou não aos candidatos do MDB para as eleições de novembro do mesmo ano na escolha de senadores, deputados e vereadores e sobre o XXXI Congresso da UNE. Por pequena diferença de votos, decidiu-se que o Congresso seria realizado em Salvador (e não em São Paulo) no final de maio de 1979 e o número de delegados seria proporcional ao de alunos de cada escola. Os delegados seriam escolhidos em assembleia estudantil, congresso interno ou voto em urna, na proporção de 3 para os primeiros 500 alunos de cada escola, mais uma para cada 500 ou fração. (ROMAGNOLI; GONÇALVES, 1979, p. 35)

---

<sup>156</sup> Walter Dantas, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.

A programação do DCE-UFPB para a semana seguinte à coletiva de imprensa contou com a confecção de folhetins com informações sobre o III ENE que ocorreu em São Paulo e a construção para o evento da UNE, pedágios, visitação a entidades como a Assembleia Legislativa da capital, Arquidiocese da Paraíba, Comitê Brasileiro pela Anistia e setor jovem metropolitano do MDB no intuito de arrecadar fundos para viagem e convidar tais setores ao apoio e a participação no evento em Salvador junto com a delegação da Paraíba.

Era um ambiente ainda de muito medo, mas a gente tinha a simpatia dos setores médios, principalmente daqueles que tinham mais acesso a informação. A gente nunca teve apoio material, era muito escasso, vez ou outra passávamos livro de ouro pela Assembleia, a Câmara era mais fechada, era mais difícil, mas na Assembleia Legislativa tinham alguns poucos deputados do MDB da época, Movimento Democrático Brasileiro, que esses eram simpáticos, davam apoio, a Igreja também, a ADUF, os sindicatos ainda estavam fechados, controlados pelos pelegos, grande maioria eram pelegos que dirigiam, portanto, não participavam, não nos davam apoio. Mas a gente tinha da imprensa, de setores da imprensa, API<sup>157</sup>, a gente tinha esse apoio político. Não tinha material, mas apoio político a gente tinha, solidariedade e tal.<sup>158</sup>

Também contou com debate sobre a UNE, com a presença de ex integrantes da UNE Antônio Augusto Arroxelas Macêdo, à época professor, e Firmo Justino, juiz, bem como a presença do prefeito da capital:

Nós fizemos um grande debate aqui no DCE em um dia pela manhã, lembro-me que encheu aquele DCE da mata e convidamos o prefeito da época, o Damásio Franca<sup>159</sup>. Então o Damásio Franca chega pra nós, uma galera de mais de 600 estudantes e tira a maior onda: “to em casa”, “porque eu fui fundador da UNE em 1937”, “podem contar comigo” e aí a gente aproveitou e protocolou junto a prefeitura o pedido de ajuda financeira pra delegação, alimentação ... “Pronto, estamos resolvidos.” Ele marcou para irmos dois dias depois lá [...] despachava ali [...] atrás do cemitério Santa Catarina, em Mandacaru, então a gente foi um dia levar chá de cadeira de umas 3 horas e nada, fomos na segunda e nada, na terceira não atendeu então a gente forçou a barra dizendo que precisávamos ser atendidos e fez a maior zoadá. Ele colocou todo mundo pra fora dizendo: “Eu não vou receber vagabundo nenhum!” Teve esses lances assim nesse período, até pitorescos.<sup>160</sup>

Na Bahia, a comissão organizadora do Congresso da UNE, coordenada pelo presidente do DCE-UFBA Rui César Costa e Silva, tentava estabelecer contato com o

<sup>157</sup> Associação Paraibana de Imprensa.

<sup>158</sup> Agamenon Sarinho, entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014.

<sup>159</sup> À época prefeito de João Pessoa pela segunda vez: a primeira, de 1966 a 1971 e a segunda vez, de 1979 a 1983.

<sup>160</sup> Agamenon Sarinho, entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014.



governador do estado, Antônio Carlos Magalhães. Após diversas tentativas, conseguiram do governador ACM aprovação e apoio oficial do Congresso, sob a condição de que não fossem feitas manifestações públicas. O local destinado ao evento foi o Centro de Convenções da Bahia, local bastante distante do centro da cidade e de difícil acesso. Para garantir que a reunião não fosse considerada clandestina e a fim de buscar sustentação política, os estudantes procuraram divulgar amplamente a finalidade do encontro e buscaram participação de outros segmentos da sociedade. Assim foram convidados parlamentares e o presidente, João Batista Figueiredo.

Enquanto isso, o Governo Federal pronunciou-se através do ministro da Comunicação Social, Said Farhat: “o governo não apoia e nem proíbe a realização do Encontro Nacional, previsto para o final deste mês em Salvador.” (*Jornal do Brasil* apud Cavalari, 1987, p. 259). Dias depois o governo encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei propondo a revogação dos Decretos-leis 477 e 228.

Segundo Cavalari (1987, p. 255) em dezembro do mesmo ano os estudantes foram surpreendidos com a proposta de reorganização da UNE feita pelo deputado federal do MDB Fernando Coelho<sup>161</sup>, previamente aprovado por unanimidade pela Comissão de Justiça da Câmara Federal. Revestido de normas estatutárias e proibitivas quanto a participação político-partidária dos estudantes, o projeto não só previa a recriação da UNE, mas também a revogação dos Decretos 477 e 288. A notícia não foi comemorada pelo meio estudantil, pois o projeto foi estruturado por um só político, sem consulta aos estudantes, e aprovada por unanimidade entre os parlamentares, inclusive os pertencentes a ARENA. A criação da UNE de forma “biônica” foi repudiada pelo movimento estudantil, que passou a denunciar a tentativa de manobra por parte do governo.

Aparentemente o projeto de reorganização da UNE dá um aspecto de abertura, mas isso é ilusório. O projeto foi aprovado para impor uma UNE, segundo as normas oficiais, com o intuito de controlar o movimento estudantil, que volta a preocupar as autoridades. (*Última Hora* apud CAVALARI, 1987, p. 256)

O posicionamento do governo federal, presidido pelo general João Batista Figueiredo, frente ao aumento das movimentações estudantis fica claro do ponto de vista estratégico. Permitir o retorno da UNE sob controle militar era a saída para manter os estudantes dentro do permitido pela Lei de Segurança Nacional. A revogação oficial

---

<sup>161</sup> Atualmente presidente da Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco.

dos Decretos 477 e 228, que retirava dos estudantes o direito político estudantil e de representação, encaminhado em maio de 1979 ao Congresso representava para os estudantes a revogação de leis já consideradas letra morta. A mensagem do presidente:

[...] tinha o objetivo de disfarçar a derrota do Governo quando se sabe que os Decretos 477 e 228 foram revogados há muito pela própria prática dos estudantes nas universidades. Esta atitude fica mais clara quando se está em projeto um conjunto de “salvaguardas” do 477 e 228 [...] o que põe em dúvida esse desejo do Governo de democratizar as universidades.<sup>162</sup>

Indagado sobre as razões que levaram o governo a propor a reorganização da representação estudantil, o ministro da educação Eduardo Portela pronuncia:

As administrações estão tendo que dialogar com entidades que, legalmente, não tem capacidade para atuar em nome do corpo discente, acarretando destarte um fluxo insuficiente de informações sobre as necessidades pessoais dos estudantes, como também dos seus ideais e anseios que, com justiça, esperam que a universidade realize. (*Correio da Paraíba*, 1979, “Governador baiano cede local para o Congresso da UNE”, 23 de maio, p. 04)

Para tanto, ficava proibida a atuação partidária nos órgãos de representação estudantil. Ainda segundo o ministro, estava dentro dos objetivos do governo promover a reorganização da UNE não só com a revogação dos Decretos 477 e 228, mas transferir os códigos disciplinares das universidades a responsabilidade de aplicar as medidas necessárias à manutenção da disciplina.

Na Paraíba cinco deputados, sendo dois do MDB (Paulo Gadelha e Orlando Almeida) e três da ARENA (Eilzo Matos, Soares Madruga e Fernando Milanez) - cada um à sua maneira, manifestaram-se a favor da legislação sobre a UNE (*Correio da Paraíba*, 1979, “Deputados sugerem legalidade da UNE”, 24 de maio, p. 04). Enquanto o assunto era debatido na tribuna, uma comissão de estudantes do DCE-UFPB recolhia donativos na forma de contribuição financeira para custear despesas com a viagem para Salvador. Em ato público pela Anistia, realizado em João Pessoa, a presidente do DCE, Sônia Germano, direcionou a sua fala à importância do evento pró UNE e a críticas ao prefeito Damásio Franca, por não ter disponibilizado nenhuma ajuda de custo para que a delegação da Paraíba participasse do 31º Congresso da UNE. (Comissão Geral de Investigações, 1979, p. 31-32)

---

<sup>162</sup> Sônia Germano em entrevista ao *Correio da Paraíba*, 1979, “DCE afirma que 477 já havia se acabado”, 24 de maio, p. 04.

Ao todo, a delegação paraibana contou com 109 estudantes, dos quais 69 de João Pessoa, 30 de Campina Grande, 7 de Areia e 3 de Bananeiras. Os custos com ônibus foram disponibilizados pela UFPB e através de arrecadação feita pelos estudantes com pedágios e doações. A estratégia para prevenir possíveis problemas com a repressão era unir em viagem as delegações de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, a fim de chegarem juntas ao Congresso. Todavia, a viagem não foi tão tranquila:

Congresso da UNE, de reestruturação, foi em 79 e nós conseguimos levar uma delegação grande [...] daqui para Salvador, ou seja, mesmo debaixo do regime militar, muita pressão ... eu lembro que a gente saiu daqui, os dois ônibus, e fomos parados aqui na polícia rodoviária, na polícia federal e eles pararam o ônibus e entram intimidando, com metralhadora passando na cara de todo mundo e tal. Em Pernambuco a mesma coisa, na chegada em Salvador a mesma coisa e tivemos lá essa presença grande. E eu estava na delegação, Sônia Germano, Dutra, todo esse grupo que iniciou estava presente na delegação que reorganizou a União Nacional dos Estudantes em Salvador.<sup>163</sup>

As estradas contavam com barreiras policiais, revistas nas bagagens, verificações de listas de passageiros, pneus furados por grampos estrategicamente colocados à entrada de Salvador. (ROMAGNOLI; GONÇALVES, 1979, p. 40). Também houve barreira policial para os estudantes que vinham das regiões Sul e Sudeste, em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Não se limitando às estradas, também houve tentativa de boicote durante o evento:

[...] cortaram luz, jogaram ... ninguém sabe quem, né, a galera lá embaixo tudinho, falta energia e jogam pó de vidro sobre o pessoal e tal, então coisas assim para tentar criar um tumulto, mas o pessoal conseguiu dar continuidade sem problemas.<sup>164</sup>

A repressão tinha conhecimento, não tinha como esconder. Teve atuação da repressão com pó químico em cima dos estudantes, que incomodou, na tentativa de criar tumulto. [...] A participação de Rui César foi decisiva pela fala dele, o que acabou concedendo-lhe o título de presidente da UNE e não era ele o cotado. Ele foi seguro e manteve a unidade diante do tumulto do pó químico.<sup>165</sup>

O pó provocava reações semelhantes às do gás-lacrimogênio, atirado sobre o plenário logo após as luzes terem sido apagadas. Mais de 60 pessoas foram atendidas nos postos médicos de Salvador, com irritação nos olhos, coceiras e crise nervosa. (*Jornal do Brasil* apud CAVALARI, 1987, p. 264)

<sup>163</sup> Agamenon Sarinho, entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014.

<sup>164</sup> Idem.

<sup>165</sup> Romero Antônio Leite, entrevista concedida à autora em 08 de maio de 2014.

Tanto a distensão quanto a abertura política não eram vistas com bons olhos pelas forças mais conservadoras das forças armadas e sua expressão mais radical, os aparelhos de segurança. Tal grupo manteve prestígio e poder até o enfrentamento aberto com as esquerdas armadas, extintas entre 1973 e 1974 com a Guerrilha do Araguaia. Com o fim da luta armada, pareceu ao governo não mais necessária a manutenção da radicalização militar, optando pelo restabelecimento do estado de direito, embora que cuidadosamente controlado. Os mais radicais viam os projetos de distensão e abertura como uma traição aos ideais “revolucionários” de 1964, passando a hostilizar na prática tais projetos. Todavia os aparelhos de repressão tinham ligação direta com os órgãos de informação e os ministros de Estado, em contato com a Presidência da República. Nesse sentido, não há evidência de que tais grupos agiam de modo autônomo, sem controle ou respeito pela linha de comando. (REIS, 2014, p. 102) Além de bombas em bancas de jornais que vendiam publicações da imprensa alternativa, um dos casos mais divulgados nacionalmente foi a do atentado no Riocentro.<sup>166</sup>

Cerca de dez mil pessoas participaram do XXXI Congresso da UNE. Sob rajadas de *flashes* da imprensa geral, compunham a mesa de trabalhos no plenário a comissão pró-UNE integrada pelos representantes estudantis de Pernambuco, Paraíba, Brasília, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, bem como o senador Marcos Freire (MDB-PE), o deputado federal Freitas Nobre (líder da bancada do MDB na Câmara), Joviano Neto (presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia-BA e ex diretor da UNE), o líder camponês José Basílio de Siqueira, Manoel José, Dirceu Pimenta (representante dos camponeses do Pará) e Vinícios Caldeira Brant (ex presidente da UNE). Na mesa ainda continha um assento, vazio, simbolizando a presença do presidente de honra do Congresso, Honestino Guimarães, último presidente da UNE e desaparecido desde outubro de 1973.

Após discurso de abertura pronunciado pelo ex presidente da UNE José Serra<sup>167</sup> (1963-1964), foram lidas cerca de 54 moções e telegramas de apoio aos estudantes e ao evento, sendo duas entidades internacionais: a União Internacional dos Estudantes

<sup>166</sup> Em abril de 1981 o Pavilhão Riocentro foi palco de shows comemorativos ao Dia do Trabalhador, reunindo diversas pessoas. A ordem era implantar bombas no local através do sargento Guilherme Pereira do Rosário e do capitão Wilson Dias Machado, ambos integrantes do DOI do I Exército do Rio de Janeiro. Contudo, por volta das 21 horas uma das bombas explodiu dentro do carro onde estavam os militares, um Puma cinza-metálico de placa OT-0297, localizado no estacionamento do evento, levando a óbito o sargento Rosário. Para encobrir o fato, o exército e o SNI trataram de culpabilizar a esquerda nacional pelo atentado.

<sup>167</sup> O discurso pode ser visto na íntegra em ROMAGNOLI; GONÇALVES, 46-48 op. cit.

(UIE), com sede em Praga, e a Federação Mundial da Juventude Democrática, com sede em Budapeste. A pauta do Congresso continha cinco temas: “Realidade brasileira”, “universidade”, “lutas a serem levadas pelo movimento estudantil”, estatutos e carta de princípios” e “eleições da diretoria da UNE”. Porém destes, dado ao grande tempo gasto em cada discussão, a comissão pró-UNE decidiu reduzir a pauta para três temas principais para aquele momento, a Carta de Princípios e Estatutos; lutas a serem levadas pelos estudantes ao seu estado; eleição da diretoria da UNE.

Por todo o país, entidades estudantis hastearam a bandeira da UNE simbolizando o retorno da maior entidade estudantil do país. O DCE-UFPB hasteou na presença de estudantes e professores, em ato solene elaborado pelos integrantes que não foram à Bahia. Na ocasião foi debatida a importância da reconstrução da UNE para estudantes e para a sociedade. (*Correio da Paraíba*, 1979, “Congresso da UNE instalada com presença de deputados”, 30 de maio, p.03)

Após trinta e quatro horas de longos debates e negociações, o XXXI Congresso da UNE chega ao fim com a definição do estatuto da UNE, as lutas a serem encaminhadas pelo movimento estudantil<sup>168</sup>, eleição de uma diretoria provisória - composta por representantes dos DCEs da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Brasília, Pará e Rio de Janeiro, ficando para o segundo semestre de 1979 a eleição para diretoria definitiva - e a aprovação da “Carta de Princípios da UNE” de base socialista:

Uma carta de princípios de cunho socialista foi aprovada pelo 31º Congresso da UNE. A entidade foi declarada a “representação máxima dos estudantes brasileiros” e vai lutar contra todas as formas de opressão e exploração, prestando irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores do Brasil e do mundo. (*Correio da Paraíba*, 31 de maio de 1979)

Estatutariamente os estudantes definiram as instancias deliberativas da UNE, sendo elas o Congresso Nacional dos Estudantes – instância máxima deliberativa; Conselho de Entidade de Base (CONEB) – formado por diretórios e centros acadêmicos; Conselho de Entidades Livres (DCEs e Uniões Estaduais Estudantis) e a

---

<sup>168</sup> Ficou estabelecido que os estudantes deveriam lutar contra o ensino pago (com diversas taxas internas às universidades pagas pelos estudantes e pelo caráter do acordo MEC-USAID, ficou claro que as universidades brasileiras não deveriam transformar-se no modelo estadunidense de ensino superior); por mais verbas para a educação; pela anistia ampla, geral e irrestrita; pela filiação de entidades de base (DAs e CAs) à UNE; por uma Assembleia Nacional Constituinte soberana e livremente eleita; pela defesa da Amazônia. (*Jornal BEBA – DCE UFBA*, edição 1º semestre de 1979)

diretoria da UNE. Somente elas seriam instâncias dos e para os estudantes, em contraste à organização do governo militar aos estudantes (através da Lei Suplicy) em que apenas eram reconhecidos legalmente o funcionamento dos diretórios centrais dos estudantes e os diretórios acadêmicos, instâncias que eram vetadas ações de caráter político-partidário.

A ampla cobertura da imprensa contribuiu para informar a população sobre as movimentações estudantis em torno da construção da UNE. Na Paraíba, “[...] havia muitos colegas nossos, de Comunicação na imprensa como estudantes ainda, então isso ajudava muito na época”<sup>169</sup>. A ajuda mútua entre estudantes já inseridos no mercado de trabalho, a crescente movimentação estudantil e apoio de parte da sociedade civil auxiliaram na divulgação e certa simpatia parlamentar pela legalização da UNE.

Não eram todos os parlamentares que prestavam apoio à legalização da UNE. Na Câmara Federal, o deputado Erasmo Dias<sup>170</sup>, da Arena, prestava discursos acirrados acusando o governo de “ignorar os dispositivos legais vigentes para patrocinar a reorganização da UNE, numa dubiedade de comportamentos que desprestigia o regime, desacredita a autoridade e incita a desordem.” (*Jornal do Brasil* apud CAVALARI, 1987, p. 265). Na Paraíba, foi pauta do plenário a apreciação e votação da emenda do deputado da Arena dissidente<sup>171</sup> Antônio Mariz. A Emenda Antônio Mariz representava a legalização da reestruturação do funcionamento da UNE nos ditames constitucionais. Na ocasião, os deputados arenistas Wilson Braga, Joacil Pereira, Ademar Pereira, Antônio Gomes e Ernani Sátyro retiraram-se do plenário no momento da votação. Terminou sendo aprovada por 133 votos contra 24, mas não chegou a ser incorporada ao projeto de lei porque o quórum foi quebrado com a retirada dos deputados citados e de outros parlamentares. Esteve na defesa da emenda os deputados emedebistas Otacílio Queiroz, Carneiro Arnaud, Marcondes Gadelha, Arnaldo Lafayete e o senador Humberto Lucena. Pronunciou-se Antônio Mariz:

O veto à restauração da UNE arma desnecessariamente uma crise próxima e cria os elementos de um confronto inútil e traumatizante, pois, afinal, ninguém ignora que a UNE acaba de ser reinstalada em Congresso Universitário realizado na Bahia, com o apoio das autoridades estaduais e ampla cobertura da imprensa. (*O Momento*,

<sup>169</sup> Romero Antônio Leite, entrevista concedida à autora em 08 de maio de 2014.

<sup>170</sup> Depois de deixar a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, Erasmo Dias foi eleito deputado federal pela Arena, no ano de 1978, notabilizado pelos discursos radicais anticomunistas.

<sup>171</sup> Representava os políticos da Arena mais conhecidos como grupo renovador, pela postura crítica em relação ao governo no Congresso Nacional.

1979, “Governistas paraibanos contra a UNE”, 12 a 18 de agosto, p. 02)

Para as eleições da diretoria com gestão de 12 meses da UNE, previstas para o dia 03 e 04 de outubro, os órgãos de informação registraram os nomes de 55 estudantes, entre eles paraibanos<sup>172</sup>, pernambucanos e alagoanos envolvidos no processo eleitoral como organizadores ou candidatos – todos com números de boletim de ocorrência - bem como o registro de entidades envolvidas. Além das atividades sobre as eleições da UNE, também houve registro de greves e reivindicações estudantis:

JARF [José Aldo Rebelo Figueiredo], LAAMF [Luiz Antônio Alencar Marinho Falcão], VGO [Vladir Gomes de Oliveira] PLRP [Pedro Laurentino Reis Pereira], concorrem pela chapa Maioria. AFN [Antônio Felinto Neto] concorre pela chapa Unidade. [...] Greve dos estudantes da UFPB nos campus de João Pessoa, Campina Grande, Areia e Bananeiras PB, que reivindicaram redução nos preços cobrados pelos restaurantes daquela universidade e por melhores condições de alimentação e transporte. (Comissão Geral de Investigações, 1979, p. 34)

Alguns estudantes não tinham ideia de que seus nomes constavam nos registros dos órgãos de informação: “Participei. Mas não sabia que constava dos arquivos dos serviços de informação [...] isso é uma evidência de que os serviços de informação tinham que produzir informações a qualquer custo.”<sup>173</sup> Para os militares, principalmente os mais fiéis à Lei de Segurança Nacional, algumas entidades deveriam ser vigiadas para que qualquer atitude contra a segurança nacional fosse informada e seus autores e participantes fossem punidos. As entidades não estudantis envolvidas e registradas no documento acima citado foram a Associação do Magistério Público da Paraíba (AMPEP); ADUF-PB; Associação dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba; Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH-PB) e OAB – PB. Também há registro do Comitê Brasileiro pela Anistia-Seção Pernambuco e da Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos.

Conforme decidido no XXXI Congresso da UNE, em Salvador, nos dias 03 e 04 de outubro de 1979 os estudantes de todo o país elegeram a diretoria definitiva da UNE através do voto direto, uma novidade na história da entidade. Anteriormente, desde sua fundação no ano de 1938, a UNE elegia seus diretores em Congresso, a partir dos votos

<sup>172</sup> Agamenon Travassos Sarinho, BO: 062376; Annelisina Trigueiro, BO: 062340; Berthônio Job e Meira, BO: 261543; Ieda Maria Cabral da Costa, BO: 062364; Romero Antônio de Moura Leite, BO: 062327; Sonia Maria Germano de Figueiredo, BO: 062388; Walter Oliveira Dantas, BO: 247420; Walter Aguiar, BO: 243449; Washington Alves Rocha, BO: 062315.

<sup>173</sup> Ieda Maria Cabral da Costa, informações cedidas à autora em 08 de março de 2015.

dos delegados. Cinco chapas concorreram às eleições: Novação, formada pelas tendências Centelha (de Minas Gerais), Peleia (Rio Grande do Sul), Convergência Socialista (um agregado de membros de diversos estados) e Travessia (Pernambuco). Juntas, tais tendências representavam a “Corrente Socialista” do movimento estudantil, na defesa pela construção de um governo dos trabalhadores, no apoio ao movimento sindical e pela criação do PT. As demais foram “Liberdade e Luta – Libelu”, conhecida nacionalmente pelo posicionamento considerado mais radical; “Maioria”, em que seus membros se auto intitulavam socialistas democráticos; “Mutirão”, formada pelas tendências “Refazendo” e a “Caminhando” do Nordeste e de São Paulo; e “Unidade”, que defendia a formação de uma frente popular e participação através do MDB. (CAVALARI, 1987, p. 267)

O conteúdo programático das chapas concorrentes era parecido. Defendiam a anistia ampla, geral e irrestrita, as liberdades democráticas, o fim da ditadura militar e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, porém divergiam quanto a forma de conduzir o movimento estudantil e a prioridade das lutas a serem encaminhadas. Segundo Romagnoli; Gonçalves (1979, p. 73) era praticamente impossível definir quais eram as tendências existentes em cada estado brasileiro por causa das diferenças do grau de mobilização estudantil, da dificuldade de troca de informações e do surgimento de pequenos grupos políticos que fundiram-se com tendências maiores, muitos só aparecendo em períodos de eleições para os DCEs.

Na UFPB, as tendências organizadas em curso nos outros estados fizeram presença entre os estudantes que compunham o DCE e os Diretórios Acadêmicos.

Havia as tendências Viração, Refazendo, Libelu e outras tantas siglas, cada um defendendo suas posições. [...]. Esse pessoal só veio lograr êxito mesmo bem depois, já na década de 80, na minha segunda gestão. Finais da década de 70 tinha a Libelu, que era de posicionamento mais trotskista, depois dividindo-se em várias. Refazendo, que era do pessoal de uma corrente política chamada Ação Popular, [...] eram contra a política educacional do governo [...]. Viração éramos nós, que tinha algumas tendências que depois sofreram um processo de cisão [...]. Viração era do PCdoB, mas nem todo integrante da Viração era militante do PCdoB.<sup>174</sup>

Durante os anos iniciais da retomada do DCE, as tendências existiam na UFPB, mas não apresentavam-se tão influentes e abertamente expostas aos estudantes. Ainda assim, era através das tendências que os partidos voltavam a integrar a vida estudantil

<sup>174</sup> Walter Dantas, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.



para na década de 1980 alcançar auge, principalmente com a volta do multipartidarismo.

### *Considerações finais*

Do que pareceu fragmentado pós 1968 ressurgiu como uma fênix na década de 1970. Durante todo o trabalho dissertativo foi possível perceber que tanto estudantes secundaristas<sup>175</sup> quanto acadêmicos na cidade de João Pessoa diminuíram suas ações coletivas e públicas, porém não deixaram de movimentar-se. Estrategicamente planejaram outras manobras de expressão política para dar continuidade às atividades oposicionistas. Mesmo diante da repressão, da guerra psicológica e das leis proibitivas às atividades coletivas de oposição à ditadura, os estudantes da UFPB procuraram meios de burlar seus próprios medos e organizarem-se de tal forma que os órgãos de controle e informação do governo não promovessem ações repressivas. “A gente dizia que o ubaltismo era muito grande entre todos nós aqui e a gente via isso, que havia uma brecha pra atuar politicamente, mas uma brecha através dos movimentos culturais.”<sup>176</sup>

Os estudantes em organização costumavam se identificar com Ubaldo, do cartunista Henfil, porém os receios não limitaram seus objetivos na busca pelo Estado de direito no país. Diante da institucionalização da repressão a partir do AI-5 em todo o país, o grupo de estudantes da UFPB formulou estratégias para atuação política de oposição à ordem vigente e de aglutinação dos demais estudantes da UFPB. Cada vez mais em expansão com novos cursos de graduação e pós-graduação, a UFPB tornou-se um espaço promissor na luta contra o governo ditatorial, a partir da intervenção de seus estudantes. Portanto, o primeiro caminho traçado foi o das expressões culturais.

A liderança do grupo primeiro no DCE foi extremamente inteligente na utilização do espaço que tinha naquele momento e possibilitou todo o avanço que conquistou. Mas se não tivesse o uso estratégico de meios para conquistar o DCE e aglutinar os estudantes, teria sido engolido rapidamente e não teria sido precursor da organização dos segmentos da universidade.<sup>177</sup>

---

<sup>175</sup> Neste estudo afunilamos o tema para o movimento de estudantes da UFPB, mas é impossível desvencilhar o constante contato e apoio entre estudantes acadêmicos e secundaristas na cidade de João Pessoa na década de 1970. Um dos fatores que pode ser destacado como influenciador deste contato é que muitos dos estudantes acadêmicos que participaram das atividades de retomada do DCE foram anteriormente participantes de movimentos secundaristas.

<sup>176</sup> Agamenon Sarinho, entrevista concedida a autora em 29 de abril de 2014.

<sup>177</sup> Walter Dantas, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015.

Conquistado o espaço acadêmico - primeiro em negociação com o reitor da época, Lynaldo Cavalcanti, em seguida na conquista dos estudantes através das atividades desempenhadas pelo DCE - foi a vez de ultrapassar os muros da academia e se fazer presentes nas ruas, neste momento apoiando as lutas de outros componentes da sociedade civil, como foi o caso da luta dos professores secundaristas e a luta dos camponeses, descritos neste trabalho. Teoricamente, os estudantes são indicados como pertencentes à categoria de classe intermediária na sociedade, chamada de classe média. Se ainda não produtores, mas frutos dos “produtores diretos inseridos em relações de produção capitalista. ” (ALBUQUERQUE, 1977, p. 30). Ainda assim, segundo Albuquerque:

O movimento estudantil no Brasil, cada vez em que seja capaz de ressurgir das próprias cinzas, dificilmente poderia ser dominado por reivindicações de “classe média”, no sentido de um modelo de proprietário-produtor-independente. Pois isso corresponderia a um lugar que as “classes médias” brasileiras jamais ocuparam, e parece ainda inviável que venham a ocupar. (ALBUQUERQUE, 1977, p. 143-144)

Para a conjuntura estudada, a dinâmica de atividades da luta estudantil deveria ultrapassar os problemas meramente acadêmicos ou de futuro profissional. A compreensão era de busca pela sociedade ideal, em que seu justo funcionamento se daria a partir da unificação dos movimentos e de suas causas. Dessa maneira os oprimidos daquela conjuntura alcançariam vitórias sociais e promoveriam a derrubada do seu maior opressor, que era o Estado. Gramsci foi essencial para entendermos a dinâmica de coletividade das atividades estudantis, a partir dos conceitos de sociedade civil e de sociedade política, juntas compondo o Estado ampliado. Assim sendo, entendemos que as movimentações estudantis do período de redemocratização entram na esfera de entendimento de sociedade civil. Suas bandeiras de lutas não se concentravam em causas apenas estudantis: em conjunto com o Núcleo de Direitos Humanos e a Arquidiocese da Paraíba, os estudantes promoveram a exposição à sociedade paraibana sobre os problemas dos camponeses na década de 1970, assim como a promoção de debates em espaços públicos a favor da anistia “ampla, geral e irrestrita”. Também estiveram envolvidos na publicação de jornais informativos que circulavam dentro do espaço acadêmico.

Paralelamente às atividades desenvolvidas em apoio a alguns setores sociais, os estudantes se organizaram para o 31º Congresso da UNE, a partir de 1977 enviando

membros para os Encontros Nacionais dos Estudantes que vinham sendo realizados para organização do maior evento estudantil, ao passo que montavam materialmente meios de enviar a delegação paraibana até a Bahia, conforme determinação nacional tirada nos encontros estudantis.

Em quatro anos, os estudantes conseguiram tornar o DCE-UFPB um verdadeiro espaço de representação estudantil e de apoio a setores da sociedade civil oposicionista à ditadura na Paraíba. A união entre pesquisa e entrevistas foi essencial para descrever este período da história dos estudantes acadêmicos da UFPB. Através de seus resultados foi possível perceber o importante papel dos estudantes da UFPB no processo de luta democrática, tanto no âmbito regional quanto nacional, seja na troca de experiências com estudantes de outros estados ou com organizações ligadas aos Direitos Humanos, pró anistia e partidárias. Um tema que parece inesgotável, as linhas da História comportam estudos ligados à Ditadura Militar, especialmente no estado da Paraíba. As cidades de João Pessoa e Campina Grande são consideradas os maiores focos de resistência pela quantidade de adeptos às atividades oposicionistas, contudo cidades como Cajazeiras e Pombal também tiveram episódios. Um exemplo foi a descoberta de duas edições do jornal *Abertura*, desenvolvido pelos estudantes da cidade de Pombal entre 1978 e 1979.

A década de 1980 foi o ápice da luta estudantil da UFPB e refletiu muito do legado deixado pelos estudantes da retomada do DCE, na década de 1970. Atividades culturais, estudantis, inserção partidária, funcionamento da UNE e dos demais órgãos de representação estudantil vinculados à entidade maior foram desempenhadas com base nas experiências anteriores com pitadas de renovação.

Quanto à Paraíba, da imagem de estado pacato e obediente amplamente divulgados pelos jornais do estado, a exemplo do *A União* - sob o aval do governo do estado - essas imagens eram divulgadas no intuito de manter ou aumentar a presença de turistas e, possivelmente, o trato com o governo no tocante ao envio de verbas federais para a região. Contudo, alguns estudos têm mostrado resistências de alguns setores sociais, provando que a uniformidade divulgada oficialmente gera dúvidas essenciais para o trabalho histórico.

## Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de. (Org) *A democratização do Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. – 2ª edição, São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. Movimento estudantil e classe média no Brasil. In: ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (Org.) *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru-SP: Edusc, 2005.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. A liberdade nasce da luta: o surgimento da OSI na crise da ditadura. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida Org. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Volume I. São Paulo: Ed. Aderaldo e Rothschild, 2009.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado e São Paulo e O Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.) *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- BAUER, Carolina Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (orgs.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.
- BENEVIDES, Sílvio Cesar Oliveira. *Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.
- BEZERRA, Francisco Chaves. *O ensino superior de História na Paraíba (1925-1974): aspectos acadêmicos e institucionais*. 2007, 140 p. Dissertação de mestrado: Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História* ou o ofício do historiador. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOFF, Leonardo. *O caminhar da Igreja com os oprimidos: do vale de lágrimas à terra prometida*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

BONAZZI, Tiziano. Mito Político. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs). *Dicionário de Política*. Trad. João Ferreira; Carmen C. Varriale e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

CAMPEDELLI, Samira Youssef. *Poesia Marginal dos anos 70*. São Paulo: Editora Scipione, 1995.

CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. *Capital, Estado e Conflito - Questionando Alagamar*. João Pessoa: Fiplan, 1985.

CARR, Edward Hallet. *Que é história?* Tradução: Lúcia Maurício de Alverga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAVALARI, Rosa Maria F. *Os limites do movimento estudantil: 1964-1980*. 1987. 306 p. Dissertação de mestrado: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

CHAUÍ, Marilena. Universidade: por que reformar? *Revista Movimento*. São Paulo: UNE, n° 09, p. 07-12, out. 2003.

CIAMBARELA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão Org. *Revolução e Democracia (1964 ...)*: As esquerdas no Brasil; volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COELHO, Néson. *A tragédia de Mari*. João Pessoa: Ideia, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. (Org.) *O leitor de Gramsci – Escritos escolhidos: 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares e Anistia no Brasil: um dueto desarmônico. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de (Orgs). *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *Brasil republicano 4: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (p. 94-131)

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História* – ensaios de Teoria. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). *O tempo da experiência democrática* (O Brasil Republicano vol. 4) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Farias; MATA, Sérgio da. (Orgs.) *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. (p. 101-124).

\_\_\_\_\_. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FICO, Carlos. *Além do Golpe*: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. 2º ed. – Rio de Janeiro: Record, 2012.

\_\_\_\_\_. *Como eles agiam* – Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FURTADO, João Pinto. Engajamento político e resistência cultural em múltiplos registros: sobre “transe”, “trânsito”, política e marginalidade urbana nas décadas de 1960 a 1990. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar*: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004. (p. 229-245)

GARCIA, Miliandre. *Do teatro militante à música engajada*: a experiência do CPC da UNE (1958-1964). São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. *Culturas políticas*: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado*: Anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas* –A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GREEN, James N. “Restless Youth”: The 1968 Brazilian Student Movement as seen from Washington. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (orgs.) *1968 – 40 anos depois: História e Memória*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Édition électronique a été réalisée à partir du livre de Maurice Halbwachs (1950), 2001.

HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Tradução: MOREIRA, Cid Knipel. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiros. *Sufrimento Social: movimentos sociais na Paraíba através da imprensa*. João Pessoa: Coleção Cadernos do GREM, Editora Universitária UFPB, 2007.

LEITÃO, Rui César. *1968: O grito de uma geração*. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós 1964. In: *Revista Topoi*. Rio de Janeiro: dezembro de 2002. p. 287-313.

LUCCA, Tânia Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In. PINSKY, Carla Bassanezi. (Orga.) *Fontes Históricas*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 113-153.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs) *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.) *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *Movimento estudantil e ditadura militar 1964-1968*. Campinas,SP: Papirus, 1987.

MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros – anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História Oral como fonte: problemas e métodos. In: *Revista Historiae*: Rio Grande, vol. II, 2011. (p. 95-108)

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Uma História da UNE (1945-1964)*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

MATTOSO, Glauco. *O que é Poesia Marginal*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MELO, Demian Bezerra de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MODERNO, João Ricardo Carneiro. *O pensamento de Mao Tsé-Tung: sobre a prática, sobre a contradição, sobre a arte e a literatura*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOREIRA, Emília. *Por um Pedaco de Chão*: Vol. I. João Pessoa: UFPB/Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_. *Por um Pedaco de Chão*: Vol. II. João Pessoa: UFPB/Universitária, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *A ditadura que mudou o Brasil- 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. (Org.) Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte, Fino Traço Editora, 2012. (p. 13-37).

NAPOLITANO, Marcos. “Vencer Satã só com orações”: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 (p. 145-174).

\_\_\_\_\_. MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982). In: *Revista Estudos Avançados*, n° 24, edição 69. São Paulo, 2010.

NASCIMENTO, Maria Elisa Brum do; OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. A organização da cultura na perspectiva gramsciana. In: *Verinotio: Revista on line de Educação de Ciências Humanas*. N° 08, ano IV, maio de 2008.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. Estado versus sociedade civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979). *Prima Facie*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB. Jan./jun, 2009. pp 57-84.



\_\_\_\_\_. Golpe civil-militar e repressão no imediato pós-golpe: os casos da Paraíba e de Minas Gerais. In: *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1º sem. 2014.

\_\_\_\_\_. *O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba: construção e trajetória do partido no estado 1980 – 2000*. João Pessoa: Editora Sal da Terra, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP: Edusc, 2004.

PASQUINO, Gianfranco. Movimentos Sociais. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.) *Dicionário de Política*. Trad. João Ferreira; Carmen C. Varriale e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*. 1997. 282 p. Dissertação de mestrado: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. *Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, 1966 a 1980*. 2012. 179 p. Dissertação de mestrado: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

PERISSINOTTO, Renato M. “O 18 Brumário e os problemas da análise de classe Contemporânea”. *Lua Nova*, 2007: v. 71. (p. 81-122)

PIOVESAN, Flávia. Direito Internacional dos Direitos Humanos e Lei de Anistia: o caso brasileiro. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.) *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 4º edição. São Paulo: Centro de memória da juventude, 1995.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10; 1992. (p. 200-212)

PORTUGAL, Niedja Lima Torres. *Estudantes em movimento (Fortaleza, 1969-1979)*. 2008. 138 p. Dissertação de mestrado: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará.

PRADO, Luiz Carlos Delome; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In:

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano vol. 4: O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RAMOS, Erica Lins. *Da convivência ao despertar militante: o movimento universitário na cidade de Campina Grande-PB (1964-1968)*. 2013. 211 p. Dissertação apresentada através do Programa de Pós-Graduação da UFPB.

REIS FILHO, Daniel Aarão. In: Garcia, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org.). *Rebeldes e Contestadores: Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, José Carlos. *Teoria e História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2º edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. (p. 13-36)

RIDENTI, Marcelo. A época de 1968: cultura e política. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (orgs.) *1968 – 40 anos depois: História e Memória*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da Tv*. 2º edição. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

\_\_\_\_\_; REIS, Daniel Aarão Org. *História do Marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. Volume: 6. Campinas: Editora da Unicamp, SP, 2007.

RODEGUERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *A ditadura que mudou o Brasil- 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. *Sociedade e Universidade: Um estudo de caso*. João Pessoa: SEC/PB, 1986.

ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador. *História Imediata*, São Paulo, Alfa Ômega, n. 5, 1979. (p. 4-95)

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. Trad. Christian Edward Cyrill Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. 8º edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RUSCHEINSKY, Aloísio. *Atores políticos e lutas sociais: movimentos sociais e partidos políticos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005.

SALES, Jean Rodrigues. Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão Org. *Revolução e Democracia (1964 ...): As esquerdas no Brasil*; volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANFELICE, José Luis. *A UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 1986.

SANI, Giacomo. Cultura Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs). *Dicionário de Política*. Trad. João Ferreira; Carmen C. Varriale e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

SANTANA, Flavia Angelis. *Atuação Política do Movimento Estudantil no Brasil: 1964 a 1984*. 2007. 249 p. Dissertação de mestrado: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

SEVILLANO, Daniel Cantinelli. *Somos os filhos da revolução: Estudantes, Movimentos Sociais, Juventude e o fim do regime militar (1977-1985)*. 2010. 206 p. Dissertação de mestrado: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SILVA, Antônio Ozaí. *História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas*. São Paulo: edição do autor. 1987.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.) *O Brasil Republicano vol. 4 – O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Rosicleide Henrique da. *O movimento estudantil em Campina Grande-PB: entre sonhos, frustrações e lutas (década de 60)*. 2014. 150 p. Dissertação apresentada através do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande.

SILVA, Waldir Porfírio da. *A ausência da ampla defesa nas punições dos estudantes da UFPB em 1969*. 2010. 44 p. Monografia: curso de Direito na Faculdade Paraibana – FAP – João Pessoa.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred (org); PINHEIRO, Ana Luíza (tradução). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

VALE JR. João Batista. Narrativas e movimento: disputas pela memória e história do movimento estudantil brasileiro. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza-CE. ANPUH, 2009.

VECHIA, Renato da Silva Della. Movimentos Sociais e Movimento Estudantil. In: *Revista Sociedade e Debate*. Edição 18 (1): Pelotas, jan.-jun. 2012. p 31-54.

VELHO, Gilberto. Mudança social, universidade e contracultura. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; NAVES, Santuza Cambraia. (Orgs.) *“Por que não?”: rupturas e continuidades da contracultura*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

### **Periódicos**

- *A União*, edições de janeiro de 1975 a dezembro de 1979;
- *Correio da Paraíba*, edições de janeiro a dezembro de 1968; janeiro de 1975 a dezembro de 1979;
- *O Berro*, edição especial 31º Congresso da UNE, 1979;
- *O Momento*, edições de janeiro de 1975 a dezembro de 1979;
- *Movimento*, edições de janeiro de 1976 a dezembro de 1979.

### **Outras referências**

- Acervo da Comissão Geral de Investigação, 1968-1979. In: Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba;
- Documento de solicitação do DCE ao CONSEPE, arquivo SODS;
- Estatuto do DCE, aprovado em 20 de março de 1965.

### **Entrevistas**

- Agamenon Sarinho, 29 de abril de 2014;
- Aracilba Rocha, 25 de abril de 2014;
- Romero Antônio Leite, 08 de maio de 2014;
- Walter Aguiar, 03 de julho de 2014;
- Walter Dantas, 22 de maio de 2015.

**ANEXOS**

## A - Estatuto do DCE - 1965

Nós, os representantes dos Diretórios Acadêmicos filiados ao Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Paraíba, reunidos em Assembléia especialmente convocada para re-  
forma dos Estatutos, no dia 20 de maio de 1965, sob a invocação de Deus e inspiração dos excelsos ideais de justiça e liberdade, aprovamos os novos

### ESTATUTOS DO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES

- D C E -

#### - CAPÍTULO I -

##### DA DENOMINAÇÃO, SEDE, NATUREZA, DURAÇÃO E FINS

Art. 1º - O DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, fundado em 13 de abril de 1961 é, de conformidade com a letra "b" do Art 2º da Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964, a Entidade de Representação, coordenação e orientação do Corpo Discente da Universidade Federal da Paraíba.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal da Paraíba, é uma Entidade Civil, reconhecida pelo Conselho Universitário da UFP, como membro integrante, de duração indeterminada, com sede na cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba.

Art. 2º - São suas finalidades:

- 1 - defender os interesses gerais do Corpo Discente da Universidade Federal da Paraíba e de suas entidades de classe, principalmente perante o Conselho Universitário, autoridades de ensino e altos poderes da República;
- 2 - promover a aproximação e a solidariedade entre os Discentes, Docentes e Administrativos dos Estabelecimentos de Ensino Superior no âmbito da Universidade Federal da Paraíba;
- 3 - preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio e material das Instituições do Ensino Superior e a harmonia entre os diversos Organismos de Estrutura escolar;
- 4 - organizar reuniões e certames de caráter Cívico, Social, Cultural, Científico, Técnico, Artístico e Desportivo (setor especializado), visando a complementação e o aprimoramento da formação universitária com o apoio dos Diretórios Acadêmicos;
- 5 - manter serviços de assistência, principalmente aos estudantes carentes de recursos;
- 6 - realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres;



- 7 - lutar pelo aprimoramento das Instituições Democráticas;
- 8 - colaborar com a direção da Universidade Federal da Paraíba e fomentar a observância dos direitos e deveres dos alunos, expressos nos estatutos da Universidade;
- 9 - dar publicidade a todos os atos da Vida Universitária que sejam de interesse dos alunos da Universidade Federal da Paraíba;
- 10- administrar todos os Setores estudantis mantidos pela Reitoria (Casa Universitária, Restaurantes, Policlínicas, CEU, Prédio - onde funciona o DCE, etc.);
- 11- apoiar justas reivindicações dos D.A., membros, junto a qual quer autoridade Superior de Ensino ou não;
- 12- pleitear junto aos Órgãos de Assistência da UFP, criação de novas casas universitárias, melhorar e conservação para restaurantes, Policlínica, CEU, Etc.;
- 13- manter a autonomia dos DD AA, nos termos dos seus respectivos Estatutos, no que não colidirem com estes;

Art. 3º - É vedado ao DCE pronunciar-se ou agir em quaisquer questões estranhas ao seu objetivo e competência, bem como fili ar-se a qualquer associação.

Art. 4º - Compete privativamente ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) perante as Autoridades de Ensino da Universidade - Federal da Paraíba:

- 1 - patrocinar os interesses do Corpo Discente;
- 2 - designar a representação prevista em Lei junto aos Órgãos de Deliberação Coletiva da Universidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - A representação a que se refere a alínea 2 deste artigo, será exercida pelo Presidente do DCE, podendo ser acompanhado de outro estudante de preferência um Conselheiro de DA, que tenha interesse nos assuntos em pauta, como Assessor devidamente credenciado pelo Presidente.

## CAPÍTULO II

### DO PATRIMÔNIO

Art. 5º - O Patrimônio do DCE é representado pelos bens móveis e imóveis que possui ou que venha a possuir.

Art. 6º - Os bens patrimoniais são inalienáveis, salvo resolução de 2/3 dos membros do Conselho de Representação, reunidos em assembléia.

Art. 7º - Em caso de dissolução do DCE, o seu patrimônio será transferido à Universidade Federal da Paraíba.

## CAPÍTULO III

DA DIREÇÃO

Art. 8º - O DCE compor-se-á de dois órgãos diretivos:

- a) Conselho de Representantes (Representante de cada Faculdade ou Escola).
- b) Conselho Administrativo (Seis representantes que estejam exercendo função administrativa)

SEÇÃO I

DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

Art. 9º - O Conselho de Representantes será constituído / dos representantes de cada Faculdade ou Escola filiado, eleitos de acôrdo com a legislação em vigor;

Paragrafo Único - O representante do corpo discente de cada Faculdade ou Escola, junto ao DCE terá mandato de um ano.

Art. 10 - O Conselho de Representantes será presidido pelo Presidente do Conselho Administrativo, sendo as suas reuniões / secretariadas pelo Secretário Geral.

Art. 11 - O Conselho de Representantes reunir-se-á ordinariamente mensalmente e, extraordinariamente, quando convocado pelo presidente ou a requerimento de 2/3 de seus membros.

§ 1º - A convocação extraordinária do Conselho de Representantes, nas formas do Art. 11º, será feita com a antecedência mínima de quarenta e oito horas.

§ 2º - As reuniões do Conselho de Representantes serão realizadas com a presença mínima da metade mais um de seus membros.

§ 3º - Para as reuniões extraordinárias - em primeira convocação - observa-se-á o parágrafo acima e, na falta de quorum, dar-se-á a segunda convocação ao menos vinte e quatro horas após, que se realizará com qualquer número.

Art. 12 - Ao Conselho de Representantes competirá:

- 1º - tomar conhecimento, em grau de recurso, dos pedidos de reconsideração de atos do Conselho Administrativo;
- 2º - deliberar sobre assunto a êle levados pelo Conselho Administrativo;
- 3º - conceder, por sua proposta ao Conselho Administrativo, comendas, medalhas e outros títulos instituídos pelo DCE;
- 4º - solicitar ao Conselho Administrativo todos os esclarecimentos julgados necessários;
- 5º - redigir e aprovar o seu regimento interno;
- 6º - estabelecer os calendários de suas reuniões ordinárias;



- Fls. 4 -

- 7º - processar e julgar os crimes de responsabilidade a que se refere o capítulo IV dos presentes estatutos;  
8º - tomar resoluções e encaminhá-las ao Conselho Administrativo;  
9º - qualquer pessoa poderá usar da palavra no Conselho de Representantes, se este o permitir.

## SECCÃO II

### DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Art. 13 - O Conselho Administrativo será constituído pelos 6 (seis) conselheiros eleitos em exercício de função executiva.

Art. 14 - O Presidente do Conselho Administrativo após eleito, será convocado pelo Reitor, no dia imediato para tomar posse;

Art. 15 - O Presidente eleito, uma vez empossado, constituirá o Conselho Administrativo que será composto de mais 5 (cinco) membros que exercerão os seguintes cargos:

1º Vice Presidente

Secretário Geral

1º Secretário

Tesoureiro

Vice Tesoureiro

Art. 16 - Os cargos acima serão por livre nomeação do Presidente entre os Conselheiros.

2º - Os demais membros Conselheiros, poderão exercer funções nos diversos departamentos ou funcionarão como assessores, quando nomeados pelo Presidente.

Art. 16 - Ao Conselho Administrativo compete:

1º - interpretar os presentes estatutos e os regimentos dos departamentos, como ainda, decidir sobre os casos omissos;

2º - redigir e aprovar o seu regimento interno

3º - pelo Presidente, encaminhar as petições dos discentes da Universidade Federal da Paraíba, dirigidas às autoridades de ensino

4º - reunir-se ordinariamente mensalmente e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente ou por 2/3 dos membros // das referidas reuniões participando também os diretores dos diversos departamentos.

5º - estabelecer o calendário das Reuniões.

6º - orientar o presidente quanto ao seu modo de agir no Conselho Universitário, quando reunido para este fim;

7º - Discutir e aprovar os regimentos internos das Casas Universitárias, Restaurantes, Policlínicas, CEU, ou outros órgãos mantidos pela Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, encaminhando os mesmos ao Reitor para homologação;

8º - Apreciar os recursos dos comensais, sócios das Casas e do CEU, nas formas regimentais;

- Fls.5 -

9º - Resolver os casos omissos dos Regimentos dos Órgãos filiados;

10º- Apreciar as propostas Regimentais dos Conselhos dos Órgãos Filiados (Casas, Restaurantes etc.)

11º- Ratificar as nomeações dos Presidentes ou Diretores dos diversos Órgãos (CEU - Restaurante - Policlínica) mantidos pela (U. F. P.) Universidade Federal da Paraíba encaminhando-as, para homologação, do Magnífico Reitor da UFP;

12º- Defender os interesses dos estudantes perante o Conselho Universitário, na pessoa do Presidente e seu assessor.

13º- Administrar o DCE (DIRETORIA EXECUTIVA) e orientar todos os movimentos - exclusivo - do corpo discente da Universidade Federal da Paraíba;

14º- Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e regimentais do D C E;

15º- Aprovar as nomeações das comissões e credenciar delegados e Representantes do D C E;

16º- Preparar e remeter ao Conselho de Representantes o programa mínimo, dentro do possível, na primeira reunião ordinária da gestão que se inicia;

17º- Apreciar a prestação de contas apresentada pelo Tesoureiro ao término de cada gestão (8 dias antes das eleições), devendo a mesma ser homologada pelo Conselho de Representantes e encaminhada ao Conselho Universitário para a aprovação final, sendo que a não aprovação das mesmas, se comprovado o uso intencional e indevido dos bens e recursos do D C E, implicará em responsabilidades civil, penal e disciplinar dos membros.

18º- Apreciar o relatório final do Presidente, antes de que seja submetido à apreciação do Conselho de Representantes, remetido ao C. Universitário.

19º- Prestar contas perante as autoridades públicas competentes ou instituições particulares das verbas recebidas.

20º- Conceder licença, no prazo máximo de trinta dias consecutivos, a qualquer de seus membros eleitos ou diretores de departamentos.

21º- Nomear, dispensar, punir e fixar os vencimentos dos empregados do DCE.

22º- Participar de qualquer ato de administração não expressamente autorizado por disposições estatutárias ou regimentais, // após parecer favorável do Conselho de Representantes.

**Art. 17º-** Os membros dos Conselhos são responsáveis pela conexão entre o DCE e o corpo discente da Universidade Federal da Paraíba.

§ único - As decisões do Conselho Administrativo serão tomadas por simples maioria de seus membros presentes.



SECCÃO III

DA COMPETÊNCIA DOS DIRETORES

Art. 18 - Competirá ao Presidente:

a - representar o D C E - judicialmente ou não - podendo, na primeira alternativa, delegar poderes através de procuração por instrumento público, mediante a aprovação do Conselho de Representantes;

b - representar o corpo discente da Universidade Federal da Paraíba no Conselho Universitário, seguindo a orientação traçada pelo Conselho Administrativo, devendo ser acompanhado de um assessor de acordo com a legislação em vigor.

c - apresentar ao Conselho Administrativo, no mínimo oito dias antes das eleições, o relatório geral das atividades do DCE e o balanço financeiro de sua gestão, para homologação do Conselho de Representantes e posterior encaminhamento ao C. Universitário;

d - convocar e presidir as reuniões do Conselho Administrativo e do Conselho de Representantes;

e - coordenar e administrar todas as atividades do DCE e zelar pela ordem e conservação da sede social, representar em // seus atos o Conselho Administrativo;

f - fazer as nomeações de comissões, Presidente de Casas Universitárias, CBU, Diretor de policlínica, Departamentos e Restaurantes, etc. levando a ratificação do Conselho Administrativo e homologação do Reitor da UFP;

g) - assinar as atas das sessões que presidir e despachar, juntamente com o secretário geral toda a correspondência;

h) - com o Tesoureiro, receber toda a verba que for concedida ou doada ao DCE, bem como assinar com o mesmo todos os cheques ou quaisquer obrigações financeiras do DCE;

i - quando for permitido, exercer o voto de ~~quorum~~ qualidade tanto nas reuniões do Conselho de Representantes, como nas do Conselho Administrativo;

j - manter-se no conhecimento da legislação federal, universitária, escolar e profissional de interesse do corpo discente da Universidade Federal da Paraíba;

k - aplicar as penalidades previstas nas disposições estatutárias e regimentais;

l - agir em função do seu cargo e em nome do DCE, respeitando as disposições estatutárias, sempre que haja urgência e impossibilidade de convocar reuniões, submetendo seus atos à apreciação do Conselho de Representantes ou Conselho Administrativo, no mais curto prazo possível, se for o caso;

m - comparecer ou fazer-se representar nas reuniões sociais, Acadêmicas e Culturais.

Art. 19 - Compete ao Vice-Presidente:

-Fls. 7 -

- a - substituir o presidente em suas faltas, ausências ou impedimentos com todas as atribuições dos presentes estatutos.
- b - auxiliar diretamente o presidente nos seus encargos;
- c - colaborar com os demais membros da Diretoria Executiva na execução de tarefas comuns;
- d - cuidar eficientemente da representação externa do DCE, representando o Presidente quando designado;
- e - ter sob sua guarda os bens móveis ou imóveis pertencentes ou que forem confiados ao DCE, registrando-os em livros próprios;
- f - controlar os departamentos cuja orientação lhe forem designados pelo Conselho Administrativo, por proposta do Presidente;
- g - cumprir missões especiais delegadas pelo Conselho Administrativo ou pelo Presidente;
- h - exercer as funções de Delegado do DCE, junto às Faculdades ou Escolas daquela cidade, quando residir noutra cidade do Estado.

Art. 20 - Competirá ao Secretário Geral:

- a - organizar os trabalhos da Secretária, que estão sob sua responsabilidade;
- b - secretariar as reuniões do Conselho de Representantes e Administrativo, redigir e ler as respectivas atas;
- c - redigir as correspondências do DCE, e assiná-la com o Presidente;
- d - substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos, ou afastamento definitivo dêste e Vice Presidente;
- e - expedir informes, recomendações, sugestões, aprovados pelo Conselho aos Diretores das diversas Escolas ou Faculdades da Universidade Federal da Paraíba.
- f - ser o portador de informações, propostas e sugestões dos diretórios acadêmicos para o Conselho Administrativo;
- g - colaborar na feitura de relatórios;
- h - providenciar tramitação rápida nos assuntos solicitados pelos DD.AA.
- i - Com homologação do Presidente nomear auxiliar junto aos diversos setores do DCE.

Art. 21 - Competirá ao secretário:

- a - organizar e ter sob sua guarda os arquivos da Secretaria;
- b - auxiliar o Secretário Geral em suas atribuições e substituí-lo em suas faltas e impedimentos;
- c - organizar a relação dos membros do Conselho de Representantes e Administrativo com os respectivos endereços e data de nascimento e fornecer a presidência;

Art. 23 - Competirá ao Tesoureiro:

- a - elaborar o projeto do orçamento anual do DCE e submetê-lo à apreciação do Conselho Administrativo;
- b - superintender os serviços gerais da Tesouraria;
- c - arrecadar todas as contribuições e valores relativos ao Diretório Central dos Estudantes;



d - ter sob sua guarda e responsabilidade o numerário , títulos e papéis de crédito do D C E ;

e - apresentar, obrigatoriamente, na primeira sessão de cada mês, o balancete relativo ao movimento do caixa do mês anterior;

f - organizar e apresentar no relatório anual, o balanço geral e as demonstrações de receita e de despesas do D C E;

g - assinar, juntamente com o Presidente, cheques, ordens de pagamento, letras e outros documentos de igual natureza;

h - recolher tôdas as quantias do D C E a um estabelecimento bancário de preferência federal;

i - prestar, a pedido, informações sôbre a situação financeira do D C E;

j - fiscalizar a escrituração do D C E em livro aprovado (caixa), arquivado em pastas especiais os comprovantes de receita e despesa;

k - substituir o Presidente nas faltas e impedimentos , ou afastamento definitivo dêste, do vice presidente e do Secretário Geral;

l - superintender os serviços de escrituração e contabilidade do D C E principalmente nos departamentos com escrituração própria;

m - solicitar cooperação para a feitura dos balanços , balancetes e relatórios da Tesouraria, se fôr o caso;

n - solicitar ao Secretário Geral a nomeação de auxiliares, visando o fiel cumprimento das tarefas.

Art. 24 - É vedado a tesouraria efetuar despesas não autorizadas pelo Presidente ou órgãos competentes.

#### SECCÃO IV

#### DOS DEPARTAMENTOS

Art. 25 - O Conselho Administrativo será auxiliado pelos seguintes Departamentos:

- a) - De cultura
- b) - De Imprensa e Publicidade
- c) - De Assistência Alimentar
- d) - Social
- e) - De Assistência Social
- f) - Feminino
- g) - De coordenar as Casas Universitárias.

1º - da competência e finalidade de cada departamento  
tratará o Conselho Administrativo, quando da elaboração do programa mínimo administrativo que deverá ser aprovado pelo C. Representantes, até 45 dias após sua posse.

2º - Cada Departamento e órgão subordinado terá o seu Regimento interno;

3º - O Departamento Cultural por intermédio de seu diretor tratará dos problemas culturais do D C E, em comum acôrdo com o Setor Cultural da Universidade Federal Paraiba;

4º - O Departamento de Imprensa e Publicidade exercerá as funções de Relações Públicas, abrangendo todos os setores ;

5º - O Departamento de Assistência Alimentar, tem sob sua supervisão os dois restaurantes existentes, e tratará de todos os problemas nesse setor;

6º - O Departamento Social, supervisionará os clubes Universitários, e tomará sob sua responsabilidade todas as promoções do Órgão ;

Coordenação das Casas Universitárias, por intermédio do seu diretor supervisionará as atividades de todas as Casas existentes mantidas pela Universidade Federal da Paraíba, fazendo cumprir os seus Regimentos e tomar as providências necessárias para o funcionamento perfeito das mesmas, devendo apresentar sugestões ao Conselho Administrativo para solucionar os problemas que venham surgir.

7º - O Departamento Social por intermédio do seu diretor, supervisionará o funcionamento da Policlínica dos Estudantes, barbearia, engraxate e fará o máximo empenho para instalação dos serviços jurídicos e Contábeis.

8º - O Departamento Feminino será constituído de direção e uma equipe, que se responsabilizará pelos Serviços de manicure, cabeleiro, e colaborará com os demais departamentos para pronta solução dos problemas gerais da classe Universitária.

Art. 26 - O Conselho Administrativo poderá criar novos Departamentos se necessário fôr, com finalidades específicas, após exposição plenamente justificada do Presidente.

Art. 27 - O Diretor de Departamento, de nomeação e destituição do Presidente do D.C.E., e homologação do Conselho Administrativo, gozará, quando em exercício, das mesmas prerrogativas dos membros eleitos, com exceção ao direito de voto, podem estes ser coordenados pelo vice presidente a critério do Conselho Administrativo, por proposta do Presidente.

#### SEÇÃO V

#### DAS COMISSÕES E ASSESSORES

Art. 28 - Quando se fizer necessário, o Presidente do Conselho Administrativo poderá criar comissões, e nomear assessores.



-Fls. 10-

PARÁGRAFO ÚNICO - O Presidente do D C E, nomeará, por portaria, o Presidente e os membros de cada comissão, declarando a finalidade.

#### CAPÍTULO IV

##### DOS CRIMES E RESPONSABILIDADES

Art. 29 - Constituem crimes de responsabilidade os atos dos membros dos conselhos do D C E que atentarem contra as disposições estatutárias e regimentais, principalmente contra:

- a - a existência e finalidade do D C E
- b - o livre exercício dos poderes do D C E e dos poderes dos diversos diretórios das Faculdades e Escolas da Universidade Federal da Paraíba.
- c - a probidade na administração;
- d - o livre exercício dos direitos políticos e sociais;
- e - a guarda e o leal emprego dos recursos financeiros do D C E;
- f - o cumprimento do programa mínimo administrativo, ressaltando-se o caso de força maior, apreciado pelo Conselho Administrativo;
- g - a segurança interna e o nome da Universidade Federal da Paraíba;
- h - Falta de escriturar em livro apropriado as receitas e despesas do D C E;
- i - o desrespeito às autoridades constituídas;

Art. 30 - Os Conselheiros que incorrerem nos crimes de responsabilidade, terão os seus atos apurados por uma comissão de inquérito, composta no mínimo de três membros, nomeada pelo Conselho Representante que para tanto, deverá ser convocada extraordinariamente.

§ Único - A comissão de inquérito apresentará ao Conselho Representativo um parecer circunstanciado sobre o que apurar.

Art. 31 - Considerada procedente a denúncia, o Conselho Representativo determinará a penalidade a ser aplicada, perdendo, imediatamente, os membros da direção implicados, o respectivo mandato do D C E, devendo comunicar tal resolução ao Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba.

#### CAPÍTULO V

##### DAS ELEIÇÕES

Art. 32 - No dia 16 de agosto de cada ano, em atendimento

a Convocação feita pelo Magnífico Reitor da Universidade Federal da Paraíba, (20) vinte dias antes, o Corpo Discente de cada Faculdade ou Escola, elegerá um Conselheiro junto ao D.C.E., e estes na mesma data elegerão o Presidente.

§ único - As eleições obedecerão às Instruções que serão baixadas pelo Reitor da UFP em nome do Conselho Universitário de acordo com a Legislação em vigor.

Art. 33 - As eleições em princípio deverão obedecer:

a - será efetuada no ambiente de cada Faculdade ou Escola da UFP, no horário integral de funcionamento.

b - Considerar-se-á eleito o estudante devidamente inscrito que obtiver o maior número de votos;

c - no caso de empate na votação, será considerado eleito:

1- ~~EMX~~ o mais idoso

2- melhor aproveitamento no curso

3- Legislação em vigor;

d- somente votará o aluno regularmente matriculado, sendo o voto secreto e obrigatório;

e - será de uma ano o mandato do membro do Conselho Administrativo do D.C.E.;

f - as eleições serão presididas por um membro do Conselho Universitário, credenciado pelo Reitor;

g - são inelegíveis os estudantes que se candidataram ao mesmo cargo, não estejam regularmente matriculados, repetentes, dependentes etc. ou em regime parcelado, não tenham se afastado de cargos que exercem noutro órgão estudantil dentro do prazo previsto nas instruções;

h - sistema adotado, de célula única, será de 3 (três) dias ~~XXXXXX~~ de antecedência o registro da chapa.

i - identificação dos votantes será pela apresentação da identidade estudantil e relação fornecida pela Secretaria da UFP.

Art. 34 - No mesmo dia do pleito em hora previamente marcada o Reitor ou Representante credenciado dará posse aos Conselheiros eleitos e Presidirá a votação para escolha do Presidente do D.C.E., dentre os Conselheiros que tenham solicitado a inscrição no prazo estabelecido;

1 - O presidente eleito tomará posse no dia imediato em hora e local previstos nas Instruções baixadas, pelo Reitor ou pelo Representante do Conselho Universitário designado, devendo em seguida o presidente eleito e empossado designar os 5 (cinco) membros que comporão o Conselho Administrativo do Órgão de acordo com o Art.15 do presente Estatutos.

2 - O presidente eleito por ocasião da posse, fará o seguinte juramento:

"PROMETO MANTER, DEFENDER, CUMPRIR E FAZER CUMPRIR OS ESTATUTOS DO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES, PROMOVENDO O BEM ESTAR



GERAL DO CORPO DISCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, <sup>SUE</sup>  
TENTANDO-LHE A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA.

Art. 35 - Votação será secreta, o exercício do voto é obrigatório. Ficará impedido de exame parcial ou final, imediatamente subsequente à eleição, o conselheiro que não comprovar haver votado no referido pleito, salvo por motivo de doença ou força maior.

Art. 36 - A ata dos trabalhos eleitorais deverão conter, nome de quem presidir as eleições, número e os nomes dos votantes, número e nome dos ausentes, anormalidades decorridas durante o pleito.

Art. 37 - Perderá o mandato junto ao D.C.E., o membro do Conselho de Representantes ou Conselho Administrativo que faltar injustificadamente ~~em~~ 3 (três) reuniões consecutivas e 4 (quatro) intercaladas como também, será cassado o mandato do Conselheiro que passar para o regime parcelado, ou que esteja implicado em processos uma vez provada a sua culpabilidade, deixar de ser Universitário por trancamento de matrícula ou conclusão de curso na Faculdade ou Escola que esteja representando.

§ único - As justificativas do não comparecimento ~~as~~ / reuniões ~~serão~~ estudadas pelos respectivos Conselheiros após solicitação do interessado até 5 (cinco) dias após a última reunião.

#### CAPITULO VI

##### DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 38 - Em caso de afastamento definitivo, antes de 180 (cento e oitenta) dias de mandato, o cargo vago nos Conselhos do D.C.E. será preenchido:

- a) Presidente - nova eleição entre os Conselheiros, convocada pelo Reitor da UFP de acordo com a Legislação em vigor;
- b) Membro do Conselho - nova eleição convocada pelo Reitor, e será realizada na Faculdade ou Escola onde se der a vaga.

Art. 39 - Ocorrendo a vaga de qualquer membro dos Conselhos após 180 (cento e oitenta) dias de mandato, este será preenchido:

- a) Presidente - pelo substituto legal em exercício devidamente autorizado pelo Reitor da UFP.
- b) Membros, por indicação de 2/3 da Diretoria do DA, um aluno da Faculdade ou Escola não pertencente ao DA, devendo tal indicação ser aprovada pela Assembléia especialmente convocada e homologada pelo Reitor da UFP.

#### CAPITULO VII

##### DAS PENALIDADES

Art. 40 - Poderão ser aplicadas aos estudantes da UFP ,  
dêsde que incorram em infração previstas nos presentes estatutos as seguintes penalidades;

- a - Advertência
- b - Censura
- c - Suspensão
- d - Expulsão

1º - A pena de Advertência será aplicada pelo Conselho Administrativo ou por qualquer membro do Conselho de Representante, quando autorizado pelo Presidência, e será em carater reservado.

2º - A pena de Censura é de competência do Conselho Administrativo na Pessoa do Presidente e será aplicada em carater reservado ou público.

3º - A pena de suspensão será aplicada pelo Conselho Administrativo segundo a gravidade de que se revestir a infração ou falta cometida.

4º - A pena de Exclusão será aplicada pelo Conselho de Representantes a elementos reincidentes em infrações ou faltas consideradas graves ~~deverá~~ recebidas ~~no~~ Conselho Administrativo.

5º - Serão observados os regimentos dos órgãos filiados e Departamentos.

6º - Em todos os casos, o infrator poderá <sup>apresentar</sup> ~~exercer~~ defesa.

Art. 41 - O associado suspenso ou excluído perderá as prerrogativas e os direitos estatutários e regimentais em carater geral.

#### CAPÍTULO VIII

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 - Os presentes estatutos só poderão ser revogados:

- a - totalmente, após decorrido o prazo de dois anos;
- b - parcialmente, após um ano; sempre que houver necessidade.

Art. 43 - Para revogação parcial ou total dos presentes estatutos convocar-se-á uma reunião conjunta do Conselho de Representantes e conselho Administrativo.

Art. 44 - As reformas e alterações aprovadas sómente serão válidas se presente 2/3 dos membros do Conselho.

§ único - As reformas e alterações terão que ser aprovadas pelo Conselho UNIVERSITÁRIO para isto, o Presidente do Conselho de Representantes, deverá remeter com as justificações necessárias.



Art. 45 - Os associados não são subsidiariamente responsáveis pelos compromissos assumidos pelo D.C.E., respondendo por este o Patrimônio social.

Art. 46 - O Conselho Administrativo reservará uma quantia no orçamento para prêmios ~~xxxxxxx~~ anuais.

~~Art. 47~~ § único - Os prêmios serão distribuídos entre os alunos que obtiverem a primeira colocação nos ~~concursos~~ de habilitação às diversas Faculdades e Escolas da Universidade Federal da Paraíba, realizado em primeira época.

Art. 47 - O exercício de qualquer função de representação, ou das decorrentes, não exonera o estudante do cumprimento de seus deveres escolares inclusive de exigência de frequência.

Art. 48 - A Universidade e o D.C.E., assegurarão os processos de recolhimento das contribuições dos estudantes e dos DD AA, respectivamente.

§ único - Poderá o mandato de Representantes junto ao D.C.E., quando os alunos das Faculdades ou Escolas não efetuarem regularmente o pagamento das contribuições que lhe compete.

Art. 49 - A fim de atender à sua manutenção finalidade, o D.C.E., poderá arrecadar de seus associados, mensalidades e taxas estipuladas pelo Conselho de Representantes, por proposta do Conselho Administrativo.

§ único - Poderá, outrossim patrocinar festividades sociais e desportivas (setor Especializado), de caráter lucrativo, bem como receber subvenções e doações.

Art. 50 - As despesas do D.C.E., deverão constar do orçamento elaborado e aprovado pelo Conselho Administrativo e pelo Conselho de Representantes.

Art. 51 - Serão filiados ao D.C.E., automaticamente, todos os diretores acadêmicos das Faculdades e Escolas existentes na Universidade Federal da Paraíba ou das que ~~xxxxxxxxx~~ vierem a ser criadas e a Representação junto ao Órgão Central será exercida exclusivamente pelo representante eleito.

Art. 52 - Serão associados compulsórios do D.C.E., todos os alunos das Faculdades e Escolas existentes na Universidade Federal da Paraíba.

Art. 53 - O dia 13 de abril será considerado a data magna do D.C.E., (Data da fundação).

Art. 54 - O D.C.E., terá bandeira, flâmula e emblema, cujas formas e cores serão escolhidas pelo Conselho Representante, mediante concurso previamente regulamentado.

Art. O Conselho Administrativo nomeará uma comissão com a finalidade de elaborar o Código de Ética de estudantes da Universidade Federal da Paraíba.

Art. 55 - As identificações de estudantes da Universidade Federal da Paraíba obedecerão uma uniformidade, no verso, conforme

-Fls. 15-

modelo a ser aprovado pelo Conselho Representante e remetido ao Diretório Estadual e aos Diretórios filiados serão obrigados a dotarem.

Art. 56 - As reivindicações dos diretórios acadêmicos filiados, junto à Reitoria, podem ser encaminhadas através do D.C.E. pelo respectivo Representante.

Art. 57 - É vedada ao D.C.E., qualquer ação, manifestação ou ~~propaganda~~ propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Art. 58 - O D.C.E. poderá fazer representações ao Conselho Universitário sobre matérias previstas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujas decisões deverá ser em prazo ~~regulamentar~~ regularmentar.

#### CAPÍTULO IX

##### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 59 - Após a aprovação dos presentes estatutos, serão os mesmos encaminhados ao Conselho Universitário a fim de serem submetidos à aprovação.

Art. 60 - O Conselho Administrativo deverá, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data do registro e publicação dos presentes estatutos, providenciar a impressão e distribuição ~~gratuita~~ gratuita dos mesmos.

Art. 61 - O Conselho Administrativo providenciará o registro dos presentes estatutos, de acordo com a lei, dentro de 30 dias contados de sua aprovação pelo Conselho Universitário.

Art. 62 - Os presentes estatutos entrarão em vigor para fins administrativos na data de sua aprovação pelo Conselho Universitário da UFP e para fins jurídicos, na data de seu registro e publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

João Pessoa - Pb, em 20 de março de 1965.

COMISSÃO ESTATUTÁRIA : João Luiz Ribeiro de Moraes Netto  
Presidente da Comissão  
Ediláudio Luna de Carvalho  
Relator  
Mário Cahino - Membro

Aprovado em Reunião Extraordinária do Conselho de Representantes do D.C.E., realizada em 20 de março de 1965, com a presença das representações dos seguintes diretórios filiados:



-Fls.16-

Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas  
João Pessoa

Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia da UFP

Diretório Acadêmico da Faculdade de Odontologia da UFP

Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da UFP

Diretório Acadêmico da Faculdade de Farmácia da UFP

Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da UFP

Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia da UFP

Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem da UFP

Diretório Acadêmico da Escola Politécnica de Campina  
Grande.

Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas  
Campina Grande.

Adaptado ao Dec. Lei 56.241 de 4/mai/65, de acordo  
com os trabalhos feitos pela Comissão abaixo, designada em 20  
de agosto de 1965, pelo Presidente do D.C.E, em atendimento ao  
despacho da comiss. de leg. Ensino e Reg. da Universidade Fede-  
ral da Paraíba.

João Pessoa, - Pb, Em 6 de setembro de 1965

Ass: \_\_\_\_\_

Rep. junto ao D C E = Odontologia

ADAUTO RAMOS

\_\_\_\_\_  
CRISTOBAL PAULINO FERNANDES

Rep. junto ao D.C.E. = Farmácia

CRISTOBAL PAULINO FERNANDES

\_\_\_\_\_  
JOSE MARINETTI BEZERRA

Rep. junto D.A. = Medicina

JOSE MARINETTI BEZERRA = PRES. COMISSÃO

## B - Título Doutor Honoris Causa ao presidente Médici

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DA PARAIBA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
REITORIA  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
DIVISÃO DE EXPEDIENTE  
SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES

PROCESSO  
00172 49719

REITORIA-PROTOCOLO

CONSEPE - TEM FICHA  
CONS. UNIV. " "

SÍNTESE DO ASSUNTO

UNIDADE - DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES

ASSUNTO - SOLICITAÇÃO (Faz)

TÍTULO PROF HONORIS CAUSA, AO EXM.  
SNR. PRESIDENTE MEDICI -

TRAMITAÇÃO

DATA	DESTINO (SIMPLEMENTE O NÚMERO E A SIGLA CONVENCIONADOS, QUANDO HOVER)	RUBRICA DO EXPEDIDOR
06.11.70	SOE	deuio luo
10.11.70	Prof. Faurey Batista	deuio
27.11.70	St. D. C.	deuio
31.12.70	Consepe	deuio
08.01.71	Cons. Universitário	deuio
09.12.71	Arquivado	deuio
21.01.72	Desarquivado para ao conhecimento do p/so REITOR	deuio
31.1.72	Ao G/Reitor	deuio
31.1.72	Chefe de G/Reitor	deuio
04.02.72	SOE	deuio

Arquivo  
1604  
A.B.O.F.  
W.O.F.

Imprensa Universitária - 5.000 - S. 40 kg. 43 - DE (Reitoria) - 570





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
INSTITUTO CENTRAL DE LETRAS  
Departamento de Letras Vernáculas

PROCESSO Nº 49719

RELATÓRIO

O Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Paraíba propõe a concessão do Título de DOUTOR HONORIS CAUSA ao Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil, General Emílio Garrastazu Médici. O Processo observou a transmissão regular e vem agora para nosso relatório no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme designação do Magnífico Reitor.

A iniciativa do Corpo Discente desta Universidade, através do seu órgão representativo, foi não apenas das mais significativas, como, e sobretudo, da maior justiça para com a ação de Governo que vem desenvolvendo o Presidente Garrastazu Médici.

De fato, tem o Governo da República empenhado o sucesso de seu planejamento administrativo na formulação e execução de uma política educacional e cultural realista, atual, cheia de idéias renovadoras, tornando-se capaz de inovar e de conservar valores, compatibilizando na sua filosofia da cultura e da educação o que há de válido no que fôr tradicional e no que fôr moderno.

É do conhecimento geral o caráter prioritário que o Governo Federal vem emprestando ao problema educacional brasileiro, que tem promovido, particularmente, as Universidades, entre as quais se destaca a Universidade Federal da Paraíba, investida de uma responsabilidade pioneira, como pertencente ao grupo de Universidades novas do Brasil.

O Presidente Médici não tem faltado à Paraíba, tanto nos diversos setores da nossa vida estadual, quanto propriamente à nossa Universidade. Carreando recursos para importantes obras públicas na Paraíba, tem proposto a condição fundamental do nosso desenvolvimento com a concessão de toda sorte de ajuda, convênios, empréstimos e co-obrigações outras, além da nossa inclusão, de forma muitas vezes preferencial, no planejamento de âmbito nacional. Desta forma, a nossa Universidade se coloca, de um lado, na condição de beneficiária direta da sua ação administrativa no plano da edu-



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DA PARAIBA

6 NOV 07 1970 49719

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
REITORIA

REITORIA PROTOCOLO

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES

Of. nº 27/70

Em 5 de novembro de 1970

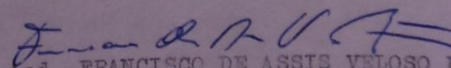
Magnífico Reitor:

Motivo: Encaminha proposta.

Tenho a subida honra de encaminhar a Vossa Magnificência a proposta em anexo, em que os estudantes desta Universidade, por representação do signatário, propõem o Título de DOUTOR HONORIS CAUSA ao Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil, Gal. EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI através de razões fundamentadas.

Certo de que a proposta seguirá as normas de tramitação junto ao Colendo Conselho Universitário pela costumeira diligência de Vossa Magnificência, apresento os meus protestos de alta estima e consideração,

saudações universitárias,

  
Acad. FRANCISCO DE ASSIS VELOSO FILHO  
Presidente do DCE

*Designo Reitor  
no CONSUPE  
o prof. Conselheiro para o  
Bakista. 09.11.70*





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
REITORIA  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

42  
✓

P R O P O S T A para concessão do  
Título de DOUTOR HONORIS CAUSA ao  
Exmo.Sr.Presidente da República Fe-  
derativa do Brasil, EMÍLIO GARRASTA  
ZU MÉDICI.

O signatário, na qualidade de re-  
presentante do Corpo Discente da Universidade Federal da Paraí-  
ba, junto a este Colendo Conselho Universitário, em atendimen-  
to ao que faculta a norma explícita no parágrafo 2º, do artigo  
52, do Estatuto da Universidade Federal da Paraíba e fazendo con-  
siderar,

a) a filosofia de um Governo pautada  
no trabalho construtivo da Nação brasileira, ilustrada na hones-  
tidade pessoal e patriótica e interpretada numa disposição de  
liderança ímpar do Exmo.Sr. Presidente da República, Gal.EMÍLIO  
GARRASTAZU MÉDICI;

b) o carinho e a particular atenção  
com que este Comandante dos destinos brasileiros tem dispensado  
à Universidade Federal da Paraíba, através do Magnífico Reitor,  
Dr.Prof. GUILARDO MARTINS ALVES, Presidente deste Egrégio Con-  
selho Universitário;

c) o incentivo e confiança deixados  
pelo Exmo.Sr.Presidente da República, Gal.EMÍLIO GARRASTAZU MÉ-  
DICI quando de sua visita a esta Capital do Estado da Paraíba,  
o que fez deixar bem vivo o entusiasmo patriótico de construção  
de um novo Brasil aos estudantes universitários através do diá-  
logo fraterno e comunicativo;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
REITORIA

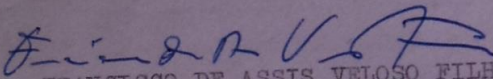
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

13  
-2-

PROPONHO ao Exmo. Sr. Presidente dêste Colendo Conselho  
Universitário, Magnífico Reitor, Dr. Prof. GUILARDO MARTINS AL-  
VES, após ouvidos os pares dêste Órgão deliberativo, seja con-  
cedido o Título de DOUTOR HONORIS CAUSA ao Exmo. Sr. Presiden-  
te da República Federativa do Brasil, Gal. EMÍLIO GARRASTAZU  
MÉDICI pelas razões expostas e por um imperativo de reconhe-  
cimento.

João Pessoa, 5 de novembro de 1970

Ass.

  
Acad. FRANCISCO DE ASSIS VELOSO FILHO  
Presidente do DCE/UFPb e Repre-  
sentante do Corpo Discente, no  
Conselho Universitário



## C - Sônia Germano em coletiva de imprensa sobre organização da UNE.

Correio da Paraíba, 19 de maio de 1979

### *DCE terá participação no congresso da UNE*

O Diretório Central dos Estudantes, numa entrevista coletiva prestada à imprensa local, através de sua Presidente, estudante Sônia Germano de Figueiredo, informou que durante esta semana e a próxima, estará empenhado na consecução das tarefas que visam a participação da Paraíba no Congresso de reconstrução da União Nacional dos Estudantes a ser realizado em Salvador, nos dias 29 e 30 do corrente. A eleição de delegados ao Congresso está sendo executada de maneira que cada curso terá um representante por cada 500 alunos e mais 1 delegado por fração excedente a 500. A discussão do Congresso, bem como das formas de mobilização da futura UNE, vem sendo participada por todos os alunos de cada curso, de modo que, realmente, a delegação que irá a Salvador, será representativa dos universitários.

Intensa movimentação está programada para o fim de semana com pedagios na cidade, colocação de murais na universidade, cartazes e bandeiras da UNE. Na

segunda-feira, haverá um debate sobre a UNE, do qual participarão ex-integrantes da UNE, como Antônio Augusto Arrouxelas professor do Curso União e o Juiz Firmo Justino, militante no fórum da Capital. Uma comissão de universitários visitará algumas entidades, tais como Assembleia Legislativa, Arquidiocese da Paraíba, Comitê Brasileiro pela Anistia, Setor Jovem MetroPolitano do MDB de João Pessoa e outras, a arrecadando fundos para a viagem ao Congresso, bem como convidando aquelas entidades a se posicionarem publicamente sobre a UNE e, também a participarem da delegação da Paraíba ao Congresso.

Na próxima sexta-feira haverá outro Forró Pró-UNE com vistas a arrecadar fundos para a viagem a Salvador.

Está sendo impresso um informativo do Diretório Central dos Estudantes sobre a UNE onde se conta com a história da convocação do próximo Congresso desde o III Encontro Nacional de Estantes realizado em São Paulo. O informativo visa



Presidente do DCE explica mobilização estudantil

### *Seminário nacional sobre alimentação*

PREFEITURA MUNICIPAL DE